



À DESCOBERTA
de IDANHA-A-NOVA

Oficina de exploração do território

Território
Paisagem
Património



Promotores:



Parceiro:



Investidor Social:



Cofinanciado por:





À DESCOBERTA
de IDANHA-A-NOVA
Oficina de exploração do território

Território
Paisagem
Património

MANUAL TEMÁTICO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Biodiversidade: Manual Temático

DATA:

maio de 2023

AUTORIA:

GO'WE- Education, Territory & Consultancy

Estrada nacional 17, nº67

3400-002 Oliveira do Hospital

+351 911 084 392

info@gowe.pt | www.gowe.pt

facebook.com/goweconsultancy

TÍTULO DO OPERAÇÃO/PROJETO:

Projeto "Ensinar é VOAR II"

CÓDIGO DA OPERAÇÃO:

POISE-03-4639-FSE-000741

INVESTIDOR SOCIAL:

Município de Idanha-a-Nova

Praça do Município Idanha-a-Nova

6060-163 Idanha-a-Nova

+351 277 200 570

geral@cm-idanhanova.pt | www.cm-idanhanova.pt

COFINANCIADO POR:

Portugal Inovação Social

POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Portugal 2020

União Europeia - Fundo Social Europeu

Território Paisagem Património

MANUAL TEMÁTICO

NOTA INTRODUTÓRIA	5
ENQUADRAMENTO	6
O QUE DEFINE O TERRITÓRIO DE IDANHA-A-NOVA?	12
AS PAISAGENS DE IDANHA-A-NOVA	24
IDANHA-A-NOVA: ESPAÇO DE PATRIMÓNIO	58
BIBLIOGRAFIA	66
BASES DE DADOS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	71
ÍNDICE	73

NOTA INTRODUTÓRIA

O território reúne em si um conjunto de significados e conteúdos que merecem ser percebidos e integrados na formação integral e individual de cada criança. Muitas vezes as questões que se colocam são que todas/os sabem o que é, no entanto há pouca informação científica sobre os mesmos, fazendo com que pareçam assuntos levianos e demasiado simples. Por outro lado, várias são as definições deste conceito, consoante a área académica que o estuda, o que quer dizer que é um conceito tão amplo e com o qual todas/os se identificam, mas sobre o qual não há sistematização. Por fim, é também muito associado ao turismo e à sua utilização para quem é externo ao território, e não pensado para quem lá reside ou estuda, não possibilitando assim estabelecer e acrescentar valor que permita desenvolver a comunidade.

Convidar a que exista uma utilização pedagógica de conteúdos do território implica que se investigue e compile informação, dando às/aos profissionais de educação conteúdos que permitam potenciar conhecimentos e competências diversas nos alunos e alunas.

Neste sentido, o manual que aqui se apresenta integra a interpretação e complicação de conteúdos assentes em três temáticas-chave, o território, a paisagem e o património, sendo um convite para uma exploração diferente e de base científica. Acredita-se que o conhecimento pode partir do local para o global, permitindo que as crianças contactem com aprendizagens significativas, que as entendam e que vão alargando o seu conhecimento, seja com uma exploração mais lúdica, seja mais académica.

Ainda que seja um manual temático de apoio à Oficina de Exploração do Território, desenhada no âmbito do Projeto Ensinar é Voar II, existe a convicção que estes conteúdos, pela sua pertinência e rigor, podem ser utilizados por diferentes profissionais e contextos, em particular em áreas do saber mais próximas do território e em projetos de intervenção ao nível da flexibilidade curricular.

Boas explorações!

ENQUADRAMENTO

O que é o território?

O conceito de território associa-se a significados como os de autoridade política, identidade cultural, autonomia ou direitos individuais (Dalaney, 2005). Tem implícita a relação entre o espaço geográfico e o Homem. No entanto, a mudança paradigmática e as alterações na percepção, utilização e representação do espaço, resultaram no aparecimento de diversas perspetivas sobre o conceito, demonstrando a sua complexidade.

A origem epistemológica da palavra “território” – terra-territorium e térreo-territor – associa-se às questões de dominação, à inspiração do terror e do medo. Neste sentido, o território corresponde a um espaço bem delimitado, subjacente a uma ideia de controlo e dominação, essencialmente do poder político, que separa os que podem ou não lá entrar – área de acesso limitado (Claval 1999, Haesbaert, 2005). É a visão mais tradicional, de carácter materialista, assente no domínio e imposição de poder, tendo a sua expressão mais habitual na delimitação das fronteiras, constituição de uma nação e estruturação por um Estado.

Ainda dentro de uma perspetiva materialista, o território pode ser definido como o espaço sobre o qual a população, ou parte dela, tem acesso e controlo para o uso dos seus recursos, naturais ou outros (Haesbaert, 2004). Esta é uma visão utilitarista, em que o território é visto como um recurso, para a satisfação das necessidades biofísicas do ser humano (e de outros animais). Esta visão, face à proeminência atual do capitalismo, associa-se, essencialmente, à dinâmica económica e ao fator de localização como potenciador de lucro. Assim, são valorizadas questões como, por exemplo, a disponibilidade dos recursos, os custos da sua exploração, a existência de mão-de-obra e as distâncias físicas à matéria-prima e ao mercado de escoamento. Mas o território pode, ainda, ser entendido numa visão simbólica. O espaço é vivenciado pelo Homem no seu quotidiano, sendo-lhe impregnada uma marca cultural resultante das vivências, memórias

e experiências desse. Nesta perspetiva, o território é entendido como uma construção social (em constante mutação) em que o homem estabelece uma relação afetiva e de sentido de pertença com o mesmo, baseada nos seus valores e práticas culturais (Claval 1999, Dalaney, 2005, Haesbaert, 2005, Saquet, 2006, Tuan, 1980). Assim, o território é produzido e usado socialmente pelo Homem (Claval, 1999), deixando de estar associado apenas à função e ao ter e passando a relacionar-se com o ser (Haesbaert, 2005).

A multiplicidade de perspetivas, atrás elencadas de forma sintética, relacionada com uma sociedade que, cada vez mais, prima pelos fluxos e em que os contactos com o outro são múltiplos, impõe uma visão integrada do conceito de território. Em primeiro lugar, o mesmo espaço, adquire, sincronicamente, dimensões diferentes – dominação, funcionalidade e simbolismos. Por outro lado, sendo o território uma construção social, perante uma sociedade mais aberta, complexa e diversificada, a construção das identidades demonstra-se mais volátil e, por isso, o indivíduo dissocia-se de um território único - multiterritorialidade, enquanto, imprimem em todos os territórios em que interage influências externas aos mesmos. Assim, pode considerar-se que num mesmo espaço geográfico coexistem diversos territórios, de geometria variável – territórios plurais (Zambrano, 2001), que se vão transformando, também, ao longo dos tempos.

Em síntese, um território constitui-se como a construção social de um espaço, com significado para o indivíduo, pelo seu uso funcional e seu o valor simbólico, com o qual esse estabelece um conjunto de relações de afetividade, apropriação e domínio. A configuração do território é, assim, diferente de indivíduo para indivíduo (existência de múltiplos territórios) e a presença de vários indivíduos numa mesma porção de espaço geográfico traduz-se, por consequência, na coexistência de vários territórios – territórios plurais (**Figura 1**).

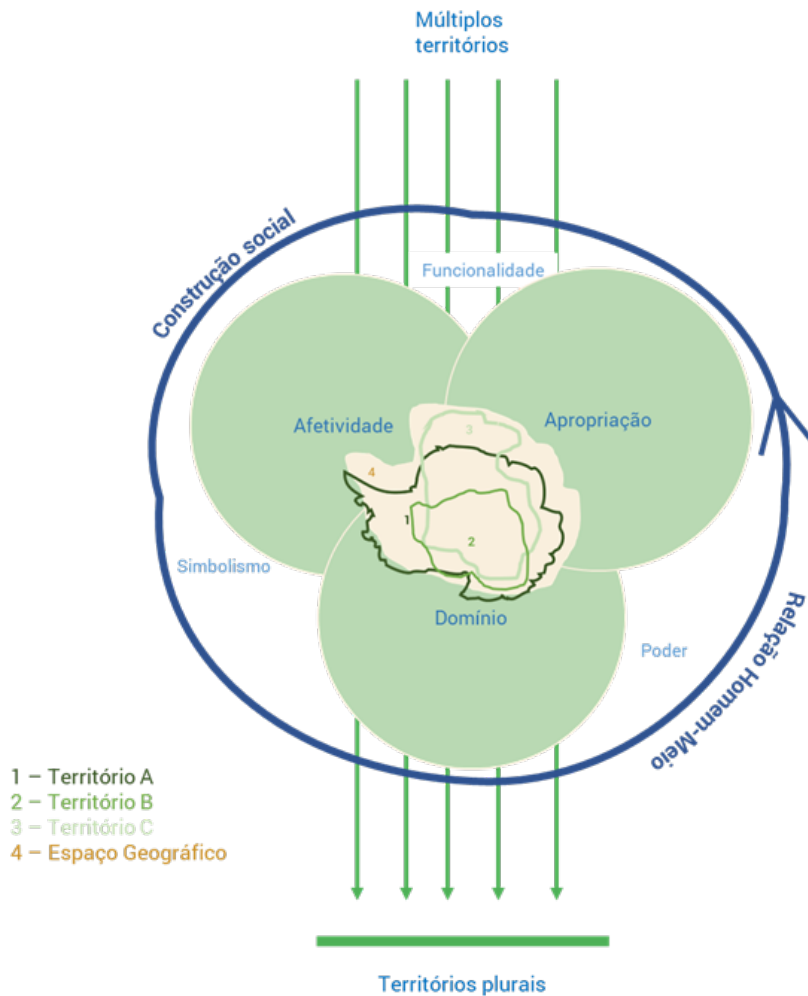


FIGURA 1. ESQUEMATIZAÇÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO.

O que é a paisagem?

A existência da palavra paisagem remonta à Idade Média, ou a um período anterior a esse. Era possível encontrá-lo nas línguas românicas – paisagem, passaje (espanhol), paysage (francês), paesaggio (italiano) – e nas línguas germânicas – landschaft (alemão), landscape (inglês), landschap (holandês), landskab (dinamarquês) (Cancela D' Abreu et al., 2004). Esses termos associavam-se a noções legais e de jurisdição (Gregory et al., 2009), sendo a paisagem entendida como uma unidade administrativa (Cancela D' Abreu et al., 2004; Gregory et al., 2009). Pode, então, referir-se que, nessa época, a paisagem assumia o conceito de território, atrás referido, na visão mais tradicional associada ao domínio e imposição de poder.

O desenvolvimento do conceito de paisagem, tal como é conhecido na atualidade, inicia-se no século XVI, na Holanda, pelo surgimento de uma aceção pictórica e artística (Cancela D' Abreu et al., 2004; Fadigas, 2007). A paisagem passa

a assumir-se como uma representação de uma porção do espaço geográfico, possível de se ver de uma só vez (Gregory et al., 2009). Ou seja, pode comparar-se, neste caso, a paisagem como uma captura de imagem num momento específico. Todavia, à época, a ideia de paisagem estava, ainda, muito associada ao espaço campestre e rural (Fadigas, 2007). A disseminação do conceito tem início no século XVIII, com a transposição desse caráter rural e campestre para os parques e jardins, pela jardinagem, e para as obras de arte, pela pintura (Cancela D' Abreu et al., 2004; Fadigas, 2007).

O conceito de paisagem foi evoluindo ao longo dos tempos, modificando-se em função da evolução da conceção de território e respetiva representação (Fadigas, 2007). Ao mesmo tempo, diferenciava-se e evoluía em função das perspetivas disciplinares sobre as quais era discutido e pensado. Assim, o conceito caracteriza-se por ser complexo (Cancela D' Abreu et al., 2004).

A associação da paisagem a um espaço rural e ao campo, quase que numa ligação estrita ao ambiente natural, foi dando lugar àquilo que hoje é uma visão ecossistêmica do conceito. A paisagem é o resultado da interação do sistema natural e do sistema social. Ou seja, a paisagem constitui-se por um conjunto de fatores abióticos e bióticos (litologia, relevo, hidrografia, clima, solos, flora e fauna, estrutura ecológica, uso do solo e atividades humanas), que se relacionam e influenciam (Cancela D' Abreu et al., 2004). Esta visão ecossistêmica rompe com o significado primordial da palavra paisagem ao indicar que o território não é paisagem, mas sim, o seu suporte material (Fadigas, 2007).

Essa evolução paradigmática do conceito de paisagem foi acompanhada, no entanto, por uma permanência da associação do termo à ideia de apreensão, concepção e representação do que é observado. Assim, a paisagem está intimamente relacionada com a forma de ver e representar o espaço geográfico (Gregory et al., 2009). Por isso, a paisagem só existe pela presença de alguém que a possa ver e interpretar, isto é, só existe paisagem quando existe presença humana no território (Fadigas, 2007). A paisagem tem, assim, uma componente objetiva, resultante da combinação do sistema natural com a atividade humana, e uma componente subjetiva, que se constitui na interpretação que o observador faz dessa combinação (Cancela D' Abreu et al., 2004).

Sendo o Homem um ser cultural e só existindo paisagem na sua presença, as suas crenças, memórias, vivências e valores estarão sempre implicadas na interpretação que esse fará do espaço geográfico. Por isso, e, também, porque a atividade antrópica está presente, de forma mais ou menos direta, em quase todo o espaço biofísico, não se considera a existência de paisagens naturais. A paisagem é sempre cultural – a cultura é o agente, o espaço natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado (SAUER, 1963 apud Gregory et. al., 2009).

Por outro lado, a diversidade de conjugações dos fatores naturais e antrópicos confere às paisagens individualidade que marcam a identidade do lugar – caráter da paisagem. Acresce o facto de as interações entre a componente biofísica e antrópica mutarem ao longo dos tempos, o que, para além de

contribuírem para as mudanças na paisagem, imprimem marcas que contam a História dos lugares. A paisagem é, assim, produto do passado, registando uma memória coletiva (Ribeiro, 1993). Esta pode ser considerada a variação diacrónica da paisagem. No entanto, existe, também, uma variação sincrónica da mesma.

Sendo a paisagem uma representação individual do observado, a mesma extensão territorial pode originar paisagens diferentes, no mesmo momento para diferentes indivíduos, ou em tempos diferenciados, para o mesmo indivíduo. Tal deve-se aos vários modos de interpretação, entendimento e valorização do que cada indivíduo está a ver (Fadigas, 2007). Para além da influência cultural na leitura do observador, a paisagem sentida resulta da informação que o indivíduo recebe do meio através dos seus diversos sentidos (Cancer, 1999). Então, pode assumir-se que a paisagem deixa de ser apenas o que é observável, para passar a ser o resultado de uma experiência sensorial completa – *sensescape* – que conjuga os cinco sentidos – *visualscape*, *smellscape*, *tastescape*, *soundscape* e *hapticscape* (BUZOVA et al., 2021).

No sentido de sintetizar o atrás explanado, refira-se a definição de paisagem subjacente à Convenção Europeia das Paisagens, uma vez que reflete a complexidade e o dinamismo associados ao conceito. Nela a paisagem é definida como uma área geográfica apreendida (observada e interpretada) pela população (endógena ou exógena), cujas características visuais e caráter resultam da ação de fatores naturais e/ou culturais, tendo subjacente a ideia de alterabilidade ao longo do tempo e uma necessária integração dessas duas componentes (Conselho Europeu, 2000) **(Figura 2)**.

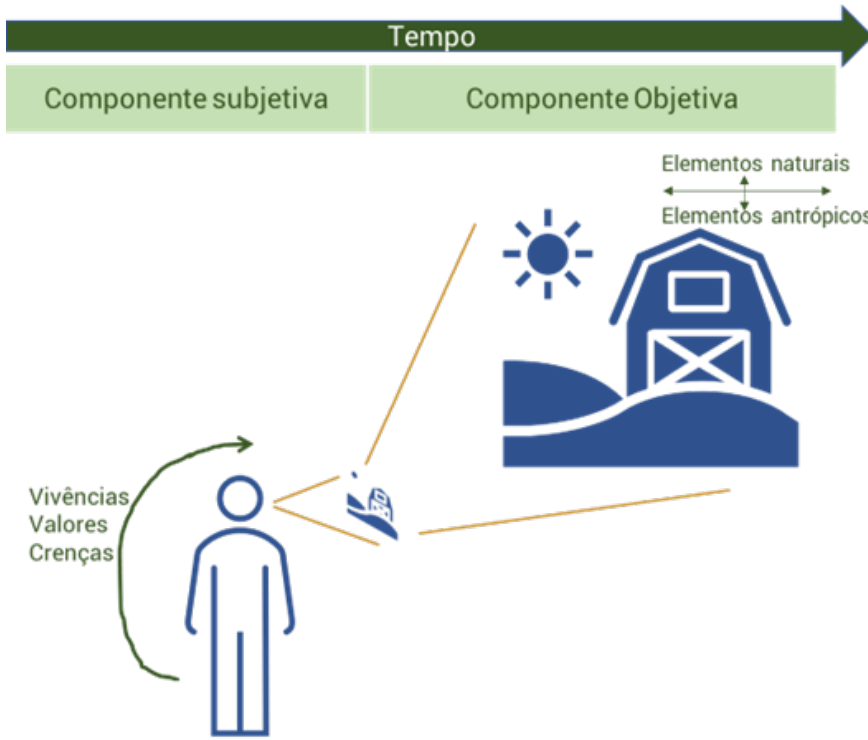


FIGURA 2. ESQUEMATIZAÇÃO SIMPLIFICADA DO CONCEITO DE PAISAGEM.



Sabias que...

Existe uma classificação da paisagem em Portugal Continental? Trata-se de uma identificação de 128 unidades de paisagem, agregadas em 22 grupos (Figura SQ. 1), definidas/os em função de uma certa homogeneidade face às características naturais e aos sistemas de utilização do solo, distribuição da população e tipo de povoamento e tendências de mudanças na paisagem. Esta classificação resulta do estudo "Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental".

FONTE DE DADOS: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (2009).

FIGURA SQ. 1. DIVISÃO DO CONTINENTE EM UNIDADES E GRUPOS DE PAISAGEM

Para saber mais...

A Convenção Europeia das Paisagens foi aprovada pelo Conselho da Europa e assinada em Florença, no ano 2000, por 19 países, entre os quais Portugal. Atualmente, são 40 os países que aderiram à Convenção (Conselho Europeu, 2022).

Esta Convenção surge no seguimento de um conjunto de textos jurídicos ao nível internacional sobre a proteção e gestão do património e tem por base os pressupostos de que: (i) a paisagem desempenha importantes funções de interesse público, (ii) a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente do património natural e cultural europeu, (iii) a paisagem é um elemento de qualidade de vida das populações. O seu objetivo passa pela promoção da proteção, gestão e ordenamento da paisagem, através da cooperação europeia.

Cada país compromete-se a:

- a) Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;
- b) Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem através da adopção das medidas específicas;
- c) Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem;
- d) Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacto directo ou indirecto na paisagem” (Conselho Europeu, 2000).

Para isso, os países deverão desenvolver um conjunto de medidas no âmbito da sensibilização da população em geral, na formação de técnicos especialistas na temática, na identificação e caracterização de paisagens, da definição e prossecução de objetivos de qualidade paisagística e implementação de práticas de protecção e gestão da paisagem.

O que é o património?

O conceito de património não é objetivo nem aplicado da mesma forma em todos os países e áreas disciplinares que o abordam. Ao mesmo tempo, tem-se assistido a uma evolução concetual ao longo dos tempos, adquirindo o conceito uma maior complexidade. Ainda antes do nascimento de Cristo, em Egípcia, no ano 210 a.C., podem encontrar-se indícios de patrimonialização (Coutinho, 2009). No entanto, só em 1931 surge a primeira menção ao património, na Conferência de Atenas (Vecco, 2010).

O conceito de património tem vindo a ser (re) definido, sobretudo, num conjunto de Cartas, Recomendações e Resoluções desenvolvidas, essencialmente, a nível internacional, nas últimas 4 décadas, sobretudo pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e pelo International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). Até ao momento, podem listar-se pelo menos uns 40 documentos desse cariz sobre a temática (Ahmad, 2006). A Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural adotada, em 1972, no contexto da Conferência Geral da UNESCO, destaca-se de entre todo esse conjunto de documentos orientadores, sendo, na atualidade, a referência para a definição e tipificação do património à escala mundial, embora, não seja, também, consensual a terminologia aí adotada (Hua, 2010). Esta teve por base o reconhecimento da necessidade de proteger o património existente, pela

consideração da sua importância a uma escala mundial e o entendimento da dificuldade do desenvolvimento desse trabalho com os recursos disponíveis a nível nacional (Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 1972).

Apesar da dificuldade de concertação sobre o que é ou o que compõe o património, parece explícito que o conceito implica três questões fundamentais: o valor, a memória e a transmissão temporal. Assim, podem considerar-se património as entidades definidas, portadoras de valores – histórico, científico, artístico e/ ou social – que testemunham o passado das ações naturais, antrópicas e/ou da relação do homem com o meio, de forma preservada, constituindo-se como uma memória e uma herança que constrói a identidade cultural da população de uma determinada área geográfica (Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 1972; Ahmad, 2006; Hua, 2010; Vecco, 2010). A sua preservação e transmissão ao longo dos tempos permite uma contínua revalorização das culturas e identidades, sendo, ainda, um importante meio de transmissão de conhecimento e competências entre as gerações. Em simultâneo, é o ponto de partida para a criatividade e inovação para novas produções culturais (Alonso e Medici (coord.), 2014). O património é, assim, também, necessariamente, um bem de interesse coletivo.

A evolução dos paradigmas sobre o património refletiu-se no aumento da abrangência dos elementos que poderiam ser classificados como tal. Assim, passou-se de uma visão centrada na dimensão cultural, para uma integração dos aspetos naturais. A par disso, deixou de se considerar um elemento único (eg.: monumento), para se assumir um conjunto de elementos ou, mesmo, uma área geográfica, considerando-se a paisagem como património. Por outro lado, se numa primeira fase se assumia o património como um elemento tangível e por isso material, que poderia ser móvel (e.g.: coleções museológicas) ou imóvel (e.g.: património arquitetónico), mais recentemente, passou a integrar-se os bens imateriais no conjunto de elementos patrimoniais (**Figura 3**) – artes e ofícios, artes performativas, expressões e tradições orais, práticas sociais, rituais e festividades, conhecimento e saber-fazer, bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais a eles associados (Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 1972 e 2003; Vecco, 2010, Alonso e Medici (coord.), 2014).

Para além dessa classificação, o património pode, ainda, ser diferenciado pelo contexto biogeográfico e societal em que se enquadra. Assim, é frequente encontrar referência a património rural, património industrial, património vernacular, património cultural e natural submerso, património arquitetónico, património arqueológico, património histórico, por exemplo. Por outro lado, o reconhecimento do elemento como bem patrimonial pode fazer-se a uma escala local, nacional ou mundial, em função da definição da amplitude do seu interesse coletivo. A título exemplificativo, refira-se que em Portugal existe uma classificação do património imóvel em função da sua escala de interesse – interesse nacional, interesse público, interesse municipal (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.-a).



FIGURA 3. TIPOLOGIAS DE PATRIMÓNIO.

Sabias que...

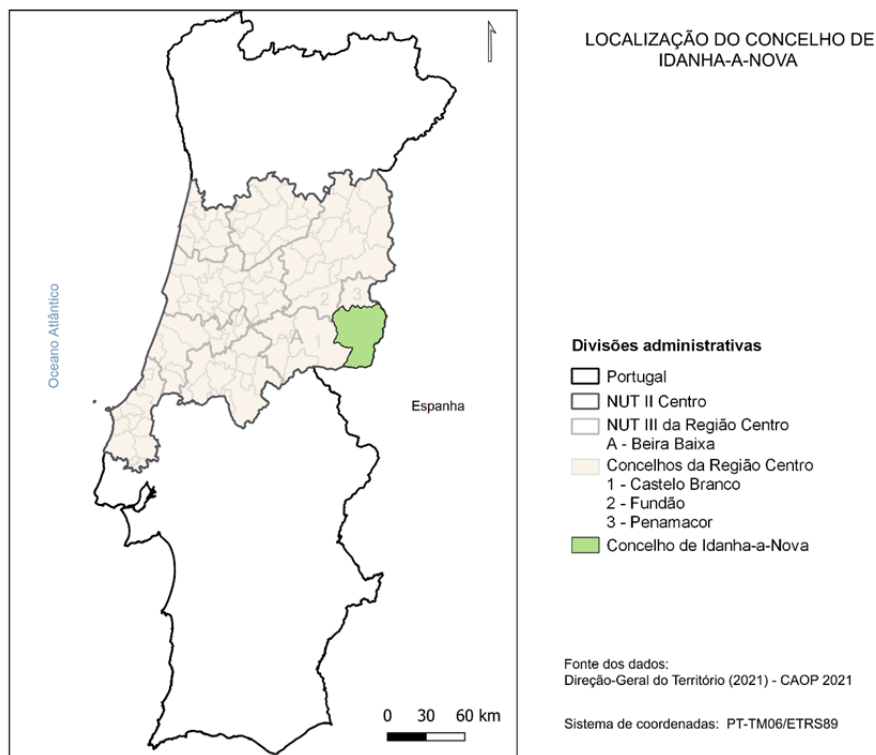
Portugal tem património mundial? A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, foi adotada em 1972, tendo, até à data, aderido à mesma 186 países. Portugal aderiu a esta convecção em 1979, tendo, atualmente, 17 bens classificados. Em 2003, foi adotada a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, tendo Portugal aderido em 2008. Atualmente, existem 8 bens nacionais inscritos na lista de Património Cultural Imaterial da Humanidade (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.-b).

O QUE DEFINE O TERRITÓRIO DE IDANHA-A-NOVA?

Localização e posição

O concelho de Idanha-a-Nova é um dos 11 concelhos que integram o distrito de Castelo Branco, localizando-se no seu extremo sudeste. Considerando a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS), na sua versão mais recente, o

concelho integra a Beira Baixa (NUT III), na Região Centro (NUT II). O território é delimitado a norte pelo concelho de Penamacor, a este e a sul por Espanha, a sul e a oeste por Castelo Branco e a noroeste pelo concelho do Fundão (**Figura 4**).



FONTE DOS DADOS: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (2021-A).

FIGURA 4. LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NO CONTEXTO DAS DIVISÕES ADMINISTRATIVAS NACIONAIS.

Então, o concelho de Idanha-a-Nova é um concelho fronteiriço. Segundo Herculano (1982 apud Rovisco, 2011), a fronteira entre Portugal e Espanha, na área de Idanha-a-Nova, é dos troços mais antigos e estáveis. Tem a particularidade de, na sua totalidade, ser definida por dois cursos de água ao longo de cerca 86 km: a este o rio Erges (64,5 km) e a sul o rio Tejo (22 km). Este tipo de fronteira é designado por raia “húmida” ou “molhada”.

A descrição atrás apresentada, refere-se à localização relativa do concelho de Idanha-a-Nova. A localização relativa, tal como o nome indica, consiste no posicionamento de um lugar na superfície terrestre face à posição de outro(s). É uma forma de orientação que utiliza como instrumento a rosa-dos-ventos, em que a localização é feita com indicação

do rumo (pontos cardeais, colaterais e intermédios). Porém, é possível determinar a posição exata de um lugar à superfície da Terra, com base em coordenadas geográficas (latitude e longitude). Neste caso, está-se perante uma localização absoluta.

Tratando-se de uma unidade territorial, e por isso, um elemento que tem subjacente uma área, a localização absoluta ter-se-á de fazer pela indicação das coordenadas geográficas de um conjunto de pontos que delimitem esse espaço geográfico – no mínimo 3. Assim o concelho de Idanha-a-Nova está incluído num retângulo que se estende entre as latitudes 39° 38' 44,74" N e 40° 06' 13,89" N e as longitudes 6° 50' 35,38" W e 7° 22' 05,93" W (**Figura 5**).

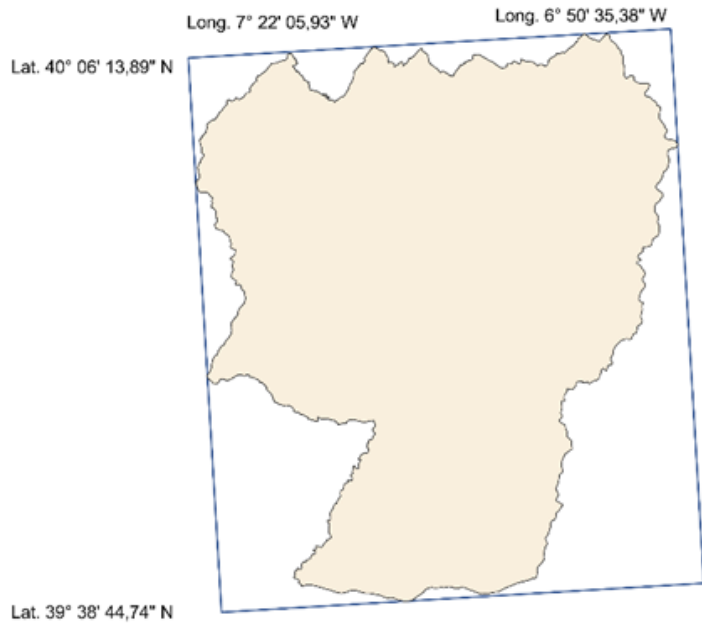


FIGURA 5. ESQUEMATIZAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO ABSOLUTA DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

A localização do concelho, coloca-o numa situação e posição, no contexto da Geografia Humana de Portugal continental, associada, no essencial e de forma simplificada, a quatro grandes questões: posição raiana, interioridade, ruralidade e baixa densidade. Antes demais, Idanha-a-Nova surge como um espaço raiano – aquele que é relativo à raia, sendo a raia o limite de uma unidade territorial (Instituto de Lexicologia Lexicografia, 2001-a). Esta ideia de limite leva, também, à associação do território ao termo “estremadura”, assumido como uma linha de demarcação de uma região ou país (Instituto de Lexicologia Lexicografia, 2001-b).

Estremadura é, ainda, definida como uma região que fica no extremo de um país, associando-se, assim, também, ao conceito de “finisterra”, entendido como a extremidade da terra (Instituto de Lexicologia Lexicografia, 2001-b), remetendo, assim, para a noção de limite e confim. Repare-se que esta questão de limite não surge apenas no contexto da divisória entre Portugal e Espanha, mas, também, ao nível da própria estrutura da paisagem e das condições físicas do território nacional – clima, morfologia, vegetação e povoamento – o concelho de Idanha-a-Nova apresenta-se como a divisória entre o norte e o sul do país, sendo considerado por Ribeiro (1994, apud Rovisco, 2011) que o Alentejo se inicia no rio Ponsul. Essa ideia de extremidade, de

confim, remete para um outro conceito que surge, por norma, associado aos territórios com estas características. Trata-se do conceito de “interior”, que deve ser entendido, mais do que como um determinismo locativo, sob a perspetiva de condição do lugar, dando, assim, relevo ao conceito de interioridade (Ferrão, 2003).

Tem, neste sentido, inerente a acessibilidade diferencial dos diversos pontos do espaço que, por isso, e em função de um conjunto de variáveis socioeconómicas, apresentam maior ou menor competitividade (Jacinto, 2001), num jogo de forças entre o autocentramento e a abertura ao exterior, as lógicas de proximidade e integração em redes globais (Ferrão 1999/2000). O concelho de Idanha-a-Nova surge, em diversas classificações territoriais associado à ideia de interioridade. No Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território o concelho surge como um espaço intersticial no contexto da estrutura de povoamento nacional, ficando, assim, à margem dos centros de dinamismo e dos eixos de desenvolvimento, apesar da presença de um corredor rodoviário de ligação internacional no território (Carmo (coord.), 2020). No Programa Nacional para a Coesão Territorial é considerado como um território de interior, associado à conjugação de fatores de perda e enfraquecimento (Unidade de Missão para a Valorização do Interior, s.d.). Esta questão da perda e enfraquecimento

é, também,

exposta por Vitorino et al. (coord.) (2004), quando classifica Idanha-a-Nova como um concelho no primeiro cluster das “Fragilidades” – territórios com menor competitividade, valores mais elevados de exclusão social e desemprego e maiores níveis de envelhecimento. Com maior pormenor, Ferrão (2003), classifica maior parte da área concelhia como “freguesias regressivas”, sobressaindo, ainda, uma “freguesia (eventualmente) em coma” – Salvaterra do Extremo – e duas freguesias como “áreas de urbanização moderada” – Monfortinho e Idanha-a-Nova.

A classificação de Ferrão (2003), pela presença do conceito de urbano e urbanização, leva à abordagem a um terceiro conceito, entendido, normalmente, por oposição a esse – o rural. O conceito de rural e ruralidade é complexo, tendo-se alterado ao longo dos tempos em função das próprias transformações e heterogeneidade que foram marcando, cada vez mais, os espaços com esse cariz. Assim, a existência de diversos significados traduz a diversidade de espaços rurais existentes, pela conjugação das suas diversas componentes, a par das distintas imagens construídas pelas perceções e representações individuais (Figueiredo, 2003 apud Alves, 2014). Todavia, parece ser, mais ou menos, consensual a associação do espaço rural às questões da baixa densidade (essencialmente demográfica, mas também, económica, do edificado, de serviços, entre outros).

Nas classificações desta índole, de que são exemplo a da OCDE, em 1994, a Tipologia das Áreas Urbanas, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estatística, o concelho de Idanha-a-Nova surge como uma Região ou Área Predominantemente Rural (Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados, 2017), uma área de baixa densidade (Rolo e Cordovil, 2014) ou uma área rural de baixa densidade (Associação Nacional de Municípios Portugueses, 2014 apud Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados, 2017). A estas ideias é, ainda, agregado o aspeto funcional do

território na metodologia de classificação apresentada pela Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados (2017). Nesta, Idanha-a-Nova surge como um território rural estruturado pelas atividades primárias, entendido como um espaço de baixas densidades (funcionais e populacionais), marcado pela regressão demográfica, o envelhecimento e os baixos níveis de escolaridade da população residente, onde a vocação agrícola e a importância de produtos locais certificados – Denominação de Origem Protegida e Indicação Geográfica Protegida – se salienta, a par do emprego nos serviços e administração pública.

Apesar dos conceitos atrás mencionados estarem, muitas vezes, associados a ideias de isolamento, a posição do concelho de Idanha-a-Nova no contexto das redes de comunicação, mais especificamente, da rede rodoviária nacional, com destaque para a Autoestrada da Beira Interior (A23) e do Itinerário Complementar n.º 31 (IC31), que permite a ligação a Espanha, potencia-lhe uma maior centralidade no território nacional. De facto, o concelho apresenta-se no corredor Lisboa – Madrid, sendo a sua localização central no contexto da Península Ibérica. A distância física – aquela que é quantificável metricamente (Rio Fernandes et al., 2016) – em linha reta, é de 210 km até Lisboa, 180 km até ao Porto, segunda principal cidade em Portugal Continental, e 306 km até Madrid. A nível regional, Idanha-a-Nova dista 25 km de Castelo Branco, 33 km do Fundão e 45 km da Covilhã. Tal repercute-se em distâncias-tempo – tempo necessário para ir de um ponto a outro - que variam entre os 33 min., até Castelo Branco e as 3h

Destino	Distância física (linha reta)	Distância tempo
Lisboa	210 km	2 h 41 min.
Porto	180 km	3 h 03 min.
Madrid (Espanha)	306 km	3 h 48 min.
Castelo Branco	25 km	33 min.
Fundão	33 km	40 min.
Covilhã	45 km	52 min.

QUADRO I. DISTÂNCIAS DE IDANHA-A-NOVA AOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS DE PROXIMIDADE.

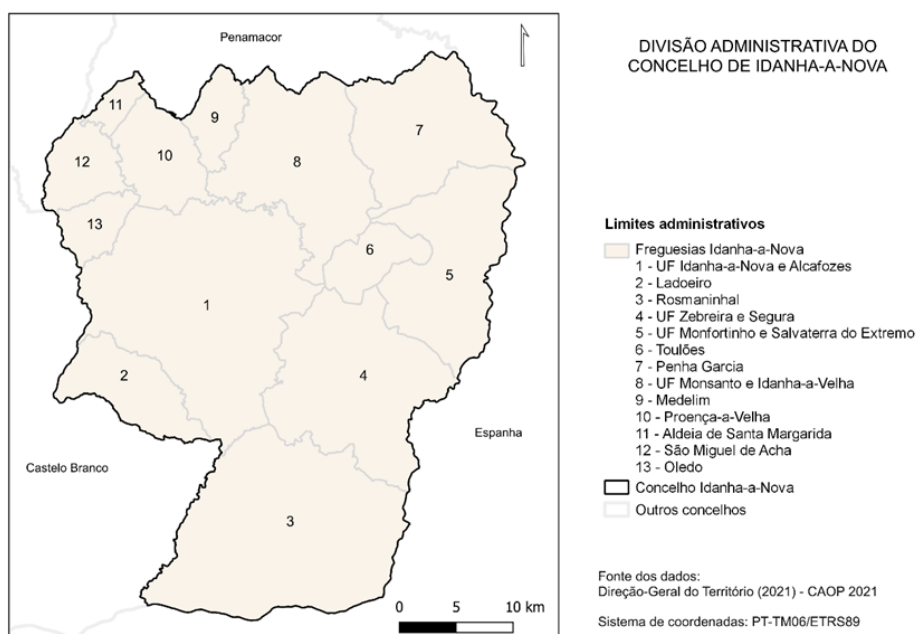
FONTE DOS DADOS: GOOGLE EARTH (2022).

e 48, até Madrid (**Quadro I**).

Se o concelho parece estar bem posicionado no que respeita às acessibilidades aos centros urbanos de importância regional, nacional e na Península Ibérica, e apesar das condições e cobertura da rede rodoviária presente no território concelhio, existem assimetrias na acessibilidade à sede de concelho, território que apresenta maior dinamismo e maior oferta de serviços e outras atividades económicas e sociais a nível local.

Essa diferenciação deve-se, essencialmente, à dimensão do território concelhio, que apresenta um total de 1416 km², sendo o quarto concelho com maior área em todo o território nacional. Este divide-se por 13 freguesias: Aldeia de Santa Margarida, União

das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, Ladoeiro, Medelim, União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha, Oledo, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, São Miguel de Acha, Toulões e União das Freguesias de Zebreira e Segura (**Figura 6**). A União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes apresenta-se como a unidade territorial com maior área (28478 km²). Por oposição, a Aldeia de Santa Margarida é a freguesia de menor dimensão (1362 km²). A localização da sede de freguesia no setor oeste do concelho, leva a que as freguesias raianas se encontrem mais distanciadas, sendo de destacar a União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, por se afastar 28 km, em linha reta, da União de Freguesias de Idanha-a-Nova e



FONTE DOS DADOS: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (2021-A).

FIGURA 6. DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

Freguesias	Área	Distância física (linha reta) à sede de concelho	Distância tempo à sede de concelho
Aldeia de Santa Margarida	13,6 km ²	16 km	21 min.
UF Idanha-a-Nova e Alcafozes	284,9 km ²	-	-
Ladoeiro	63,3 km ²	10 km	16 min.
Medelim	30,5 km ²	15 km	20 min.
UF Monfortinho e Salvaterra do Extremo	135,4 km ²	28 km	37 min.
UF Monsanto e Idanha-a-Velha	152,7 km ²	14 km	29 min.
Oledo	27,7 km ²	7 km	09 min.
Penha Garcia	128,4 km ²	23 km	31 min.
Proença-a-Velha	58,0 km ²	11 km	12 min.
Rosmaninhal	266,6 km ²	25 km	34 min.
São Miguel de Acha	41,3 km ²	12 km	16 min.
Toulões	36,7 km ²	18 km	31 min.
UF Zebreira e Segura	177,4 km ²	22 km	23 min.

QUADRO II. ÁREA E DISTÂNCIA À FREGUESIA SEDE DE CONCELHO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.
 FONTE DOS DADOS: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (2021); GOOGLE EARTH (2022).

Idanha-a-Nova
Concelho

Localização relativa

- Localiza-se no extremo leste da Região Centro de Portugal Continental.
- Limitado a Norte por Penamacor, a Este e a Sul com Espanha, a Sul e Oeste com Castelo Branco e a Noroeste com o Fundão.

Localização absoluta

- Latitude: a norte do Equador, entre os 39° 38' 44,74" e 40° 06' 13,89"
- Longitude: a oeste do semimeridiano de Greenwich, entre os 6° 50' 35,38" e 7° 22' 05,93"

Extensão

- Comprimento máximo (norte-sul): 50 km
- Largura máxima (este-oeste): 41 km

Área

- 1416 km²

Divisão administrativa

- 13 freguesias: Aldeia de Santa Margarida, União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, Ladoeiro, Medelim, União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha, Oledo, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, São Miguel de Acha, Toulões e União das Freguesias de Zebreira e Segura.

Sabias que...

Idanha-a-Nova foi terra de contrabandistas? A posição fronteiriça do concelho potenciou, durante o século XIX e XX, a troca clandestina de mercadorias entre Portugal e Espanha. As freguesias raianas do concelho, na época – Rosmaninhal, Segura, Salvaterra do Extremo, Monfortinho e Penha Garcia – eram o ponto de partida dos contrabandistas. Existiram vários ciclos de contrabando, em que as mercadorias transportadas eram diferentes. Mas as memórias e relatos mais vinculados datam ao período após 1940, destacando-se o contrabando do café. Repare-se que, as trocas faziam-se, essencialmente, no sentido Portugal-Espanha, sendo raras as vezes que os contrabandistas espanhóis pisavam o território de Idanha-a-Nova.

O contrabando, é, ainda hoje, assumido pela população concelhia como uma mais-valia para o Estado Português, pela entrada de divisas, existindo relatos da colaboração da Guarda Fiscal Portuguesa ao longo das rotas (Rovisco, 2015).

Para saber mais...

NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS - NUTS

A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos é uma divisão do território da União Europeia em unidades territoriais, por 3 níveis hierárquicos – NUT I, NUT II e NUT III. Foi criada, para efeitos de análise estatística de dados, pela EUROSTAT e pelos Institutos Nacionais de Estatística dos diferentes Estados-Membros, no sentido de possibilitar uma leitura territorial coerente e estruturada, sendo esta nomenclatura, ainda, a base de referência para a distribuição dos Fundos Comunitários (Instituto Nacional de Estatística, 2015).

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

As coordenadas geográficas são distâncias angulares a um ponto de referência que permitem determinar a posição de um qualquer ponto à superfície da Terra, tendo por base um elipsoide – modelo com as formas e dimensões tão próximas quanto possíveis às da Terra. São coordenadas geográficas:

- **latitude:** distância angular entre o Equador e o ponto a localizar. Varia entre os -90° e os 90° . Por convenção, se o ponto se encontra no Hemisfério Norte, a latitude será superior a 0° ;
- **longitude:** distância angular entre o meridiano de Greenwich (meridiano de referência) e o meridiano do ponto que se pretende posicionar. Varia entre os 0° e os 180° e por convenção, o valor é superior a 0 quando o ponto a localizar se encontra a este do meridiano de referência.

Para obter medições mais precisas das coordenadas geográficas pode recorrer-se à rede geodésica nacional, como referência para o controlo dos valores das coordenadas obtidos. Uma rede geodésica é um conjunto de pontos - vértices geodésicos - distribuídos de forma homogénea num determinado território, formando uma malha triangular, e cujas posições relativas e coordenadas geográficas, são conhecidas com grande exatidão.

A rede geodésica é composta por 3 ordens, determinadas pelo espaçamento dos vértices geodésicos. Os vértices de 1ª ordem distam entre si 40 km a 50 km, os de 2ª ordem 20 km a 30 km e os de 3ª ordem 5 a 10 km (Figura SM.1). Em Portugal existem 8350 vértices, dos quais 120 de primeira ordem, 900 de 2ª ordem e 7330 de 3ª ordem (Direção-Geral do Território, s.d.). Idanha-a-Nova tem no território concelhio um total de 140 vértices geodésicos, de que são exemplo os apresentados na Figura SM.2.

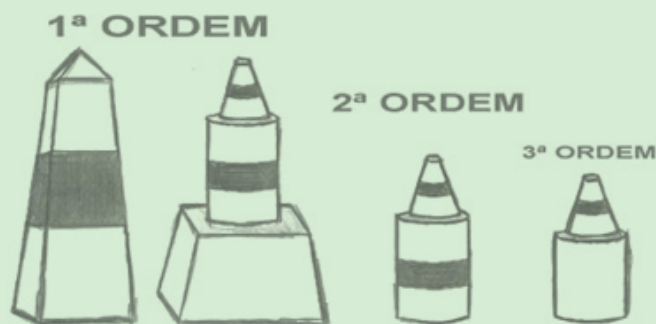
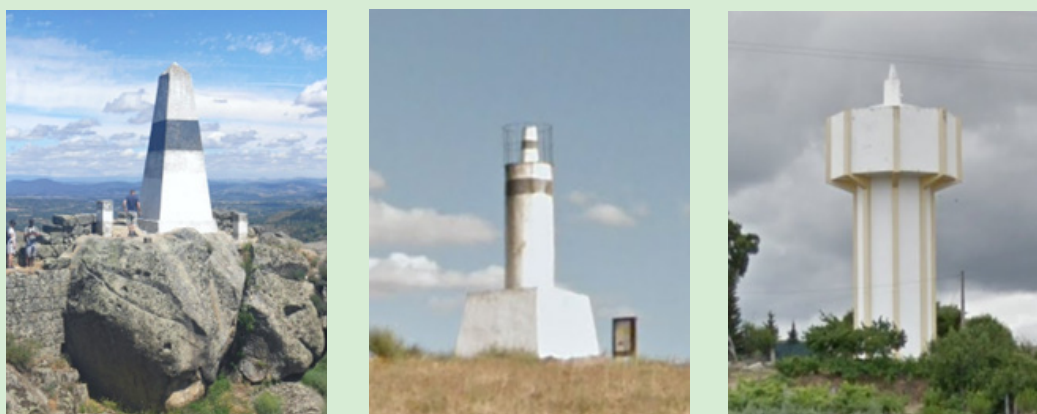


FIGURA SM.1. TIPOLOGIAS DE VÉRTICES GEODÉSICOS.



Fonte: Google Maps (2022).

FIGURA SM.2. VÉRTICE GEODÉSICO DE MONSANTO - MONSANTO (ESQ.), DO CABEÇO ALTO - ROSMANINHAL (CENTRO) E DE SANTA MARGARIDA 1 - ALDEIA DE SANTA MARGARIDA (DIR.).

Alcafozes (Quadro II).

População e envelhecimento

Apesar de ser um dos concelhos com maior área em Portugal, Idanha-a-Nova apresenta-se como um território com um efetivo populacional relativamente baixo. Os Censos de 2021 indicavam a existência de 8356 habitantes no conjunto do território, sendo as freguesias mais populosas a União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes (2388 habitantes), Ladoeiro (1053 habitantes) e a União das freguesias de Zebreira e Segura (1007 habitantes) (Quadro III). No seu conjunto, estas três unidades territoriais concentravam cerca de 53% do total de residentes no concelho.

A relação entre a vasta área que o concelho

detém e o número de residentes reflete-se numa baixa densidade demográfica. No concelho de Idanha-a-Nova por cada quilómetro quadrado residem cerca de 6 indivíduos. Porém, a densidade demográfica não se apresenta homogénea em todas as freguesias do concelho, variando entre os 1,6 hab./ Km², na freguesia de Rosmaninhal, e os 16,6 hab./ Km², na freguesia de Ladoeiro. Repare-se que apenas 4 das freguesias do concelho apresentavam, em 2021, 10 ou mais habitantes por cada quilómetro quadrado (Quadro III). Esta baixa densidade demográfica traduz uma estrutura de povoamento que se caracteriza pela presença de pequenos aglomerados populacionais distantes entre si ao longo do território, sendo relevante a extensão

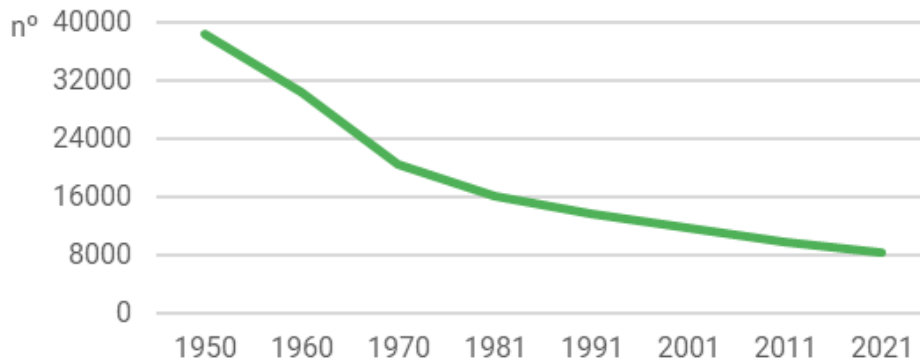
Unidade territorial	População Residente 2021 nº	Densidade Populacional 2021 hab/km ²
Idanha-a-Nova	8356	5,9
Aldeia de Santa Margarida	201	14,8
Ladoeiro	1053	16,6
Medelim	230	7,5
Oledo	284	10,3
Penha Garcia	551	4,3
Proença-a-Velha	190	3,3
Rosmaninhal	437	1,6
São Miguel de Acha	515	12,5
Toulões	226	6,2
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	2388	8,4
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	508	3,8
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	766	5,0
União das freguesias de Zebreira e Segura	1007	5,7

QUADRO III. POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA E RESPECTIVAS FREGUESIAS, EM 2021.

Fonte dos dados: Instituto Nacional de Estatística (2022-A); Direção-Geral do Território (2021).

de áreas despovoadas em cada freguesia. Os efetivos populacionais presentes, atualmente, no território concelhio, resultam de um processo de regressão demográfica iniciado em meados do século XX. Em 1950, o concelho de Idanha-a-Nova registou o seu máximo populacional, tendo um total

de 38439 habitantes, ou seja, praticamente mais 30000 habitantes que em 2021. A maior perda de população ocorreu até 1970, ano em que se registou um total de 20580 residentes (-17859 indivíduos face ao ano 1950), sendo a diminuição da população de 1970 até 1981 (-4479 habitantes), relativamente, mais



FONTE DE DADOS: INE (1964, 1973, 1983, 1993, 2002, 2012, 2022-A)

FIGURA 7. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA, 1950 A 2021.

acentuada que no período que se seguiu a essa década (Figura 7).

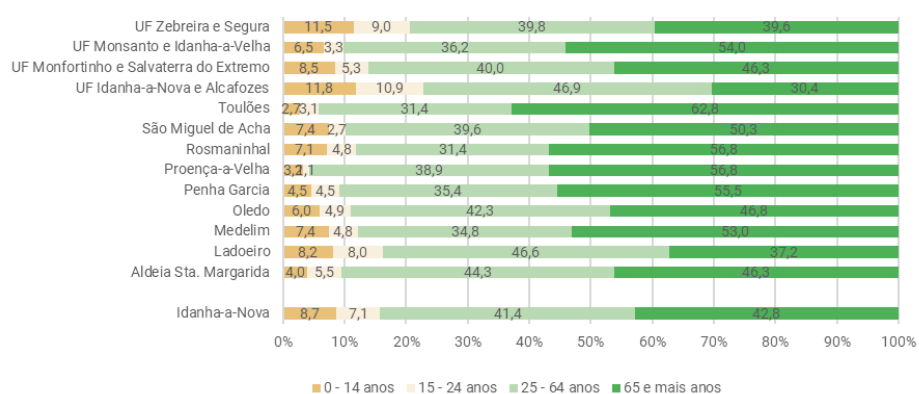
A regressão demográfica tem na sua explicação, como principal fator, o fenómeno migratório. A partir dos anos 50 do século XX, as/os habitantes de Idanha-a-Nova iniciaram um processo de emigração em direção, no essencial, a países europeus, de que se destaca a França, a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça. Esta pode considerar-se a primeira vaga de saída da população do território. Mais tarde, já na década de 60 e 70, os fluxos migratórios desenvolviam-se em território nacional, em direção às principais áreas urbanas, de posição litoral, na maior parte dos casos, e com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa (Almeida et al., 2012). Trata-se de uma situação de êxodo rural potenciado pela procura de oportunidades de emprego face à perda de riqueza potenciada pela diminuição da importância e competitividade da atividade agrícola e, também, pelo término das trocas contrabandistas com a abertura das fronteiras.

Tendo os movimentos migratórios como principal objetivo o ingresso no mercado de trabalho noutras áreas nacionais ou internacionais, a saída da população do território de Idanha-a-Nova foi seletiva. Assim, a redução populacional ocorria, essencialmente, no grupo da população em idade ativa (15 a 64 anos). Tal repercutiu-se num processo de envelhecimento

demográfico, pela diminuição do número de nascimentos no território (em 2021, a taxa de natalidade no concelho era de 5,1‰) e o aumento dos indivíduos nas camadas etárias mais avançadas, possível pelo aumento da esperança média de vida. Ao mesmo tempo, a perda populacional decorrida nas últimas décadas assentava, essencialmente, na diminuição dos habitantes potenciada pela mortalidade – em 2021, a taxa de mortalidade no concelho era de 26,2%.

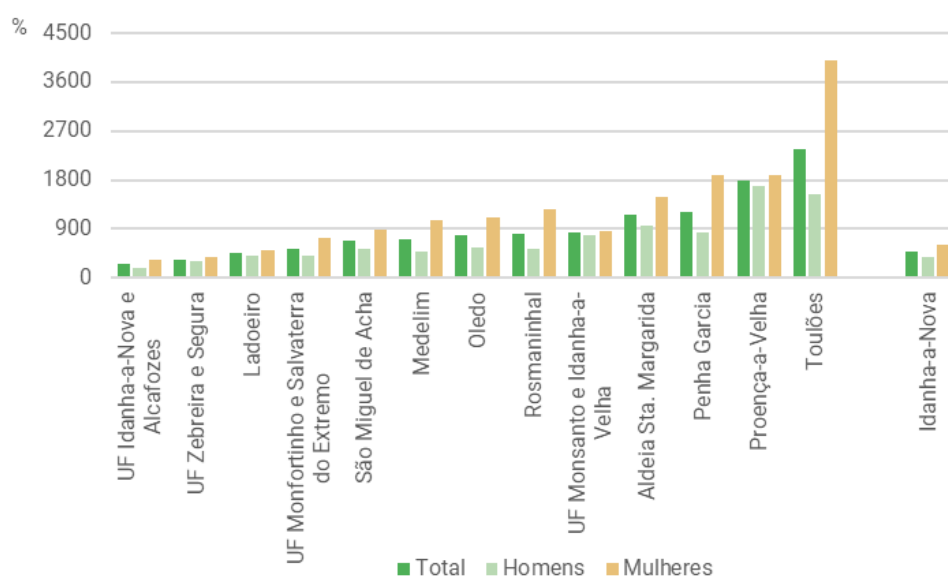
Essa dinâmica resultou numa estrutura etária em que, em 2021, 42,8% da população tinha 65 ou mais anos, 41,4% tinha entre 25 a 64 anos e 15,8% tinha menos de 25 anos de idade. O peso da população idosa era superior no sexo feminino, com 47,2% das mulheres com uma idade igual ou superior a 65 anos. Refira-se que, em 7 das freguesias, mais de 50% da população tinha 65 ou mais anos (Figura 8).

Os baixos efetivos populacionais nas camadas mais jovens da população concelhia, associados aos valores elevados de população idosa, resultam num território que expressa um índice de envelhecimento muito expressivo. Segundo os Censos 2021, por cada 100 jovens (indivíduos entre os 0 e os 14 anos de idade) no concelho, existiam 493 idosos (indivíduos com 65 ou mais anos de idade). Mas este valor superava os 1000 idosos por cada 100 jovens nas freguesias de Aldeia de Santa Margarida, Penha Garcia, Proença-a-Velha e Toulões (Figura 9).



FORNTE DOS DADOS: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2022-A).

FIGURA 8. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA E RESPECTIVAS FREGUESIAS, EM 2021.



FORNTE DOS DADOS: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2022-A).

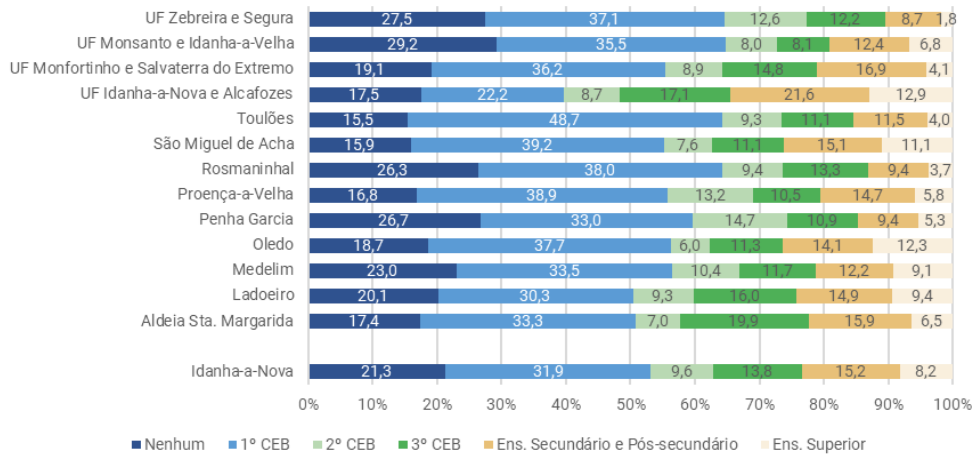
FIGURA 9. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, POR SEXO, NO CONCELHO DE IDANHA-A-VELHA E RESPECTIVAS FREGUESIAS, EM 2021.

Face à estrutura etária, e considerando os contextos políticos e sociais de meados do século XX, os níveis de escolaridade da população residente no território concelhio são baixos. Em 2021, 53,2% da população tinha um nível de ensino até ao 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), sendo que 21,3% não possuía qualquer nível de escolaridade. Esse valor ascendia aos 57,4% no caso dos indivíduos do sexo feminino, principalmente pelo maior peso dos casos de não conclusão de qualquer nível de escolaridade (25,2%). Mais de 3 quartos da população concelhia tinha, no máximo, o 3.º Ciclo do Ensino Básico completo. E menos de 10% das/os residentes possuíam o Ensino Superior.

Nas freguesias de Rosmaninhal e Toulões,

a União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha e a União das Freguesias de Zebreira e Segura mais de 60% da população residente, em 2021, não tinha nenhum nível de ensino ou tinha, apenas, concluído o 1.º CEB. Tal contrapõe-se ao facto de na União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes cerca de 40% das/os habitantes ter concluído até ao 1.º ciclo. Do mesmo modo, esta era a unidade territorial com maior peso da população com o Ensino Superior (12,9%), sobressaindo, ainda, por esse motivo, as freguesias de Oledo (12,3%) e São Miguel de Acha (11,1%) (Figura 10).

Repare-se que estas três freguesias se localizam no setor noroeste do concelho, encontrando-se mais próximas dos principais centros urbanos regionais, enquanto beneficiam da presença de rodovias estruturantes, o que



FORNE DOS DADOS: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2022-A).

FIGURA 10. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO, NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA E RESPECTIVAS FREGUESIAS, EM 2021.

lhes confere maiores acessibilidades. Assim, os níveis de escolarização da população podem refletir essa maior abertura dos territórios às dinâmicas sub-regionais e regionais.

A reinvenção do campo

A perda de hegemonia da atividade agrícola nos territórios de matriz rural, principalmente após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, pela exigência de um setor agrosilvopastoril mais competitivo, agora à escala internacional, e com fortes dificuldades estruturais e ao nível da modernização, incitou a novas visões sobre a funcionalidade destes espaços. O rural deixou de ser encarado como um mero espaço produtivo, abastecedor dos espaços urbanos, para ser um espaço multifuncional.

A riqueza natural e patrimonial destas áreas confere-lhes centralidade ecológica e o estatuto de reserva simbólica e patrimonial, onde, os tempos lentos e compassados, permitem experiências sensoriais completas, promovendo-se a tranquilidade, o sossego e a qualidade de vida (Fernandes e Alves, 2015). Em simultâneo, o rural é encarado como espaço de preservação de tradições e saber-fazer de outrora, identitárias de uma vida comunitária (Figueiredo, 2003). É no reconhecimento destas características que ganha forma a (re)funcionalização do rural como espaço de lazer e turismo, mas, também, como espaço patrimonializado e protegido, sob restrições e condicionamentos à sua utilização, que se afigura como uma oportunidade de inovação e laboratório educativo (Carvalho e Fernandes, 2012).

Mas o espaço rural é, também, suporte

do urbano. Nas proximidades dos centros urbanos, surge como área de expansão, de instalação de habitação e infraestruturas devido a um menor custo do solo. Nas áreas mais afastadas, aparece como suporte para a instalação de infraestruturas de comunicação (rodoviária, telecomunicações) e de produção energética (hidroelétricas, parques eólicos). É, ainda, palco de instalação de indústrias que procuram a proximidade à matéria-prima, de que se destaca a indústria extrativa. Mas, também, está associado a eventos de cultura (sub)urbana, principalmente no verão, em que a população, essencialmente grupos de jovens, converge em massas para os espaços rurais, onde se realizam festivais e raves de música urbana, aumentando, de forma exponencial e momentânea, as densidades nos lugares (Fernandes e Alves, 2015).

A par disso, e associados, de certo modo, a sentimentos urbanofóbicos, surgem os designados novos rurais, indivíduos que abandonam as áreas urbanas e passam a residir em espaços rurais, sendo, em alguns casos, um retorno à terra natal. Os perfis destes novos habitantes são diferenciados: há os que residem no espaço rural, mas mantêm modos de vida urbanizados, onde o teletrabalho é privilegiado; os que adotam estilos de vida adaptados ao meio e se dedicam a atividades tradicionais e identitárias do lugar, mas, por vezes, com a introdução de características inovadoras; quase sempre correspondendo a população de origem estrangeira, na sua maioria em idade de reforma, os que procuram o espaço rural, pelas suas características biofísicas e climáticas, existindo, dentro deste grupo, indivíduos com filosofias de

vida mais alternativas, que promovem o culto e o contacto com a natureza, privilegiando o que é natural, ecológico e biológico (Alves, 2014).

O rural multifuncional permanece como espaço de produção agroflorestal. No entanto, as oportunidades de negócio centram-se, agora, na valorização dos produtos de qualidade e origem, que se diferenciam do produto massificado. A associação produto-qualidade-origem é, assumida, como uma estratégia de marketing de lugares. Esta valorização da qualidade é, ainda, associada à investigação e inovação no setor agroindustrial (Fernandes e Alves, 2015).

O concelho de Idanha-a-Nova, outrora conhecido como o celeiro da Beira Baixa, apresenta, atualmente, uma economia terciarizada – em 2020, 52,3% das empresas, 51,2% do pessoal ao serviço e 57,4% do volume de negócios pertencem a atividades do setor terciário – sendo a importância do setor primário mais reduzida – 35,9% das empresas, 31,9% do pessoal ao serviço e 24,4% do volume de negócios.

Apesar de não ser o ramo de atividade do setor terciário com maior importância, o turismo tem-se afirmado no território concelhio. Em

2020, as atividades de alojamento, restauração e similares representavam 12,6% das empresas no concelho, empregando 11,5% do pessoal ao serviço, contribuindo, apenas, em 8,3% para o volume de negócios. A oferta turística no território, não podendo ser afirmada com certeza devido à variação das dimensões contempladas nos indicadores estatísticos, parece ter aumentado, nos últimos 10 anos, ao nível dos estabelecimentos de alojamento turístico (de 7, em 2011, para 22, em 2021). O aumento da importância de alojamentos de Turismo de Habitação ou Turismo em Espaço Rural pode justificar a diminuição da capacidade dos estabelecimentos de alojamento turístico (de 624 camas para 499 camas) no território concelhio, que foi, no entanto, acompanhada por uma diminuição do número de hóspedes, dormidas e estada média (Figura 11).

A procura turística faz-se, essencialmente, por população portuguesa, tendo-se, todavia, registado um aumento dos turistas estrangeiros (de 16,3%, em 2011, a 23,5%, em 2019, com um decréscimo até 2021, face à pandemia Covid-19), destacando-se os provenientes de Espanha. Assim, a posição raiana do concelho apresenta-se como uma oportunidade para a captação de turistas do país vizinho.



Fonte dos dados: Instituto Nacional de Estatística (2022-c).

FIGURA 11. INDICADORES DA ATIVIDADE TURÍSTICA.

A utilização do território para atividades de lazer e turismo é potencializada pela presença de património, natural e cultural (material e imaterial), que individualiza o concelho e lhe cria uma marca identitária. Destaca-se a presença de Aldeias Históricas (Monsanto e Idanha-a-Nova), a Área Classificada e Património Natural da Unesco do Parque Natural do Tejo Internacional, o Conjunto Arquitetónico e Arqueológico de Idanha-a-Velha e os vestígios da presença romana (como pontes), os icnofósseis em Penha Garcia, o Couto Mineiro de Segura, as Termas de Monfortinho, o legado do contrabando e as adufeiras. Estes elementos encontram-se muitas vezes organizados em rotas orientadoras da experiência pelo concelho.

À presença patrimonial, de carácter mais ou menos permanente, junta-se a criação e

organização de um conjunto de eventos efémeros que se distribuem por todo o território e criam dinâmicas locais, de maior centralidade, que fomentam, de forma sustentável, a competitividade dos territórios, dinamizando as atividades económicas e a valorização dos produtos endógenos (Figura 12) (Laranjo Medeiros, 2016). Destes, pela sua dimensão, escala de divulgação, mas, sobretudo, capacidade atrativa, destacam-se o Boom Festival (com mais de 30000 participantes, de mais de 100 países), realizado de dois em dois anos, e o Acampamento Nacional do Corpo Nacional de Escutas (cerca de 20000 participantes, de todo o país e alguns Agrupamentos de Escuteiros internacionais), de quatro em quatro anos.



FONTE: LARANJO MEDEIROS (2016).

FIGURA 12. EVENTOS REALIZADOS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

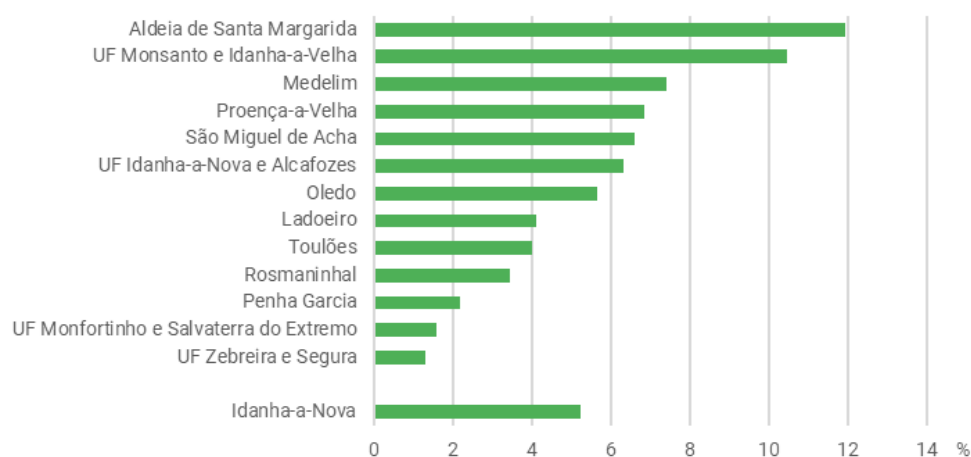
A atividade agrícola destaca-se pelo investimento nos produtos de qualidade e origem reconhecida. No concelho produz-se Requeijão da Beira Baixa DOP, Queijo da Beira Baixa DOP, Cabrito da Beira IGP, Borrego da Beira IGP e Azeite da Beira Baixa DOP. A componente da produção biológica surge, também, evidente nas práticas e empresas agrícolas locais, destacando-se na produção de hortícolas e frutícolas e ervas aromáticas (Rocha (dir.), 2009). A par disto junta-se a inovação do/ no produto, com a introdução de novas culturas como o Figo da Índia (Jacinto (dir.), 2017) ou

com a aposta na investigação e criação de conhecimento que suporte uma prática agrícola sustentável, biológica e de baixo impacto ambiental, como é desenvolvido pela Associação Food for Sustainability (Associação Food for Sustainability, s.d.) ou a empresa Sementes Vivas (Jacinto (dir.), 2017); e a inovação organizacional, com a criação de uma Incubadora de Empresas de Base Rural (Rocha (dir.), 2011), que facilita a instalação de jovens agricultores qualificados, nos terrenos da Herdade do Couto da Várzea, até, então, inutilizados. O concelho de

Idanha-a-Nova apresenta, ainda, traços de um território que atraía novos residentes, visíveis pelos testemunhos por eles deixados, onde o regresso às origens, a procura de um espaço “paradisiaco” e puro, a natureza, a biodiversidade, o património e o potencial económico local se apresentam como fatores preponderantes para a escolha do território como destino da migração (Jacinto (dir.), 2013, 2016 e 2018). Para além disso, juntando-se aos residentes de nacionalidade portuguesa vindos de outras áreas do país, o concelho apresentava, em 2021, cerca de 5% da população residente com origem estrangeira. Este valor superava os 10% na União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha e na freguesia de Aldeia de Santa Margarida (Figura 13).

Ao mesmo tempo, o Município apresenta uma estratégia para a captação e fixação

de população. Trata-se do Programa Recomeçar que se alicerça em 4 eixos de intervenção: (i) o Idanha Experimenta, que proporciona uma experiência quotidiana da vida no concelho, antes de os interessados efetuarem a mudança; (ii) o Idanha Vive, que pretende captar talentos para o concelho, através da formação dos atuais e novos residentes e da demonstração do real valor do mundo rural como ativo; (iii) o Idanha Green Valley, funcionará na lógica de incubadora de empresas/negócios, apoiando e congregando projetos inovadores, fortalecendo o tecido empresarial local; (iv) o Idanha Made in, que tem por objetivo a promoção e a divulgação global do que de melhor se faz no concelho (Município de Idanha-a-Nova, s.d.-a).



FORNE DOS DADOS: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2022-c).

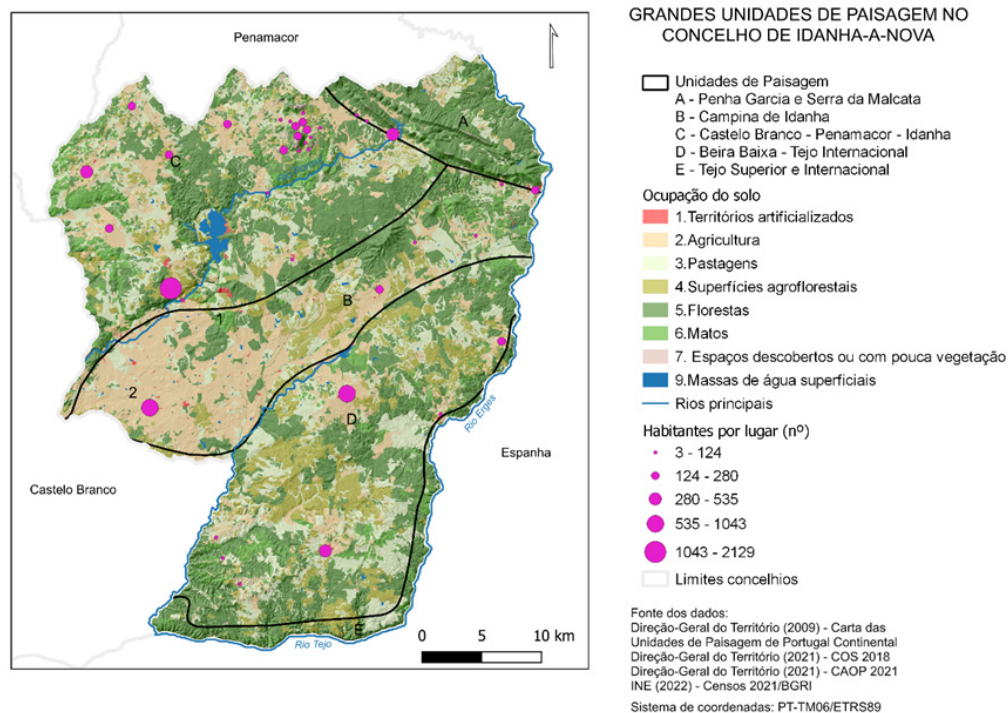
FIGURA 13. PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO RESIDENTE DE ORIGEM ESTRANGEIRA, NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA E RESPECTIVAS FREGUESIAS, EM 2021.

AS PAISAGENS DE IDANHA-A-NOVA

Traços gerais das paisagens de Idanha-a-Nova

A diversidade paisagística do concelho de Idanha-a-Nova é marcada, numa primeira instância, de forma evidente por uma diferenciação entre o setor norte e o setor sul do território, tendo como linha divisória o rio Ponsul (Figura 14). O setor norte do concelho apresenta um relevo mais acidentado, atingindo, também, maiores altitudes, concentradas essencialmente a nordeste do território, onde se destacam alguns relevos de dureza. Apresenta um

maior número de povoações, mais próximas entre si, sendo de destacar a quantidade de lugares em torno de Monsanto, que têm, também, um maior efetivo populacional. Em torno dessas desenvolvem-se algumas áreas de uso agrícola que vão dando lugar a espaços florestais que predominam, no essencial, nas áreas mais declivosas.



FORNE DOS DADOS: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (2009, 2021-A, 2021-B); INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2022-A).

FIGURA 14. ELEMENTOS DE DIFERENCIAÇÃO DAS GRANDES UNIDADES DE PAISAGEM NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

Por sua vez, o setor sul apresenta-se como uma superfície aplanada, onde as variações altimétricas são mais evidentes a sudeste, destacando-se o encaixe dos vales do rio Erges e, principalmente, do rio Tejo.

A planura desta área do território concelhio traduz-se numa maior área dedicada à agricultura. Essa articula-se com superfícies agroflorestais e áreas de mato, que, muitas vezes, constituem áreas de montado, onde ocorre a criação de gado em regime extensivo. As áreas florestais surgem em manchas de pequena dimensão, mais uma vez, nos setores mais declivosos, a sul do concelho. Aqui, o povoamento é mais disperso e os lugares apresentam menores dimensões. Percebe-se uma diferenciação entre a área mais próxima da fronteira – menos povoada e com menores efetivos populacionais –

e o setor oeste, com maior concentração populacional, destacando-se os lugares de Ladoeiro e Zebreira e, com menor número de residentes, Rosmaninhal.

Cancela D'Abreu et al. (coord.) (2004) apresenta uma divisão mais pormenorizada do território correspondente ao concelho de Idanha-a-Nova, dividindo-o em cinco unidades de paisagem (Figura 14). A nordeste definem a unidade de paisagem marcada pela crista quartzítica de Penha Garcia, considerando-a como uma paisagem marcada pelo despovoamento e isolamento, onde o relevo mais vigoroso e o uso florestal a distinguem dos espaços envolventes (Figura 15).

Destacam, aqui, as Termas de Monfortinho, como a maior povoação e o limite para a transição para uma paisagem mais plana e de uso agrícola.





FONTE: A TERCEIRA DIMENSÃO (2011-A); MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA (S.D.-B).

FIGURA 15. PORMENOR DA CRISTA QUARTZÍTICA (EM CIMA) E VISTA AÉREA PARA PENHA GARCIA (EM BAIXO).

Trata-se da Campina de Idanha (**Figura 16**), uma unidade de paisagem que se estende por toda a área central do concelho e se caracteriza por ser uma área aplanada envolvida por relevos de altitudes e expressão pouco significativas. Diferencia-se pelo padrão de uso agrícola, no geral com prática intensiva e presença de vastas áreas regadas a partir da barragem de Idanha.

As linhas de águas são acompanhadas por galerias ripícolas bem definidas, compostas por salgueiros e freixos. Também esta é uma área pouco povoada – destaque para os lugares de Ladoeiro e Toulões – onde os aglomerados populacionais apresentam um carácter marcadamente rural, destacando-se as casas de pedra típicas da Beira Baixa.



FONTE: CANCELA D'ABREU ET AL. (COORD.) (2004); CUNHA ET AL. (2020).

FIGURA 16. PERSPECTIVAS SOBRE A CAMPINA DE IDANHA.

A norte da Campina de Idanha e confinando a este com a unidade de paisagem de Penha Garcia e Malcata, encontra-se a unidade de paisagem designada de Castelo Branco – Penamacor – Idanha. Apresenta uma paisagem mais diversificada e fragmentada, onde a ação humana é mais marcante, seja pela maior presença de aglomerados populacionais, seja pelo património cultural presente – Aldeias Históricas de Monsanto e Idanha-a-Velha. A estrutura do povoamento apresenta-se dispersa no território com a concentração da população e das áreas edificadas em aglomerados, entrecortados por áreas totalmente despovoadas.

Essas áreas apresentam espaços de uso

agrícola, onde predominam o cultivo de cereais, a vinha, o olival e pequenos pomares que se misturam com manchas de sobreiros e eucaliptos. Aqui a propriedade parece ter menor dimensão, sendo visível a sua divisão pelos muros de pedra seca. Parece, ainda, existir uma associação dos usos às características de cada parcela de terreno. Destacam-se, aqui, alguns relevos salientes, associados a afloramentos rochosos de granito – Inselberg de Monsanto e Inselberg de Moreirinha - rocha que marca a arquitetura local. É, ainda, de salientar, a albufeira de Idanha, criada pela construção da Barragem Marechal Carmona no troço do rio Ponsul (**Figura 17**).



FONTE: CANCELA D'ABREU ET AL. (COORD.) (2004); A TERCEIRA DIMENSÃO (2011-B, 2016); GOOGLE MAPS (2022).

FIGURA 17. IDANHA-A-VELHA COM O INSELBERG DE MONSANTO AO FUNDO (EM CIMA À ESQUERDA), PORMENOR DO INSELBERG DE MONSANTO (EM CIMA À DIREITA), ALBUFEIRA DE IDANHA (EM BAIXO À ESQUERDA) E MUROS DE PEDRA SECA EM OLEDO (EM BAIXO À DIREITA).

O setor sul do concelho é, quase na sua totalidade, ocupado pela unidade de paisagem Beira Baixa – Tejo Internacional. Trata-se de uma área de transição entre o Norte Alentejano e a Beira Interior. Apresenta um relevo talhado em xistos, de configuração ondulada, por vezes com a presença de áreas mais planas e, outras vezes, áreas bastante declivosas. É uma área muito pouco povoada, onde o isolamento e abandono são notórios. Predominam as áreas de montado associados à produção de gado e, onde, também, é promovida a prática cinegética (**Figura 18**). Este padrão de uso do solo associa-se a propriedades de maior dimensão e a vestígios de práticas comunitárias no passado, destacando-se os casos da Herdade do Souto, em Zebreira, e na Granja de Segura.

Praticamente na fronteira sul e em parte da fronteira leste do concelho, junto ao troço final do rio Erges e ao rio Tejo, é destacada uma outra unidade de paisagem – Tejo Superior e Internacional. Aqui, as linhas de água marcam o território, destacando-se o encaixe bem definido dos rios, frequentemente, em escarpas rochosas (**Figura 18**).

Essa morfologia constitui-se como um obstáculo físico que, por um lado, se repercutiu num despovoamento, quase total, da área e, por outro, permitiu a permanência de valores naturais ao nível da flora, mas, essencialmente, da fauna, com destaque para as aves de grande porte. Nas vertentes dos vales dos rios com maior declive, sobressaem olivais, num sistema de socacos individuais para cada

árvore, enquanto nas áreas menos declivosas surgem manchas de eucalipto, pinheiro, olival, culturas arvenses de sequeiro e pastagens que

se estendem desde as zonas envolventes de maior altitude.



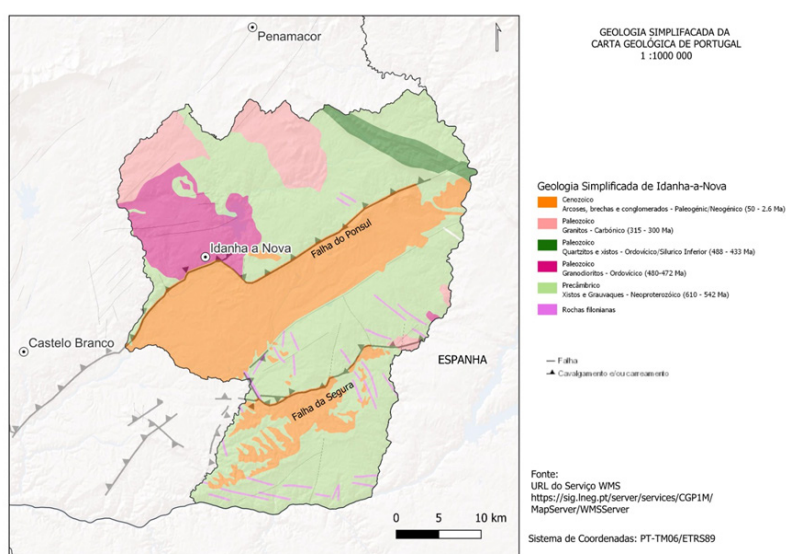
FONTE: CANCELA D'ABREU ET AL. (COORD.) (2004); CARVALHO E RODRIGUES (2020).

FIGURA 18. PAISAGENS DO SUL DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA: PASTAGENS E MONTADO (À ESQUERDA) E VALE DO RIO ERGES EM SALVATERRA DO EXTREMO (À DIREITA).

O que se destaca da geomorfologia de Idanha-a-Nova?

O território correspondente ao concelho de Idanha-a-Nova desenvolve-se no designado Maciço Antigo, também, conhecido por Maciço Hespérico, constituindo-se como a mais velha unidade estrutural da Península Ibérica, que é entrecortado, a sul da falha do

rio Ponsul, por uma área correspondente à Bacia Terciária do Tejo (Lema e Rebelo, 1997). Assim, na área correspondente à unidade estrutural do Maciço Antigo, predominam os xistos que se associam aos quartzitos, nas áreas de crista, e a algumas bolsas de granito, a norte do concelho. Na bacia terciária encontram-se sedimentos e depósitos discordantes do Terciário e Quaternário (Lema e Rebelo, 1997) (Figura 19).



FONTE DOS DADOS: LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA E GEOLOGIA (S.D.); DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO (2021-A).

FIGURA 19. GEOLOGIA SIMPLIFICADA DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

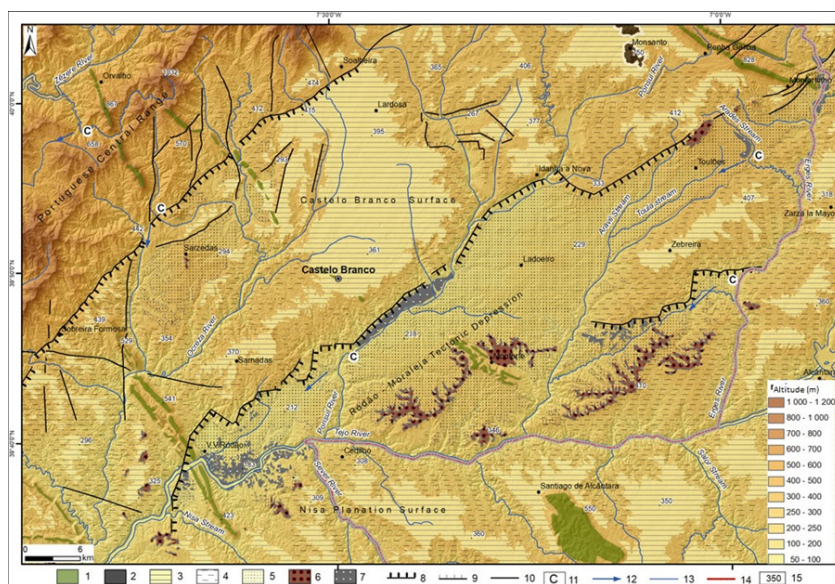
Esta caracteriza-se por ser uma região de baixo relevo – altitudes médias de 400 m - (Lema e Rebelo, 1997; Cunha et al., 2020), onde predomina uma superfície de aplanamento na qual se vão salientando relevos de dureza talhados em quartzito (Penha Garcia) ou de origem climática, em granitos (Inselberg de Monsanto e Inselberg de Moreirinha) (Rebelo, 1992). Esses apresentam-se como os pontos de maior altitude no território, chegando aos 750

m em Monsanto e aos 828 m em Penha Garcia. Desenvolvem-se na designada superfície de Castelo Branco que termina, de forma brusca, na escapa de falha de Idanha (Rebelo, 1992). A falha de Idanha marca um desnível que ronda os 100 m, desenvolvendo-se para sul uma superfície de maior aplanamento – Superfície do Alto Alentejo – que, no setor setentrional, preserva depósitos arcósicos. Junto à falha, é, ainda, possível,

encontrar relevos residuais, de origem sedimentar, associados às Bacias Terciárias-Murracha (580 m), Murrachinha (514 m) e Pedras Ninhas (529 m). A aproximação aos rios Erges (a leste) e Tejo (a sul), demonstra uma maior ondulação do relevo (Rebello, 1992) que termina em escarpas abruptas, revelando vales encaixados, decorrentes de processos de

incisão (Cunha et al., 2020).

Efetivamente, a geomorfologia fluvial destaca-se no concelho, pela presença de vales epigenéticos e canhões fluviais a que se associam alguns terraços com origem em depósitos fluviais, na área entre Toulões e Monfortinho (Cunha et al., 2020) (Figura 20).



FONTE: CUNHA ET AL. (2020).

FIGURA 20. ESBOÇO GEOMORFOLÓGICO DA BEIRA BAIXA. 1 – RELEVOS QUARTZÍTICOS; 2 – RELEVOS GRANÍTICOS DE DUREZA; 3 – SUPERFÍCIE DE APLANAMENTO; 4 – SUPERFÍCIE DE APLANAMENTO DEGRADADA; 5 – SUPERFÍCIES DE EROÇÃO EM DEPÓSITOS DO CENOZÓICO; 6 – RELEVOS RESIDUAIS SEDIMENTARES; 7 – TERRAÇOS FLUVIAIS; 8 – ESCARPAS DE FALHA PRINCIPAIS; 9 – ESCARPAS DE FALHA SECUNDÁRIAS; 10 – FALHAS; 11 – CAPTURAS FLUVIAIS; 12 – ANTIGO TRAÇADO DA DRENAGEM; 13 – RIOS; 14 – FRONTEIRA PORTUGAL – ESPANHA; 15 – ALTITUDE ACIMA DO NÍVEL MÉDIO DO MAR (N.M.M.) MEDIDA EM METROS.

Crista Quartzítica de Penha Garcia

No setor nordeste do território de Idanha-a-Nova, eleva-se da superfície de aplanamento a Crista Quartzítica de Penha Garcia. Constituída por um conjunto de bancadas quartzíticas do Ordovícico (Formação do Quartzito Armoricano), demarca-se como um relevo (de dureza) tipicamente alongado e estreito, com cerca de 20 km de extensão no território de Idanha-a-Nova (desde Aranhas ao Rio Erges), desenvolvendo-se, grosso modo, segundo uma direção NW-SE, em consequência do enrugamento varisco (Brum Ferreira, 2005).

Carvalho (2004) descreve o relevo de Penha Garcia da seguinte forma: “Quando vislumbramos a região de Penha Garcia do

mirante que é o inselberg de Monsanto, sobressai na planura o dorso crispado da Serra do Ramiro prolongada na Serra da Gorda, até desaparecer no horizonte espanhol. Na verdade, este relevo esconde uma crista gémea, correspondente à Serra da Ribeirinha estendendo-se pela Serra da Cacheira. As duas estruturas correspondem aos flancos de grande dobra em U [Figura 21] que, irrompendo da campina raiana em Aranhas, se prolonga quase ininterruptamente muito para além da fronteira do Erges, atravessando várias províncias espanholas. São os testemunhos residuais de uma mega-colisão continental que terá constituído, deformado e levantado em grande extensão o que é hoje o território português, em múltiplas fases decorridas há mais de 300 milhões de anos”.

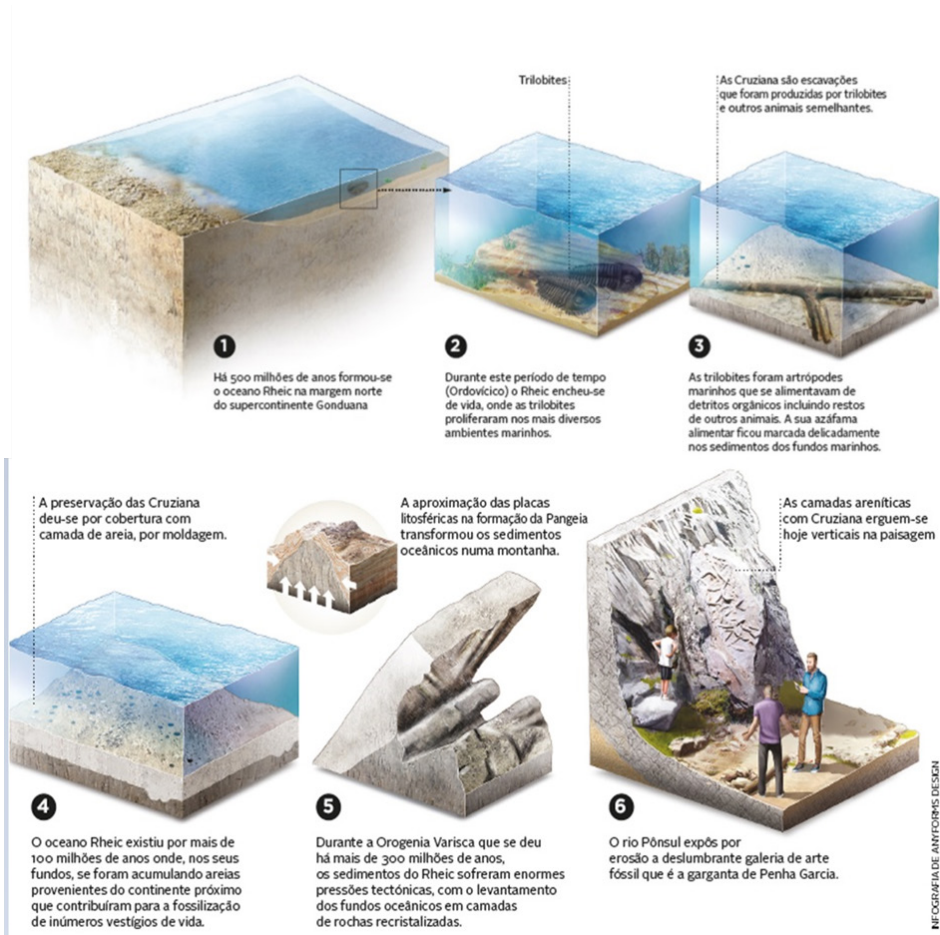


FONTE: NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL (2021).

FIGURA 21. FORMA EM U DO VALE DO RIO PONSUL, EM PENHA GARCIA.

As rochas de Penha Garcia contam a história da abertura e do fecho do Oceano Rheic, “mar” de há quase 500 milhões de anos (Carvalho, 2004). Na (Figura 22) descrevem-se as principais fases de evolução deste conjunto geológico ao longo do tempo. Os sedimentos que se foram depositando durante a submersão da superfície onde hoje se localiza Penha Garcia e a sua envolvente sofreram processos

de metamorfismo que levaram à sua recristalização. Com a orogenia Varisca (há mais de 300 milhões de anos) os fundos oceânicos foram “levantados” pelo movimento das placas tectónicas, constituindo hoje autênticas paredes verticais com pendores na ordem dos 60 a 70 graus (Figura 23).



Fonte: NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL (2021).

FIGURA 22. INFOGRAFIA DAS PRINCIPAIS FASES DE EVOLUÇÃO DA CRISTA QUARTZÍTICA DE PENHA GARCIA.



Fonte: LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA E GEOLOGIA (S.D.-A).

FIGURA 23. PORMENOR DA CRISTA QUARTZÍTICA DE PENHA GARCIA. REPARAR NO PENDOR DAS BANCADAS.

Desde a deposição de sedimentos num mar pouco profundo próximo do círculo polar antártico, durante mais de 100 milhões de anos que fossilizaram inúmeros vestígios de vida. Após a sua emersão, a erosão provocada,

principalmente, pelo rio Ponsul, deixou-os a descoberto sob a forma de fósseis. É neste contexto geológico que se enquadra o Parque Icnológico de Penha Garcia, onde estão

identificadas 66 espécies de valor paleontológico excepcional devido à diversidade e à forma como estão expostas e preservadas. As bancadas quartzíticas e xistosas são ricas em icnofósseis, principalmente, dos tipos Cruziana, Skolithos, Diplichnites e Merostomichnites (Carvalho, 2003) (Figura 24).

Os fósseis do Parque Icnológico de Penha Garcia dão relevância a um dos principais geossítios do Geopark Naturtejo reconhecidos pela UNESCO, localizando-se no vale encaixado do rio Ponsul, a jusante da barragem de Penha Garcia.



FONTE: GOPARQUE NATURTEJO (s.d.); CATANA (2008); ANTUNES (2013).

FIGURA 24. ICNOFÓSSEIS DE PENHA GARCIA: MARCAS DE LOCOMOÇÃO DO TIPO CRUZIANA, QUE RESULTARAM DA ESCAVAÇÃO DO SUBSTRATO POR APÊNDICES LOCOMOTORES DE TRILOBITES (EM CIMA À ESQUERDA); ENCHIMENTO DE GALERIA VERTICAL DE HABITAÇÃO – SKOLITHOS (EM CIMA À DIREITA); MARCAS DE LOCOMOÇÃO DO TIPO DIPLICHNITES (EM BAIXO À ESQUERDA) E MEROSTOMICHNITES (EM BAIXO À DIREITA).

Sabias que...

Os icnofósseis são um tipo básico de fósseis? Os fósseis são vestígios de organismos do passado, conservados em rochas. Esses vestígios podem ser corpóreos ou de atividade orgânica. Aos vestígios de atividade orgânica dá-se o nome de icnofósseis. De entre as principais atividades produtoras de icnofósseis encontram-se a deslocação, a alimentação, a habitação e a reprodução. Assim, é possível encontrar marcas de pegadas, de pistas de deslocação, de dentadas, de excrementos, de ovos, de túneis e de galerias de habitação, etc. (Silva, 2006).

Para saber mais...

Designa-se por tempo geológico o tempo decorrido desde a formação da Terra, há 4600 milhões de anos, até à atualidade. Apesar de ser um conceito de interpretação complexa, a sua referência é fundamental para a compreensão de um conjunto de fenómenos que marcaram a evolução e a história da Terra, tanto ao nível geomorfológico, como da vida no planeta. O tempo geológico é representado por uma escala, dividida em intervalos (unidades geocronológicas), onde a unidade básica de medida é 1 milhão de anos (Ma) (Catana, 2008).

Eras	Períodos	Tempo (milhões de anos)	Orogenias
Formação da Terra		4600 (?)	
Pré-câmbrico	Arcaico	2500	
	Algónquico ou Proterozóico		
			570
Paleozóico	Câmbrico		
	Ordovícico		
	Silúrico		
	Devónico		
	Carbónico		
	Pérmico		
Mesozóico	Triásico		
	Jurássico		
	Cretácico		
Cenozóico ou Terciário	Paleocénico	Paleocénico	
	Eocénico		
	Oligocénico		
	Miocénico	Neogénico	
Pliocénico			
Quaternário	Plistocénico		
	Holocénico		
(1) Pouco parece ter feito sentir os seus efeitos no território português.			
(2) Sucessivas fases desta orogenia, a partir de começos do Cenozóico: pirenaica, helvética, sávia, estírica, ática, rodânica, valáquica.			

FONTE: MEDEIROS (2009).

FIGURA SM.3. GRANDES DIVISÕES DO TEMPO GEOLÓGICO E OROGENIAS A ELAS ASSOCIADAS.

O inselberg de Monsanto e de Moreirinha

Uma das características principais das superfícies de aplanamento, como a de Castelo Branco, é a existência de “relevos residuais, de vertentes

abruptas, que se erguem bruscamente da planura geral, parecendo uma ilha levantando-se acima do nível do oceano. É isso que significa, de resto a palavra alemã por que são conhecidos internacionalmente esses relevos residuais, Inselberg (plural, Inselberge)” (Brum Ferreira, 2005), traduzida por «monte-ilha» (**Figura 25**).



FORTE: LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA E GEOLOGIA (S.D.-B); CUNHA ET AL. (2020).

FIGURA 25. INSELBERGE DE MONSANTO E MOREIRINHA: VISTA PARA OS INSELBERGE A PARTIR DA PLATAFORMA DE CASTELO BRANCO (EM CIMA); PORMENOR DO INSELBERG DE MONSANTO (EM BAIXO À ESQUERDA); PORMENOR DO INSELBERGE DE MOREIRINHA, ATRÁS DA VILA DE MONSANTO (EM BAIXO À DIREITA).

Da superfície de aplanamento de Castelo Branco, situada a uma altitude média de 400 m e desenvolvida em xistos, emergem bruscamente os Inselberge graníticos de Monsanto-Moreirinha-Alegrios, situados na parte sul do Maciço granítico de Penamacor – Monsanto, no setor norte do concelho de Idanha-a-Nova. Deste “arquipélago” o Inselberg de Monsanto, com um perfil bastante rígido, é o mais imponente, culminando aos 763 m. É, assim, possível comparar as diferenças existentes entre o modelado granítico e o xistento.

Formações geológicas características de regiões tropicais, a génese dos Inselberge da plataforma de Castelo Branco remonta ao início da orogenia Varisca ou Hercínica, há cerca de 300 milhões de anos, tendo sido

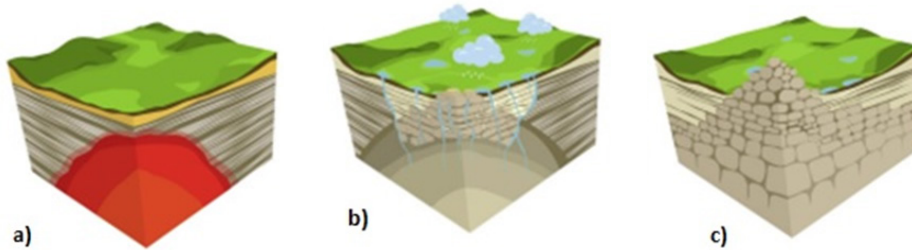
modelados pela erosão ao longo de 250 milhões de anos. Este tipo de relevos residuais são o resultado, por um lado, de uma longa etapa de intensa e profunda meteorização química diferencial do substrato rochoso do Maciço Antigo e, por outro lado, da erosão física diferencial entre o substrato rochoso e o rególito, sobretudo devido à ação do escoamento difuso, sendo a densidade das diáclases o fator mais importante na resistência à alteração.

Ao longo do tempo geológico as condições climáticas a que este território esteve sujeito foram sofrendo variações, contribuindo para uma maior ou menor eficácia da modelação destes relevos. No Mesozoico, em resultado da exposição a um clima tropical, bastante quente e húmido, terá ocorrido uma alteração

do granito em profundidade. Esta

alteração terá sido o resultado da circulação de fluidos provenientes das águas das chuvas pelas diáclases existentes nas rochas. Posteriormente, no Cenozóico, no período árido do Paleogénico e início do Neogénico (65 a 10 Ma), os xistos e os grauvaques que envolviam o granito alteraram-se, ainda mais

rapidamente, favorecendo a formação de uma frente de alteração basal que levou à exumação do relevo granítico. A morfogénese dos Montes-Ilha foi, assim, determinada por ciclos de erosão-exumação-sedimentação durante o Cenozóico, que culminaram, no presente, com a exposição de uma paisagem fossilizada há 50 milhões de anos (**Figura 26**).



FONTE: CARVALHO, CATANA E RODRIGUES (2011).

FIGURA 26. BLOCOS DIAGRAMA SIMPLIFICADOS DA FORMAÇÃO DO INSELBERG DE MONSANTO: A) INTRUSÃO DOS MAGMAS GRANÍTICOS DE MONSANTO-PENAMACOR, HÁ MAIS DE 310 MILHÕES DE ANOS; B) ACENTUADA METEORIZAÇÃO QUÍMICA REGIONAL DURANTE GRANDE PARTE DO JURÁSSICO; C) OS GRANITOS SOFRERAM UM PROCESSO DE EROÇÃO DIFERENCIAL AO LONGO DO CENOZÓICO, COM REBAIXAMENTO PROGRESSIVO A PARTIR DA SUPERFÍCIE INICIAL QUE ACENTUA O INSELBERG ATÉ AO PRESENTE.

Sabias que...

Os icnofósseis são um tipo básico de fósseis? Os fósseis são vestígios de organismos do passado, conservados em rochas. Esses vestígios podem ser corpóreos ou de atividade orgânica. Aos vestígios de atividade orgânica dá-se o nome de icnofósseis. De entre as principais atividades produtoras de icnofósseis encontram-se a deslocação, a alimentação, a habitação e a reprodução. Assim, é possível encontrar marcas de pegadas, de pistas de deslocação, de dentadas, de excrementos, de ovos, de túneis e de galerias de habitação, etc. (Silva, 2006).



FONTE: CÂMARA TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO DO MONUMENTO NATURAL DOS MORROS DO PÃO DE AÇÚCAR E URCA (2018).

FIGURA SQ.2. MORROS DO PÃO DE AÇÚCAR E URCA, BRASIL.

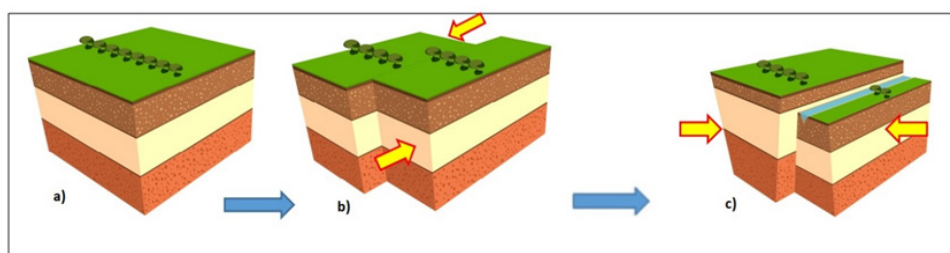
A falha do Ponsul e as gargantas epigénicas

A falha do Ponsul é uma importante estrutura tectónica e topográfica com mais de 300 milhões de anos, mantendo-se ativa até aos dias de hoje. Mencionada pela primeira vez pelo geógrafo alemão H. Lautensach, no ano de 1932, foi igualmente objeto de estudos pioneiros do, também, geógrafo Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1943), o qual nos deixou um importante legado no conhecimento da evolução geológica e geomorfológica da região da Beira Baixa.

A falha do Ponsul apresenta uma direção geral de NE-SO, com movimentação inversa e esquerda, materializada por um degrau na paisagem, encontrando-se melhor preservada nos terrenos graníticos, como acontece em Idanha-a-Nova, do que nos xistos (Grupo das Beiras). Estende-se por cerca de 85 km em território português (de

Nisa passando por Vila Velha de Ródão até às Termas de Monfortinho, em Idanha-a-Nova), prolongando-se por Espanha, atingindo um comprimento total de aproximadamente 120 km (Dias e Cabral, 1989).

A origem desta falha é contemporânea da formação do supercontinente Pangeia, durante a Orogenia Varisca. Na primeira fase, a falha apresentou um desligamento esquerdo e o deslocamento deu-se na horizontal, tendo separado regiões até cerca de 1,5 km da sua origem. Mais recentemente, há 10 milhões de anos “formava-se o degrau que separa a Superfície de Castelo Branco e a Superfície do Alto Alentejo, reativando-se como falha inversa, aquando da colisão entre as placas Núbia e Euroasiática, responsável pela formação da Serra Nevada e da Cordilheira Central Ibérica. Nesta etapa, ocorreu um levantamento do bloco norte da falha em cerca de 150 metros” (Catana, Rodrigues e Carvalho, 2022) (Figura 27), sendo bem visível nos granitos, em Idanha-a-Nova (Figura 28).



FONTE: CATANA, RODRIGUES E CARVALHO (2022)

FIGURA 27. BLOCO DIAGRAMA DA EVOLUÇÃO DA FALHA DO PONSUL. A) ANTES DA OROGENIA VARISCA; B) DURANTE A OROGENIA VARISCA OCORREM ESFORÇOS OROGÉNICOS E OCORRE FRATURAÇÃO DA CROSTA COM FALHA DE DESLIGAMENTO ESQUERDO ATÉ 1,5 KM; C) DURANTE A OROGENIA ALPINA DÁ-SE UMA REATIVAÇÃO DA FALHA, FORMANDO-SE UMA FALHA INVERSA DEVIDO A FORÇAS COMPRESSIVAS, COM UM REJEITO VERTICAL MÁXIMO DE 200 M. OCORRE ENCAIXE DO RIO PONSUL AO LONGO DA FALHA NOS ÚLTIMOS 2 MA.



FONTE: ADAPTADO DE CARVALHO, (2020).

FIGURA 28. ESCARPA DE FALHA DO PONSUL EM IDANHA-A-NOVA. NOTAR A “FRESCURA” DA ESCARPA NOS GRANITOS E O REJEITO VERTICAL QUE INDIVIDUALIZA O BLOCO SOERGIDO DA MESETA IBÉRICA RELATIVO À SUPERFÍCIE DE CASTELO BRANCO, FACE AO BLOCO ABATIDO DA SUPERFÍCIE DO ALTO ALENTEJO.

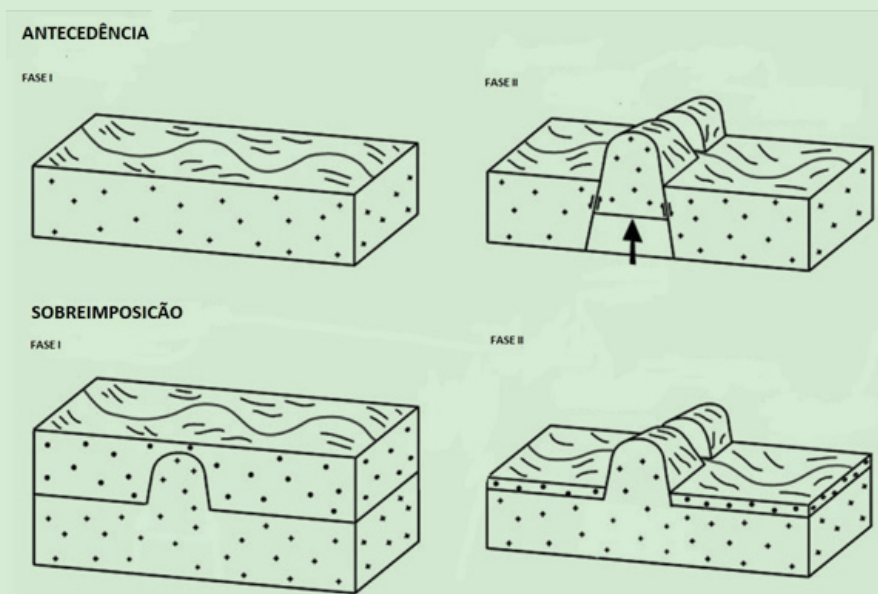
O rio Ponsul, que lhe deu o nome, segue a falha por 35 km. O percurso sobre a falha é epigénico, na medida em que a corta indiferenciadamente. Conforme referem Carvalho, Catana e Rodrigues (2011), “o rio Ponsul sai do seu desfiladeiro entalhado na superfície de Castelo Branco, bem patente na Senhora da Graça, onde aqui corre condicionado pela evolução complexa da zona de falha, passando a descrever meandros livres ao pé da escarpa de falha. O Ponsul sobrepõe-se à falha do Ponsul por epigenia, no entanto o seu percurso é controlado pela falha, o que mostra a antecedência do rio condicionada por reativações recentes da falha”.

Em suma, no bloco soerguido formou gargantas epigénicas e traçou meandros no bloco abatido, o que demonstra que o leito do rio é anterior ao levantamento tectónico, quando ainda toda a região estava coberta pelos depósitos cenozoicos (Ribeiro, 1949). À medida que se deu o levantamento do bloco NNW, estes sedimentos foram sendo erodidos e depositados no compartimento abatido. Mais tarde, o rio ao atingir as rochas do soco varisco, cavou nelas o seu leito. Atualmente, o rio forma uma garganta apertada sobre o granito de Idanha, entra em seguida na campina (bloco abatido), regressando alguns quilómetros depois, de novo ao soco, onde forma nova garganta epigénica, desta vez, no Grupo das Beiras (Ribeiro, 1949) (Figura 28).

Para saber mais...

O processo erosivo por epigenia prevê que numa primeira fase o rio se instale em material não consolidado ou facilmente erodível que está a fossilizar o substrato rochoso. Com o aumento da capacidade erosiva do curso de água e conseqüente incisão fluvial (Figura SM.4), o relevo constituído por rochas de maior dureza e mais antigas é exumado, sendo frequente a criação de discordâncias. O rio é, portanto, mais jovem do que a estrutura.

Já o processo por antecedência ocorre quando um rio é anterior à orogenia que resultou no soerguimento de um relevo montanhoso (Figura SM.4). À medida que a tectónica foi atuando, o rio manteve o percurso, só possível porque a capacidade erosiva foi na mesma proporção com que ocorreu o soerguimento. O rio é, portanto, mais antigo do que a estrutura em que está instalado (Larson et al., 2017).



FONTE: LARSON ET AL., 2017

FIGURA SM.4. BLOCO DIAGRAMA DOS PROCESSOS DE ANTECEDÊNCIA E EPIGENIA (SOBREIMPOSIÇÃO).

Os canhões fluviais do rio Erges

Além de alguns setores do rio Ponsul marcados por gargantas epigénicas, são os canhões fluviais do rio Erges que mais se destacam na geomorfologia fluvial de Idanha-a-Nova. Entende-se por canhão fluvial um vale estreito e profundo com vertentes abruptas em resultado da ação erosiva de um curso de água. O rio Erges, afluente do rio Tejo, é um dos últimos rios selvagens do território nacional, mantendo a capacidade erosiva do substrato rochoso. Face à geodiversidade ao longo do curso fluvial e em resposta à evolução do curso do rio Tejo na direção do oceano Atlântico (facto que aumentou a incisão fluvial do Erges), o rio Erges abriu três profundas gargantas com cerca de 130 m de altura: a montante, nos quartzitos das Termas de Monfortinho, e a jusante no maior afloramento rochoso de origem granítica na região do Tejo Internacional, em Salvaterra do Extremo e em Segura.

Como refere Carvalho (2020) a génese dos canhões fluviais do Erges deve-se a uma resposta erosiva perante um substrato heterogéneo. Em Monfortinho, na transposição dos dois flancos quartzíticos do sinclinal de Aranhas-Penha Garcia- Canaveral, o rio serpenteia entre “canchos” duros de roer e define 6 níveis de terraços (Carvalho, 2020). Mais a sul, e apesar de durante grande parte do seu troço, o rio Erges correr encaixado, no contacto das formações metassedimentares do Grupo das Beiras com o granito de Salvaterra o vale estreita-se e aprofunda 120-130 m, num percurso de 3 km com vertentes quase verticais (Rodrigues, Carvalho e Geraldês, 2008). De norte para sul, as Fragas da Segura são o último canhão do Erges. O granito ali “é vencido pelo rejeito vertical provocado pela Falha de Segura, o que provoca espetacular cotovelo antes da Ponte Romana” (Carvalho, 2020). Menos imponente que os restantes canhões fluviais, não deixa de ter a sua importância na geomorfologia e geologia deste território.

A evolução morfogenética do vale do rio Erges remonta “há pouco mais de 3 milhões de anos, [em que] toda a região estava coberta por depósitos cenozóicos detríticos pouco coesos semelhantes àqueles que ainda abundam na região das Termas de Monfortinho. O Pré-Erges seria, em condições climáticas mais áridas do

que as actuais, um rio com menor capacidade erosiva, dispersando-se sobre a planície através de canais anastomosados e pouco entalhados. Com a crise climática que levou à última Era Glacial, o Erges ganhou fulgor erosivo, entalhando profundamente a sua rede de drenagem nos sedimentos cenozóicos. Quando o seu leito atingiu o granito de Salvaterra, já o rio Erges apresentava um vale bastante encaixado pelo que teve que se adaptar a um substrato mais duro mas fortemente fracturado, provocando a apertada incisão nas rochas graníticas que hoje podemos apreciar” (Rodrigues, Carvalho e Geraldês, 2008).

O traçado atual do Erges, a sul da falha da Segura, será o resultado da sua captura, há cerca de um milhão de anos, por um afluente do rio Tejo. Segundo Carvalho (2020), inicialmente o rio Erges acompanharia a falha de Segura até desaguar no Tejo após o Rosmaninhal. Depois, um afluente do rio Tejo, aproveitando uma área de rochas de menor dureza no Grupo das Beiras, escavou o seu vale para norte, até capturar o rio Erges. Consequentemente, verificou-se, neste setor terminal, um aumento da capacidade erosiva do Erges e consequente incisão do vale.

Em Salvaterra do Extremo, o miradouro do Salto da Cabra é um dos melhores locais para se observar o canhão fluvial do Erges (**Figura 29**), que ali corre bastante encaixado e em que o vale apresenta as suas paredes muito fraturadas, o que parece denotar a influência tectónica. No fundo rochoso desta garganta epigénica, por forte ação erosiva dos turbilhões de água que ali acorrem e precipitam, formaram-se marmitas de gigante (**Figura 30**). Estes canhões fluviais são, também, importantes locais de nidificação e de repouso para várias espécies de aves necrófagas e rupícolas (habitam e/ ou nidificam em zonas rochosas)



FONTE: CARVALHO (2020).

FIGURA 29. CANHÃO FLUVIAL DO RIO ÉRGES, NO SALTO DA CABRA EM SALVATERRA DO EXTREMO. REPARAR NO PERFIL RETILÍNEO DO VALE E NO REGIME TORRENTEAL DO CURSO DE ÁGUA TÍPICO DE CLIMA MEDITERRÂNICICO.

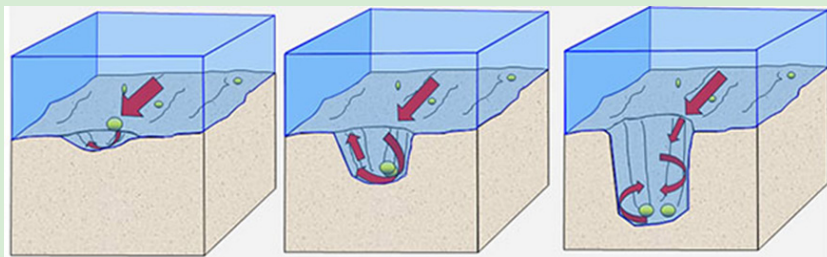


FONTE: RODRIGUES, CARVALHO E GERALDES (2008).

FIGURA 30. MARMITA DE GIGANTE NO LEITO DO RIO ÉRGES, RESULTADO DE ABRASÃO MECÂNICA DO GRANITO.

Para saber mais...

Designa-se por tempo geológico o tempo decorrido desde a formação da Terra, há 4600 milhões de anos, até à atualidade. Apesar de ser um conceito de interpretação complexa, a sua referência é fundamental para a compreensão de um conjunto de fenómenos que marcaram a evolução e a história da Terra, tanto ao nível geomorfológico, como da vida no planeta. O tempo geológico é representado por uma escala, dividida em intervalos (unidades geocronológicas), onde a unidade básica de medida é 1 milhão de anos (Ma) (Catana, 2008).



FONTE: GEOCACHING (S.D.)

Que riqueza esconde o subsolo? Idanha-a-Nova, terra de minerais

O interesse pelo subsolo de Idanha-de-Nova permanece até aos dias de hoje, tendo sido, em 2021, uns dos territórios falados para o concurso que visava a atribuição dos direitos de prospeção e pesquisa de lítio, no entanto o seu património natural protegido levou a que fosse excluído, para gáudio das suas populações e entidades locais. Embora, ainda, se encontrem algumas minas registadas no concelho de Idanha-a-Nova, de acordo com a Direção-Geral de Energia e Geologia não existem contratos de prospeção e pesquisa, nem de exploração experimental e nem concessão de exploração atualmente em vigor neste concelho.

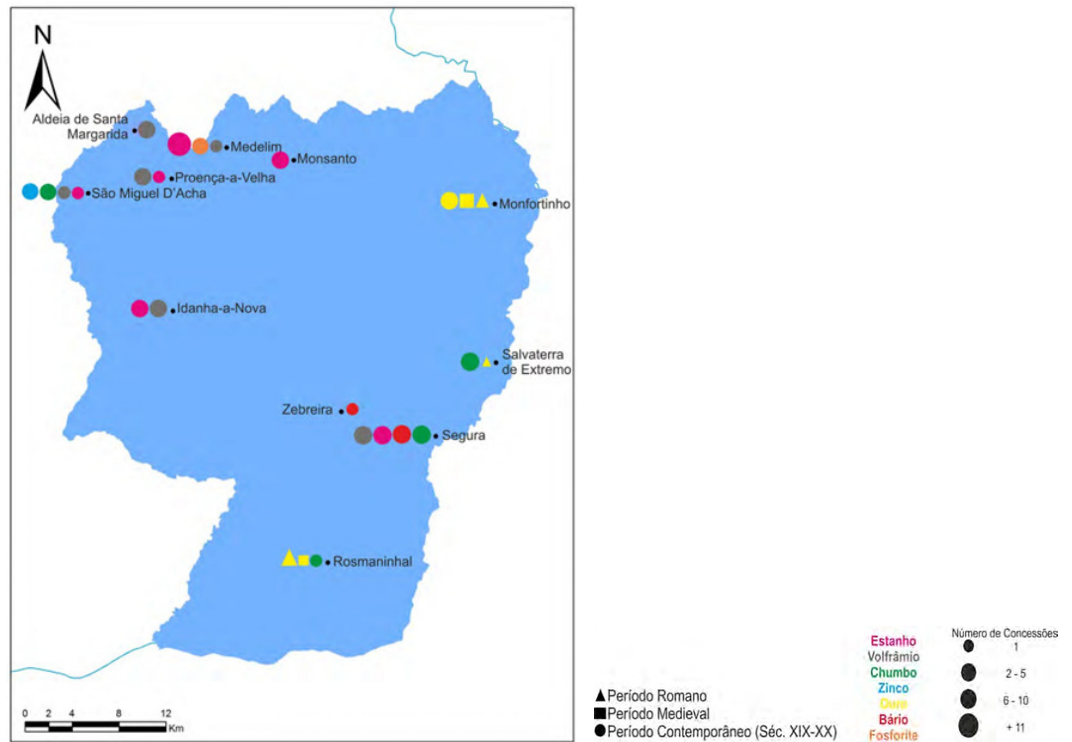
De acordo com Jose Hermano Saraiva, o concelho de Idanha-a-Nova terá sido um importante centro de mineração, facto que

se justifica pelo elevado número de minas naturais existentes nesta região. Neste território para além da riqueza de minerais existia, ainda, condições para fundi-los e depois transportá-los para as grandes cidades. Este transporte era feito através do rio Ponsul, que ao desaguar no rio Tejo, levava jangadas e barcos cheios de minérios para outras localizações.

A paisagem mineira desta região resulta de uma longa e complexa história geológica, que remonta há cerca de 600 milhões de anos e que hoje pode ser lida nas rochas, nos vales, nas galerias abandonadas e nas escombrelas de mina. Os vestígios da exploração mineira que "sobreviveram" até aos dias de hoje vem reforçar a relevância da atividade mineira nesta região beirã. Em Idanha-a-Nova a exploração mineira remonta o período romano, observando-se, também, a sua ocorrência durante a idade média. Também se observou a exploração de

minerais nos séculos XIX e XX. Analisando os autos de descoberta nos registos municipais, só no município de Idanha-a-Nova foram assinalados 1960 pedidos de direitos em 116 anos. A “febre do ouro negro” (estanho) foi particularmente interessante neste território durante a Segunda Guerra Mundial, levando ao deslocamento de milhares de agricultores para os centros mineiros (Rodrigues et al., 2011). Neste concelho, observou-se a exploração de estanho, volfrâmio, chumbo, zinco, ouro, bário e fósforo (Figura 31).

A exploração do subsolo ocorreu em quase todo o território de Idanha-a-Nova, embora seja particularmente evidente a maior concentração desta atividade no setor norte do concelho, entre os quais se destaca o complexo mineiro de São Miguel de Acha, um dos mais importantes do concelho a par das minas de Segura. No que respeita à exploração de ouro salienta-se, por seu turno, as minas de Rosmaninhal e Monfortinho.



FONTE: [HTTPS://WWW.NATURTEJO.COM/FICHEIROS/CONTEUDOS/FILES/FOLHETO%20O%20CASO%20DE%20SEGURA%20.PDF](https://www.naturtejo.com/ficheiros/conteudos/files/folheto%20o%20caso%20de%20segura%20.pdf) CONSULTADO A 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

FIGURA 31 MAPA DE CONCESSÕES MINEIRAS DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

As minas de Segura

Segura foi vila e sede de concelho entre 1510 e 1836, quando foi anexada ao então município de Salvaterra do Extremo. A exploração mineira iniciou-se em meados do século XIX, e terminou já no século XX, os diferentes recursos minerais de Segura foram explorados de um modo quase contínuo. Atualmente o couto mineiro de Segura encontra-se classificado com geomonumento, estando integrado no Geopark Naturtejo.

A subsistência das populações de Segura encontrou-se durante muito tempo no subsolo do território, tendo aqui afluído muitas pessoas em busca de trabalho e riqueza, numa autêntica corrida ao minério.

Do couto mineiro de Segura extraiu-se extraía-se: volfrâmio (ferberite), estanho (cassiterite), bário (barite), ouro, zinco (esfalerite) e chumbo (galena). As mineralizações com interesse económico estão associadas a filonetes e a veios de quartzo e barite. Estescorpos intrusivos ao longo de fracturas têm uma génese em íntima relação com a presença do maciço granítico de Segura. O volfrâmio e o estanho ocorrem em filões sub-horizontais; já o chumbo e a barite

ocorrem associados à fracturação sub-vertical dominante, com direcção NE-SW (Rodrigues et al., 2011). A exploração de bário, chumbo, estanho e volfrâmio está ligada à Empresa Mineira de Segura e ao seu proprietário o Engenheiro Geólogo Bacellar Bebiano. Todas as explorações mineiras encontram-se atualmente abandonadas.

A exploração de bário, chumbo, estanho e volfrâmio está ligada à Empresa Mineira de Segura e ao seu proprietário o Engenheiro Geólogo Bacellar Bebiano. Existem poços e galerias no seio de uma paisagem rural e também alguns vestígios de maquinaria e da lavaria-piloto (Rodrigues et al., 2011).

Em Segura é, ainda, possível observar o local onde se realizava a lavagem de minério (lavaria) e fundição (**Figuras 32 e 33**), por cascalheiras das antigas minas de chumbo e pelos antigos poços de volfrâmio e estanho, todos eles testemunhos ímpares da evolução das tecnologias empregues para a exploração de uma grande variedade de jazigos minerais de natureza filoniana (Rodrigues et al., 2011).



FONTE: [HTTPS://WWW.NATURTEJO.COM/CONTEUDO.PHP?OPT=O-QUE-VISITAR&ID=65](https://www.naturtejo.com/conteudo.php?opt=o-que-visitar&id=65), CONSULTADO A 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

FIGURA 32 LAVARIA DO COUTO MINEIRO DE SEGURA.



FONTE: [HTTPS://WWW.CM-IDANHANOVA.PT/TURISMO/GEOMONUMENTOS/MINAS-DE-SEGURA.ASPX](https://www.cm-idanhaova.pt/turismo/geomonumentos/minas-de-segura.aspx), CONSULTADO A 30 DE NOVEMBRO DE 2022.

FIGURA 33. ESCOMBREIRA DE MATERIAIS ESTÉREIS.

Para saber mais...

Faça o percurso pedestre Rota das Minas e conheça os vestígios da exploração mineira do concelho pode, também, consultar a informação geral sobre esta rota (descrição, duração e grau de dificuldade) em: https://www.cm-idanhaova.pt/turismo/percursos_pedestres.aspx

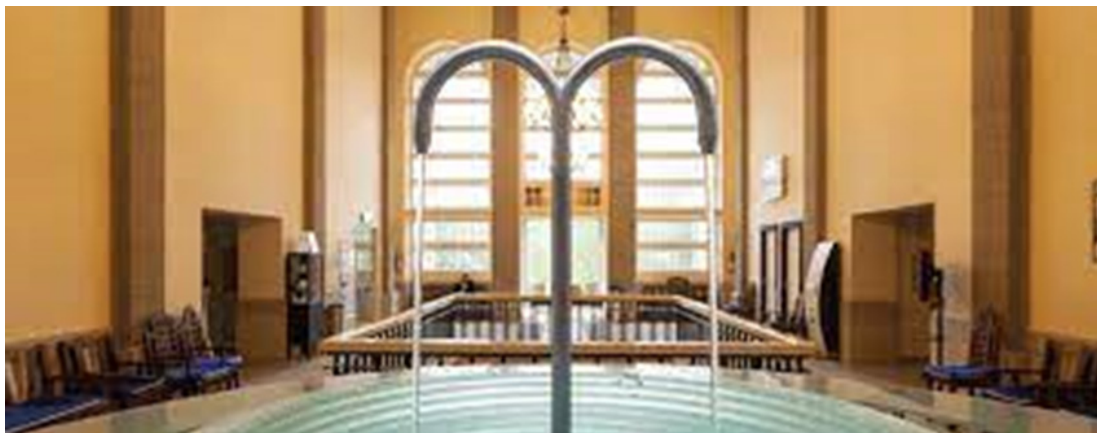
Neste sítio encontra-se a informação referente a 13 percursos pedestres bastante distintos, desde a rota das aldeias históricas, até a rota do rio Erges.

As termas de Monfortinho

Localizada na proximidade da serra de Penha Garcia e na margem direita do rio Erges, as termas de Monfortinho, que têm por base uma nascente denominada de Fonte Santa, consideradas com uma das mais antigas fontes termais do país (**Figura 34**). De acordo com as Termas do Centro, as águas da Fonte Santa de Monfortinho são

hipomineralizadas, bicarbonatadas, sódicas, cálcicas e magnésicas, possuindo um dos maiores teores de sílica entre as águas termais portuguesas, o que permite uma rápida regeneração das afeções da pele (psoríase, eczemas, dermatites, acnes, etc.) e das mucosas do aparelho digestivo e respiratório. A temperatura de nascente é de 29° C e apresentam um pH de 5,45.

Pelas características das suas águas são



FONTE: RODRIGUES, CARVALHO E GERALDES (2008).

FIGURA 30. MARMITA DE GIGANTE NO LEITO DO RIO ERGES, RESULTADO DE ABRASÃO MECÂNICA DO GRANITO.

particularmente convidativas ao repouso e ao bem-estar, para além de serem recomendadas no tratamento de doenças de diferentes fóruns. As propriedades terapêuticas das águas termais de Monfortinho foram reconhecidas em 1989 pela Direção Geral da Saúde (DGS), tendo, em 2008, o despacho nº 8223/2008, de 19 de março, atribuído as seguintes indicações terapêuticas:

- a)** doenças metabólico-endócrinas;
- b)** doenças reumáticas e músculo-esqueléticas;
- c)** doenças do aparelho circulatório;
- d)** doenças do aparelho nefro-urinário;
- e)** doenças do aparelho respiratório.

Existe uma tradição lendária que dita que as águas da Fonte Santa de Monfortinho, como o povo as designa, terão sido usadas desde a época romana. Contudo, até à data, não existe qualquer achado arqueológico que possa comprovar (Almeida, 2013).

As primeiras referências às águas termais de Monfortinho são do físico setecentista Ribeiro Sanches, que no século XVIII já descrevia a suas qualidades terapêuticas. Em 1726, Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, no Aquilégio Medicinal “onde tenta fazer uma catalogação das águas termais portuguesas”, faz referência à existência de “seis fontes de água tépida, sendo a mais copiosa a conhecida como Fonte Santa” (Almeida, 2013).

Os benefícios amplamente reconhecidos

destas águas levou à sua utilização por pessoas tanto de Portugal e de Espanha, utilização essa também descrita médico de D. João V. Ainda durante o século XVIII seria construído o edifício conhecido como Banho Público (Almeida, 2013). Pese embora o facto do balneário, inaugurado no ano de 1940, tal como o conhecemos hoje ser consequência de profundas obras de remodelação levadas a cabo pela companhia das Águas da Fonte Santa de Monfortinho, empresa que responsável à data pela exploração das termas de Monfortinho, ocorridas em 2001, que reorganizaram e modernizaram todo a infraestrutura. Sublinha-se que em 1940 foi também inaugurada a unidade hoteleira, localizada no complexo das termas: o hotel que tem a mesma designação da fonte de água termal. Fonte Santa.

As termas de Monfortinho e o complexo hoteleiro envolvente são um polo de atração turística do concelho de Idanha-a-Nova, embora, nos últimos anos se observe uma diminuição do número de aquistas em Portugal, a que este complexo termal não é exceção. No entanto, um estudo datado de 2008, tentou perscrutar o efeito, na economia regional, proporcionado por cada euro de despesa efetuado na região por um frequentador do estabelecimento termal. No caso das Termas de Monfortinho, o efeito total na economia da região ascendia a cerca de 7,7 milhões de euros. Estimava-se que essas despesas eram responsáveis pela criação de 280 empregos, que variavam de acordo com a sazonalidade da atividade, o que representava cerca de 8% do emprego do concelho de Idanha-a-Nova e cerca de 1,4% do emprego da região da Beira Interior Sul (Almeida, 2013).

As albufeiras, canais e fontes de Idanha-a-Nova

O concelho de Idanha-a-Nova, pertence à Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste, e, é atravessado por três rios principais, o Tejo, o Erges e o Ponsul, por um rio secundário, denominado de rio Torto, e por vários ribeiros e ribeiras. Os cursos de água do concelho assumem-se como os limites do concelho, uma vez que fazem fronteira a Este e a Sul com Espanha e a Oeste com os concelhos de Castelo Branco e Fundão.

Ao longo das margens do rio encontram-se vestígios da ocupação humana e de atividades outrora importantes no concelho, evidente pela presença de azenhas, açudes, levadas e moinhos, que atualmente encontram-se ruínas. Estas construções estão diretamente relacionadas com as atividades agrícolas, particularmente com a produção de cereais, e com a exploração mineira, que em tempos ocorreu neste concelho. Também associados a usos passados, foram construídos para facilitar o acesso das populações à água, encontram-se, ainda, no concelho um conjunto de fontes, fontanários e chafarizes públicas, localizados maioritariamente nas povoações de outras edificações como poços, picotas, noras, pias, tanques e lavadouros espalhados por todo o território.

Quanto às superfícies de água principais, em Idanha-a-Nova contabilizam-se 3 albufeiras, sendo a Albufeira Marechal Carmona, localizada no rio Ponsul, a mais importante, sendo a responsável pelo abastecimento de água de toda a zona das “campinas de Idanha-a-Nova”. Para além desta função, ganha cada vez mais importância como polo de atração turística, associada à prática de desportos náuticos e de atividades de lazer. Também no rio Ponsul encontra-se a Albufeira de Penha Garcia, que garante o abastecimento público de água das freguesias do setor norte do concelho. De menores dimensões, de referir a albufeira da Toulica, localizado numa ribeira com igual designação, que é responsável pelo abastecimento de água de toda a área sul do concelho. O abastecimento público de água e agrícola, assim como a energia elétrica, são os principais objetivos destas construções. Mas não se pode ignorar o seu papel no aumento da oferta turística local, pois permitem o aparecimento de atividades lúdicas, recreativas e desportivas, o que leva o a aparecimento de

outras construções nas suas imediações.

A praia fluvial Marechal Carmona nasce com a construção da barragem com igual designação, potencializando, deste modo, a superfície de água criada. Para além desta praia fluvial, existe, ainda, a praia fluvial do Pego, localizada na freguesia de Penha Garcia (**Figura 35**). Esta corresponde a uma pequena piscina fluvial e a uma cascata, limitada por muros de pedra. As duas praias fluviais encontram no rio Ponsul.

Ainda no que respeita, aos recursos hídricos do concelho não podemos deixar de referir o aquífero termal de Monfortinho, anteriormente analisado.



Fonte: <https://www.praiafluvial.pt/praias-fluviais-do-pegno/>, consultado a 15 de Novembro de 2022.

FIGURA 35. PRAIA FLUVIAL DO PEGO

A albufeira: um marco na paisagem

O profundo recorte do vale que se descobre do paredão da Barragem Marechal Carmona, em direção a Idanha-a-Nova, torna mais impressionante a massa de água acumulada a montante. Espaço de lazer entre os mais apetecíveis na região, é palco de um dos eventos mais procurados no mundo, o Boom Festival, exemplo de como dinâmicas contemporâneas à escala global podem ser compatíveis com a promoção da ruralidade e a salvaguarda do ambiente (Jacinto, 2018)

Localizada na proximidade da freguesia sede

de concelho, a barragem de Idanha, em pleno rio Ponsul, também, designada por Barragem Marechal Carmona, foi inaugurada em 1947 (Figura 36).

A Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola foi a encarregue pela coordenação da sua construção e atualmente pertence à

Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova. A construção da barragem teve como principais objetivos a produção hidroelétrica, no total de 500 milhões de Kwh, e a rega extensiva das explorações agrícolas, numa área de 125000 ha.



FONTE: [HTTPS://WWW.PRAIAFLUVIAL.PT/BARRAGEM-DA-IDANHA/](https://www.praiafluvial.pt/barragem-da-idanha/), CONSULTADO A 15 DE NOVEMBRO DE 2022.

FIGURA 36. ALBUFEIRA E BARRAGEM MARECHAL CARMONA.

Esta obra potenciou e garantiu o desenvolvimento agrícola, facilitando o aparecimento de culturas de regadio e a agricultura intensiva. De acordo com o Relatório da Campanha de Rega de 2021, a área total regada com água do perímetro de rega foi de 3.649 ha, praticamente mais 1.000 ha que em 2020, correspondendo a 44,3% da área total do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha (AHI) que é de 8.237,21 ha. O aumento da área regada deve-se ao aumento das plantações de amendoeiras, que continuam e franca expansão no perímetro de rega. Destaca-se, também, o regresso da cultura de milho para grão. Em contrapartida, algumas culturas forrageiras, como a luzerna, o sorgo, o milho silagem e o prado natural, diminuíram a sua área.

Atualmente, para além destas funções é, também, um importante ponto de atracão turística, potencializado, quer pela prática de atividades desportivas, associadas aos desportos náuticos, quer pela prática de atividades de lazer. Assume-se com um ponto de referência na região Centro para a pesca desportiva e para a pesca de competição, por ser uma área pouco ventosa, à acessibilidade

e a facilidade na marcação de pesqueiros. Podem ser pescadas carpas, bogas e barbos (estas duas últimas espécies no inverno). É, ainda, possível andar de mota de água, fazer remo, canoagem ou vela. Nas suas imediações existem ainda percursos pedestres para os amantes da natureza.

Na albufeira da barragem foi criada uma praia fluvial com igual designação, tendo surgindo, ainda, nas suas imediações o parque de campismo municipal, com capacidade para cerca de 2000 pessoas. E não podemos deixar de referir não por ser um marco na paisagem, mas na atividade turística e na reputação internacional de Idanha-a-Nova, a realização nesta área do Boom Festival.

De modo a gerir os diferentes tipos de uso, foi criado o Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha, publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/2008, de 21 de novembro. Este plano procura conciliar a forte procura desta área com a conservação dos valores ambientais e ecológicos e, principalmente, a preservação da qualidade da água e o aproveitamento dos recursos através de uma abordagem integrada das potencialidades e das limitações do

meio, com vista à definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para o território. Esta albufeira encontra-se classificada, pelo Decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro, como albufeira protegida. De acordo

com aquele diploma, albufeiras protegidas são aquelas cuja água é ou se prevê que venha a ser utilizada para abastecimento de populações e aquelas cuja proteção é ditada por razões de defesa ecológica.

Para saber mais...

Características técnicas da albufeira:

Bacia Hidrográfica – 359 Km²

Área inundada – 678 ha

Cota do Nível Pleno de Abastecimento (NPA) – 255.50

Volume do Nível Pleno de Abastecimento (NPA) – 78 100 x 103 m³

Cota do Nível de Máxima Cheia (NMC) – 258.50

Volume do Nível de Máxima Cheia (NMC) – 98 350 x 103 m³

Capacidade Morta – 800 x 103 m³

Capacidade útil – 77 300 x 103 m³

Paragem obrigatória da turbina – 240,00 – 13 100 x 103 m³

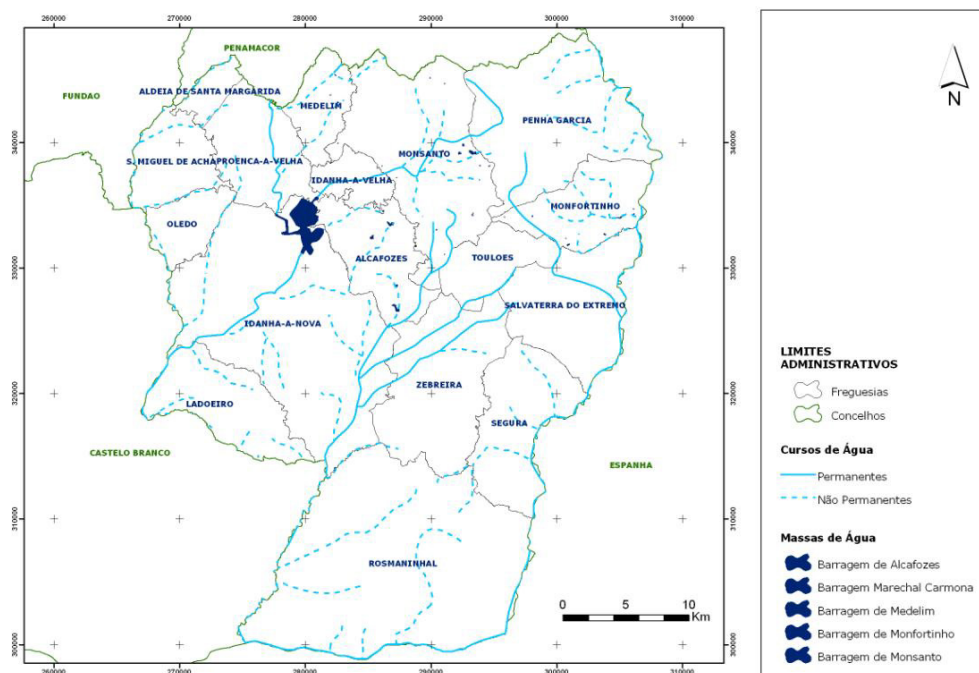
Limite de saída de água para rega, pela válvula independente – 238,00 – 9 300 x 103

FONTE DOS DADOS: [HTTPS://WWW.ARBIL.PT/](https://www.arbil.pt/), CONSULTADO A 2 DE DEZEMBRO DE 2022.

Rede de canais

A bacia hidrográfica do rio Tejo abrange uma área de cerca de 80.500 km² (Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo), dividindo de forma longitudinal a Península Ibérica. Nesta bacia insere-se totalmente o distrito

de Castelo Branco, do qual faz parte o concelho de Idanha-a-Nova. Idanha-a-Nova, é, assim, atravessada pelo rio mais importante de Portugal, o rio Tejo, ao longo de 21 km. Já os seus afluentes o rio Pônsul e o rio Erges apresentam, neste território, uma extensão de 42km e 34km (Figura 37).



FONTE: [HTTPS://WWW.RESEARCHGATE.NET/PUBLICATION/275092351_PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_INTEGRADO_MUNICIPIO_DE_IDANHA-A-NOVA/LINK/553221ac0cf2fa588ad6f17/download](https://www.researchgate.net/publication/275092351_PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_INTEGRADO_MUNICIPIO_DE_IDANHA-A-NOVA/LINK/553221ac0cf2fa588ad6f17/download)

FIGURA 37. REDE HIDROGRÁFICA DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

Todos os cursos de água apresentam um regime irregular, com caráter torrencial, ou seja, têm caudais muito reduzidos ou mesmo nulos durante a estiagem, ou seja, no verão e caudais elevados nas épocas de maior precipitação, isto é, no inverno. Sublinha que todos encontram-se classificados como linhas de água permanentes. O rio Ponsul nasce na

Serra do Ramiro, a 540 m, no próprio concelho de Idanha-a-Nova, sendo um afluente da margem direita do rio Tejo. A sua sub-bacia tem uma área de 1486,6 Km² e para ela drenam as ribeiras de Amial, Alcafozes, Oledo e Aldeia de João Pires. O seu vale é caracteriza-se por encaixes profundos e encostas abruptas.

Sabias que...

Em Idanha-a-Velha pode-se atravessar o rio Ponsul através de um sistema de poldras. A travessia das linhas de água pelo sistema de poldras, blocos de pedra fincados verticalmente no leito, permitindo vencer a água, e a corrente, passando de bloco em bloco até à margem contrária, é um sistema arcaico, perigoso e de uso limitado. Foi por estas razões vulgarmente utilizado em passagens secundárias, como é o caso presente. No entanto, o comprimento invulgar, cerca de cinquenta metros, da linha de blocos, maioritariamente provenientes de elementos arquitetónicos de época romana, e o seu elevado número, quarenta e três, conferem-lhe uma singularidade digna de nota. Infelizmente, a data da sua construção é desconhecida



FONTE: [HTTPS://ALDEIAHISTORICASDEPORTUGAL.COM/LOCAL/POLDRAS-SOBRE-O-RIO-PONSUL/](https://aldeiahistoricasdeportugal.com/local/poldras-sobre-o-rio-ponsul/)
FIGURA SQ.3. SISTEMAS DE POLDRAS NO RIO PONSUL

Afluente, também, da margem direita do rio Tejo, o rio Erges, o último rio selvagem de Portugal, que nasce em Espanha na serra da Gata, delimita a Este o concelho faz, juntamente com o rio Tejo, a Sul, fronteira com Espanha, e corre aproximadamente de Norte para Sul. Caracteriza-se por um vale em V estreito e profundo com vertentes abruptas, sendo "famosos" os canhões fluviais do rio Ponsul. Com uma área de 594 Km², para a sub-bacia do rio Erges converge o rio Torto e as ribeiras de Arades e Gavião, para esta última drenam, por sua vez as ribeiras de Canas e Tapadas.

Embora seja uma ribeira, pela sua extensão de 49,9km, destaca-se, ainda, no concelho de Ida-

nha-a-Nova, a ribeira do Aravil, que nasce aqui na serra da Murracha, a uma altitude de 440 m. Caracteriza-se por uma fraca sinuosidade que apenas se acentua na sua parte final. Corre quase paralelamente ao rio Erges, com uma direção de Nordeste para Sudoeste. É também um afluente da margem direita do rio Tejo e em parte do percurso faz fronteira com o concelho de Castelo Branco. Para a sub-bacia da ribeira de Aravil, com uma área de 448,6 Km², drenam as ribeiras de Gonçalão, Rata, Freixo, Velha, Tola e Toullica e o ribeiro do Gamo.

As fontes

A ocupação humana do território de Idanha-a-Nova gerou a necessidade de acesso à água, não só para sobrevivência das populações, como para atividade agrícola. Por isso, para fazer face às irregularidades do ciclo da água, foram-se desenvolvendo diversas práticas e estratégias capazes de assegurar a sua presença. São vários os registos de fontanários públicos, a maior parte das vezes instalados em pleno espaço público da vila e das aldeias do concelho, bem como outros elementos espalhados pelo território como, poços, picotas, noras, pias, tanques, lavadouros, caleiras e muros, estrategicamente colocados. Estes elementos acabaram por deixar de ser necessários com a construção da Barragem Marechal Carmona, e são hoje as marcas, que restam, que asseguravam a sobrevivência das populações (Longo, 2011).

Em todo o concelho de Idanha-a-Nova observa-se, ainda, um número significativo de fontes e chafarizes que são testemunhos da importante circulação de água que se faz no interior do maciço granítico (**Figura 38**). Estes chafarizes e fontes têm associada uma pequena edificação, associada à necessidade de facilitar o acesso de água à população. De referir o papel importante que tiveram no quotidiano das suas

populações funcionando como ponto de encontro e local de convívio, até pela centralidade que, na maioria das vezes, apresentavam no contexto da localidade que se inseriam.

Destacam-se os seguintes:

- freguesia de Aldeia de Santa Margarida: fonte da Cascalheira e Nova;
- freguesia de Ladoeiro: fonte Grande e das Pias;
- freguesia de Oledo: fontanário do Espírito Santo freguesia de Penha Garcia: fonte do Pego;
- freguesia de Proença-a-Velha: chafariz Longe, Pirolitos, Devesa, Adro e São Sebastião e fontes da Goma e Bica;
- freguesia de São Miguel de Acha: fonte do Rossio;
- união de freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes: chafariz da Fonte Nova e do Meio e as fontes de Afundanda, Baixo, Medelim, Laranjeiro, Divino Espírito Santo, Rossio, Ferreiro, Pequena, Senhora da Graça, Velho;
- na união de freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo: aqueduto e chafariz da Devesa/fonte Joanina (século XVIII), fonte da Ribeira.



Fonte: [HTTPS://ALDEIAHISTORICASDEPORTUGAL.COM](https://aldeiahistoricasdeportugal.com)

FIGURA 38. CHAFARIZ DO MEIO (ESC). AQUEDUTO E CHAFARIZ DA DEVESA/FONTE JOANINA (DIR.).

Na união de freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes existe, ainda, o poço do concelho, que corresponde a um furo de água que antigamente era responsável pelo

abastecimento de água. Já na freguesia de Proença-a-Velha encontram-se um conjunto de poços, as saber Arregaça, Novo, Prelado, Capitão e d'El-Rei.

Idanha-a-Nova é um espaço de vocação agrícola?

Idanha-a-Nova, outrora, conhecida como o celeiro da Beira Alta, chegou, também, a ser o concelho com a maior produção de tabaco do país. Evidenciando a importância que a agricultura teve neste concelho de cariz eminentemente rural. A vocação agrícola de Idanha-a-Nova reflete-se no

uso e na ocupação do solo, observando-se que a área agrícola corresponde a 20,45%, a que se associa 19,80% da área de pastagens e 12,82% das áreas agroflorestais (**Quadro IV**). Se podemos afirmar que Idanha-a-Nova tem uma vocação agrícola, não podemos ignorar a sua vocação florestal, ocupando a floresta, a 37,12% da superfície deste território. De referir a reduzida área dos territórios artificializados correspondendo a apenas 0,63% do total.

Classes de uso e ocupação do solo	Superfície (km ²)	
	há	%
Territórios artificializados	8,89	0,63
Área agrícola	289,61	20,45
Área de pastagens	280,4	19,80
Superfícies agroflorestais	181,61	12,82
Área florestal	525,72	37,12
Área de matos	113,79	8,03
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	3,04	0,21
Zonas húmidas	0	0,00
Massas de água superficiais	13,28	0,94

QUADRO IV. SUPERFÍCIE POR CLASSES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA EM 2018.

FONTE DE DADOS: INE, 2018

De salientar que o cariz agrícola, ainda, se reflete na atividade económica, com o setor primário a representar 35,9% das empresas, 31,9% do pessoal ao serviço e 24,4% do volume de negócios. Embora se verifique uma terceirização da atividade económica deste concelho, como foi anteriormente referido. O número de explorações

agrícolas registou uma diminuição entre os dois últimos recenseamentos agrícolas (**Quadro V**), passando, entre os anos de 2009 e 2019, de 1440 para 1393 explorações com culturas permanentes (-3,26%) e de 908 para 504 explorações com culturas temporárias (-44,49%).

Unidade territorial	Nº de explorações com culturas permanente			Nº de explorações com culturas temporárias		
	2009	2019	Variação	2009	2019	Variação
Idanha-a-Nova	1440	1393	-3,26	908	504	-44,49
Aldeia de Santa Margarida	40	35	-12,5	18	19	5,56
Ladoeiro	236	210	-11,02	119	110	-7,56
Medelim	52	58	11,54	10	9	-10
Oledo	50	46	-8	32	15	-53,13
Penha Garcia	80	78	-2,50	46	24	-47,83
Proença-a-Velha	55	46	-16,36	23	21	-8,7
Rosmanihal	151	142	-5,96	69	30	-56,52
São Miguel de Acha	104	101	-2,88	37	24	-35,14
Toulões	79	79	0	39	22	-43,59
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	100	148	48,0	111	95	-14,41
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	109	108	-0,92	46	32	-30,43
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	248	230	-7,26	215	32	-85,12
União das freguesias de Zebreira e Segura	136	112	-17,65	143	71	-50,35

QUADRO V. EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM CULTURAS PERMANENTE E TEMPORÁRIAS POR UNIDADE TERRITORIAL NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NOS ANOS DE 2009 E 2019.

FONTE DE DADOS: INE (2009 e 2019).

No ano de 2019, no respeito ao tipo de cultura permanentes, destaca-se o olival presente em 1313 explorações, seguindo-se os frutos frescos e os citrinos presentes em 292 e 278 explorações respetivamente (**Quadro VI**). Sublinha-se nos frutos frescos a produção de maçã (129 explorações) e pêra (119 explorações), enquanto nos citrinos destaca-se a laranja (260 explorações). Referida anteriormente pelo impacto que teve no aumento da necessidade

de água proveniente da albufeira Marechal Carmona, são 23 explorações com amendoeiras, sendo de referir que encontram-se frutos de casca rija num total de 47 explorações. A união das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha e a freguesia de Ladoeiro são as unidades territoriais que concentravam o maior número, com 230 e 210 explorações, respetivamente. A maioria das explorações têm uma área agrícola entre 1ha e 5ha.

Unidade territorial	Total	Nº de explorações						
		Frutos frescos (excepto citrinos)	Citrinos	Frutos sub-tropicais	Frutos de casca rija	Olival	Vinha	Outras culturas permanentes
Idanha-a-Nova	1393	292	278	2	47	1313	157	8
Aldeia de Santa Margarida	35	3	5	--	--	35	6	--
Ladoeiro	210	45	29	1	5	200	54	1
Medelim	58	2	1	--	1	57	2	--
Oledo	46	1	2	--	--	46	4	--
Penha Garcia	78	13	15	--	4	75	4	--
Proença-a-Velha	46	3	5	--	2	46	6	--
Rosmaninhal	142	3	5	--	4	137	3	1
São Miguel de Acha	101	24	28	--	3	96	22	--
Toulões	79	24	21	--	3	76	11	--
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	148	35	16	--	6	101	14	5
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	108	8	11	--	6	106	4	1
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	230	129	136	1	11	229	27	--
União das freguesias de Zebreira e Segura	112	2	4	--	2	109	--	--

QUADRO VI. EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM CULTURAS PERMANENTE E TIPO DE CULTURA POR UNIDADE TERRITORIAL NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA EM 2019.

FONTE DE DADOS: INE, 2019

Analisando as explorações agrícolas com culturas temporária, observa-se um predomínio das culturas forrageiras, presentes em 408 explorações, o que evidencia a importância da criação de gado neste concelho (**Quadro VII**). O outrora famoso celeiro da Beira Baixa, registava, em 2019, apenas 69 explorações que se dedicavam aos cereais para grão. Salienta-se aqui a produção de tritcale, aveia e trigo, existentes em 26, 21 e 20 explorações, respetivamente. De referir a existência de 50 explorações com leguminosas secas para grão, encontrando-se presentes em

quase todas o cultivo de feijão (44) e 46 com prados temporários.

Tal como se observou nas culturas permanentes, também, nas culturas temporárias é a freguesia de Ladoeiro e a união de freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha que registam o maior número de explorações, mais concretamente 110 a 95 explorações. A maioria das explorações do concelho têm uma dimensão entre 5ha e 20ha, com um total de 135 explorações e entre 2 e 5ha, com 120 explorações.

Unidade territorial	Nº de explorações								
	Total	Cereais para grão	Leguminosas secas para grão	Prados temporários	Culturas forrageiras	Batata	Culturas industriais	Culturas hortícolas	Outras culturas temporárias
Idanha-a-Nova	504	69	50	46	408	5	7	32	5
Aldeia de Santa Margarida	19	2			19				
Ladoeiro	110	19	11	9	86	2	2	23	2
Medelim	9	7	2	1	4				
Oledo	15		2	3	14			1	
Penha Garcia	24	3			22				
Proença-a-Velha	21	3	5	1	19	1			
Rosmanihal	30	8	4	2	22	1	1	1	
São Miguel de Acha	24	1	6	1	20				
Toulões	22		3	1	20				
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	95	5	8	17	71		3	5	3
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	32	2	5	4	26				
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	32	2			31	1		1	
União das freguesias de Zebreira e Segura	71	17	4	7	54		1	1	

QUADRO VII. EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM CULTURAS PERMANENTE E TIPO DE CULTURA POR UNIDADE TERRITORIAL NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA EM 2019.

FONTE DE DADOS: INE, 2019

A sustentabilidade é uma das imagens de marca deste concelho, o que tem conduzido as autoridades locais a dinamizar e a promover novas práticas agrícolas, todas relacionadas com a produção em modo biológico. Idanha-a-Nova foi a primeira Bio-Região em Portugal e adesão a esta rede teve por objetivo implementar uma estratégia de desenvolvimento sustentado e sustentável do território. Neste sentido, a promoção dos produtos biológicos converge com a promoção do território e das suas especificidades e características únicas.

No ano de 2019, eram 136 as explorações com

culturas em modo de produção biológico, o que corresponde a um aumento significativo de 267,57%, quando comparada com as 37 explorações registadas no ano de 2009 (Quadro VIII). Observa-se o predomínio de explorações com culturas permanente, com um total de 95 explorações. Salientando-se a o olival, em 64 explorações e os frutos de baga em 22 explorações (Quadro IXI).

As pastagens permanentes e as culturas temporárias encontram-se em 78 e 63 explorações. Nas culturas temporárias salienta-se os cereais para grão (14 explorações) e as leguminosas secas para grão (18 explorações).

Unidade territorial	Nº de explorações	
	2009	2019
Idanha-a-Nova	37	136
Aldeia de Santa Margarida	1	2
Ladoeiro	2	16
Medelim	--	5
Oledo	4	4
Penha Garcia	--	2
Proença-a-Velha	9	12
Rosmanihal	4	13
São Miguel de Acha	3	5
Toulões	--	--
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	3	50
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	1	9
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	2	4
União das freguesias de Zebreira e Segura	8	14

QUADRO VIII. EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM CULTURAS EM MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO POR UNIDADE TERRITORIAL NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NOS ANOS DE 2009 E 2019.

FONTE DE DADOS: INE (2009 e 2019).

Unidade territorial	Número de explorações				
	Total	Culturas temporárias	Pousio	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
Idanha-a-Nova	136	63	5	95	78
Aldeia de Santa Margarida	2	2	--	2	2
Ladoeiro	16	11	1	8	11
Medelim	5	4	--	3	2
Oledo	4	2	--	3	4
Penha Garcia	2	2	1	1	1
Proença-a-Velha	12	9	--	9	5
Rosmaninhal	13	3	--	9	11
São Miguel de Acha	5	--	--	5	3
Toulões	--	--	--	--	--
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	50	15	3	38	18
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	9	2	--	5	7
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	4	2	--	3	3
União das freguesias de Zebreira e Segura	14	11	--	9	11

QUADRO IX. EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR TIPO DE CULTURAS EM MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO POR UNIDADE TERRITORIAL NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NOS ANOS DE 2009 E 2019.

FONTE DE DADOS: INE, 2019

SABIAS QUE...

O MOVIMENTO DAS BIO-REGIÕES NASCEU EM ITÁLIA EM 2004 E NOS ÚLTIMOS ANOS PASSOU AS FRONTEIRAS DO PAÍS, RONDANDO HOJE AS 40 COMUNIDADES EM TODO O MUNDO. EM PORTUGAL EXISTEM QUATRO BIO-REGIÕES: IDANHA-A-NOVA, ALTO TÂMEGA, SÃO PEDRO DO SUL E MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA. O RESPONSÁVEL DA REDE INTERNACIONAL DAS BIO-REGIÕES (INTERNATIONAL NETWORK OF ECO REGIONS – INNER) EM PORTUGAL, CUSTÓDIO DE SOUSA OLIVEIRA, EXPLICA QUE “UMA BIO-REGIÃO É UM ACORDO DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BASEADO NA AGRICULTURA BIOLÓGICA”, ENVOLVENDO TODA UMA COMUNIDADE LOCAL.

A REDE INTERNACIONAL DAS BIO-REGIÕES (INNER, EM INGLÊS) QUE PRETENDE PROMOVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS LOCAIS, A CULTURA DO BIOLÓGICO NUMA ABORDAGEM TERRITORIAL E CONTRIBUIR PARA UM DESENVOLVIMENTO ATENTO À CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS E AO RESPEITO DO MEIO AMBIENTE, BEM COMO A VALORIZAÇÃO DOS DIFERENTES LOCAIS E, DESTA FORMA, A QUALIDADE DE VIDA.

FONTE: WWW.VIDARURAL.PT, CONSULTADO A 18 DE NOVEMBRO.

As características dos solos

O concelho de Idanha-a-Nova possui quatro unidades pedológicas, segundo o esquema de classificação preconizado pela Food and Agriculture Organization (FAO) (CNA, 1981). Predominam os litossolos eutríficos, associados a luviossolos, que são solos pouco evoluídos, com rocha a menos de 10 cm de profundidade; cambiosolos dístricos, que são solos com horizonte A do tipo úmbrico e horizonte B, caso exista, tipo câmbrico; e luviossolos férricos e órticos, que são caracterizados por um horizonte B argílico (IPI, 2008).

Localizado em plena Campina Albicastrense, os solos do concelho de Idanha-a-Nova são em

grande parte compostos por xisto, terciário e granito. São solos esqueléticos, com baixo teor de matéria orgânica e elevada percentagem de elementos grosseiros, para além de um número considerável afloramentos rochosos e pobres em nutrientes minerais. Caracteriza-se, assim, por solos pouco férteis, adequados à olivicultura, floresta e à criação de pequenos ruminantes (prados e pastagens). Exceção feita à área entre Idanha-a-Nova e Ladoeiro que é propícia à produção agrícola extensiva, ocorrendo aqui a exploração, principalmente, em monocultura, embora com diferentes opções ao longo dos tempos, variando por exemplo entre a produção de tomate, trigo e tabaco (IPI, 2008). As zonas pouco produtivas

localizam-se fundamentalmente nas serras de Penha Garcia e Monsanto, caracterizadas por solos pouco férteis.

A área florestal é plana e tipicamente estepária, incluindo zonas abertas com montado de azinho e sobre e áreas de matagal mediterrânico, pastagens, sobreirais e pinhais. Os solos do concelho são em grande parte compostos por xisto, terciário e granito, sendo que a sua área florestal é constituída essencialmente por azinho, oliveira, sobre e carvalho negral.

Produtos e Produtores

A exploração dos recursos endógenos associada a uma riqueza natural e cultural ímpares dão ao concelho de Idanha-a-Nova uma enorme vantagem competitiva. A valorização dos produtos endógenos, como o queijo, o mel, o azeite, os enchidos e os cogumelos tem conduzido ao aparecimento atividades artesanais e industriais de pequena dimensão.

Não podemos, também, ignorar o contributo dos produtos endógenos na especialização

e no desenvolvimento da gastronomia local. Deste modo, são típicos do concelho, os pratos de peixe de água doce, como o achigã frito com arroz de tomate ou umas migas de peixe e os pratos de carne, como a sopa de matança, os ensopados (borrego, javali ou veado), o cabrito assado no forno, a perdiz de escabeche ou arroz de lebre. Por seu turno, a prática agrícola criou outra especialidade, que são as beringelas guisadas.

O crescente dinamismo da exploração dos produtos endógenos é visível através do aumento da produção de azeitona, fundamental para a extração do azeite, que analisaremos mais detalhadamente de seguida, bem como pelo aumento do número de explorações agrícolas com colmeias e cortiços povoados, associada à produção de mel, que registou crescimento de 28,13%, passando de 32 a 41 explorações, entre os anos de 2009 e 2019 (**Quadro X**).

Unidade territorial	Nº de explorações com colmeias e cortiços povoados		
	2009	2019	Variação
Idanha-a-Nova	32	41	28,13
Aldeia de Santa Margarida	0	1	-
Ladoeiro	4	5	25
Medelim	0	1	-
Oledo	0	1	-
Penha Garcia	11	4	-63,64
Proença-a-Velha	5	1	-80
Rosmaninhal	3	7	133,33
São Miguel de Acha	1	0	-100
Toulões	0	1	-
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	2	3	50
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	0	5	-
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	4	7	75
União das freguesias de Zebreira e Segura	2	5	150

QUADRO X. NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM COLMEIAS E CORTIÇOS POVOADOS POR UNIDADE TERRITORIAL NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.

FONTE DE DADOS: INE (2009 e 2019).

Os cogumelos mais comuns de Idanha-a-Nova são; Criadilha (*Terfezia arenaria*); Sanchas (*Lactarius deliciosus*). Tortulho (*Macrolepiota procera*) e tem sido um recurso cada vez mais valorizado em termos gastronómicos, dietéticos e económicos, na produção em viveiro, ainda que mantenham uma presença discreta no panorama da

restauração local (Jacinto, 2011).

A produção de enchidos regista um incremento significativo ao longo dos últimos anos. Enraizados nas práticas associadas à matança do porco tradicional (matação, como também é designada), os enchidos da região caracterizam-se por

uma significativa diversidade, resultado das velhas estratégias que, através do aproveitamento integral do porco. Das tipologias conhecidas na região, boa parte delas é hoje fabricada nas unidades de produção industrial que conseguem manter um nível de qualidade de um modo geral muito apreciado e acessível. Morcelas de cozer e de assar, chouriços e chouriças, paios e farinheiras são os géneros mais comuns; menos frequentes, as bexigas, as alheiras, os batateiros e os bofeiros são especialidades que vale a pena procurar (Jacinto, 2011).

Com o objetivo de ajudar os produtores na venda e na divulgação dos seus produtos e levar mais longe o nome Idanha-a-Nova foi criado pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova o programa Idanha Made In, tendo como objetivo dar a conhecer

tudo o que Idanha-a-Nova tem de melhor, sejam produtos locais, cultura ou eventos. Uma das ações deste programa passa pela criação de redes de comercialização para os produtos regionais, tanto dentro como fora do concelho de Idanha-a-Nova.

Terras da Idanha é uma marca registada pela autarquia que engloba os produtos típicos do concelho e os coloca à venda em lojas gourmet ou em estabelecimentos de pequena dimensão, onde é facilitada a aproximação entre produtor e consumidor. Também dinamizado pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova são os mercados da Bio-Região de Idanha-a-Nova que procuram fomentar a comercialização e a promoção do artesanato e dos produtos agroalimentares locais e/ou biológicos da Bio-região de Idanha-a-Nova.

Para saber mais...

Sobre os produtos e os produtores de Idanha-a-Nova poderá consultar o site: <https://www.idanha.pt/idanhapt/produtos-e-produtores/> dinamizado pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Neste site, os produtos e produtores encontram-se subdivididos em 30 setores distintas, que vão desde a pastelaria e padaria, passando pela venda de sementes, até à venda de carne e enchidos. Poderá, também, procurar os produtos e produtores por localidade.

Olival e Azeite

Em 2019, de acordo com o Recenseamento de Geral da Agricultura, o olival estava presente na esmagadora maioria das explorações agrícolas com culturas permanentes, observando-se, como foi referido anteriormente, olival em 1313 do total de 1393 explorações existentes em Idanha-a-Nova. Em todas as explorações agrícolas, a azeitona destina-se à produção de azeite. Sendo de referir a existência de 2 explorações em que serve, também, para a produção de azeitona de mesa.

O olival de Idanha-a-Nova corresponde a cerca de 16% do total de explorações da CIM Beira Baixa. Embora se verifique um predomínio do olival no conjunto das explorações com culturas permanentes, quando se analisa o número de explorações observa-se um decréscimo, uma vez que no último recenseamento agrícola, efetuado em 2009, este encontrava-se presente

em 1404 explorações, o que corresponde a uma redução de 6,48%. Esta redução acompanha a redução no número total de explorações agrícolas existentes no concelho de Idanha-a-Nova, consequência do abandono da atividade agrícola e do decréscimo populacional.

A produção de azeite poderá ser realizada nos 4 lagares de azeite existentes (2 particulares e 2 industriais), no ano de 2021, no concelho de Idanha-a-Nova. De sublinhar que ao contrário do observado no número de explorações, quando olhamos para o número de lagares em 2009, regista-se um crescimento, na medida em que neste ano, apenas, existia 1 lagar. No que diz respeito ao sistema de extração utilizado, 3 usavam o contínuo a duas fases e um sistema tradicional.

A produção de azeitona, ao contrário do número de explorações com olival, registou um aumento entre os anos de 2009 e 2021, tendo-se passando de uma produção de

1108 para 2265 toneladas. A produção observada em 2021 corresponde a cerca de 13% do total de produção da CIM Beira Baixa.

Como variedades mais comuns deste território encontra-se a azeitona Galega, autóctone da Beira Baixa, Bical e Cordovil, ambas de Castelo Branco, existindo neste concelho oliveiras milenares.

A importância do cultivo de oliveiras e da extração de azeite, que remonta a ocupação romana, é tão elevada que foi criado o núcleo museológico do Azeite Complexo de Lagares, na freguesia de Proença-a-Velha, criando num antigo complexo agrícola (arraial beirão), que incorpora dois lagares de azeite, um com duas prensas de vara e pio de três galgas de tração animal, e outro mecânico, com duas prensas hidráulicas. Neste núcleo existe, atualmente, um lagar de produção de azeite em modo biológico, criado em 2009. Já em Idanha-a-Velha é possível visitar um lagar de varas, atualmente, restaurado, que deverá ser datado dos finais de século XIX. Na freguesia de São Miguel de Acha é possível um conjunto de cerca de 70 lagariços (tanque de madeira ou pedra muito usado, na época medieval, para pisar uvas ou azeitonas, para a produção de vinho e azeite).

Criação de gado ovino e caprino e produção de queijo

A exploração de ovinos adquire extrema importância na maior parte dos países da orla mediterrânica, sendo considerada como uma das opções mais viáveis, considerando a natureza dos solos e as condições climáticas desfavoráveis. Assim sendo, alcançou uma importância progressiva dentro dos sistemas de agricultura da Beira Baixa, transformando-se no sustento de uma faixa significativa da população ativa

do setor primário (Domingos, 1994). Para além do leite z, a carne constitui igualmente uma fonte de rendimento de capital importância na economia agropastoril. Na atualidade, a exploração dos rebanhos está mais orientada para a produção de carne, mediante a venda de borregos e cabritos. A grande maioria dos pastores possui mais ovinos que caprinos. Ao contrário dos dias de hoje, o interesse da exploração ovina centrava-se igualmente na produção de lã destinada a abastecer as indústrias de lanifícios da Covilhã, Guarda, Fundão, Castelo Branco e Alcains. O concelho de Idanha-a-Nova reunia, deste modo, a fama de possuir raças de ovinos de boa qualidade lanígera (Chambino, s/d). De referir, ainda, que o adufe, o instrumento tradicional e típico de Idanha-a-Nova é feiro a partires das peles de ovelha ou cabra.

Analisando a criação de gado ovino, no ano de 2019, contabilizavam-se um total de 5544 cabeças normais² (Quadro XI), que se encontravam sobretudo em pastagens superiores a 50ha (4545). Observando-se um ratio de 183,6 ovinos por exploração. Este número representa cerca de 40% das cabeças de gado ovino existente na CIM Beira Interior. As cabeças de gado concentravam-se principalmente na união de freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, com o registo de 1836 cabeças. Face a 2009, verifica-se um decréscimo (-20,92%), na medida em que neste ano se observava um total de 7011 cabeças normais.

Em 2019, existiam, em Idanha-a-Nova, 176 cabeças normais de caprinos, sendo a freguesia de Ladoeiro a que apresentava o maior número, com 42 cabeças normais (Quadro XII). Neste ano verifica-se um ratio de 19,5 caprinos, por exploração. Encontrando-se a maioria afeta a superfície forrageiras superiores ou iguais a 50 ha. Face a 2009, ano que se registou um total de 460 cabeças normais, verifica-se um decréscimo significativo (-61,74%).

²CABEÇA NORMAL: MEDIDA PECUÁRIA QUE RELACIONA OS EFETIVOS, CONVERTIDOS EM CABEÇAS NORMAIS, EM FUNÇÃO DAS ESPÉCIES E DAS IDADES, ATRAVÉS DE UMA TABELA DE CONVERSÃO, E, EM QUE, UM ANIMAL ADULTO DA ESPÉCIE BOVINA CORRESPONDE A 1 C.N.

Unidade territorial	Número de cabeças		
	2009	2019	Varição
Idanha-a-Nova	7011	5544	-20,92
Aldeia de Santa Margarida	158	101	-36,08
Ladoeiro	765	702	-8,24
Medelim	155	53	-65,81
Oledo	466	173	-62,88
Penha Garcia	140	48	-65,71
Proença-a-Velha	225	272	20,89
Rosmaninhal	1018	449	-55,89
São Miguel de Acha	238	179	-24,79
Toulões	196	253	29,08
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	1894	1836	-3,06
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	432	510	18,06
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	400	219	-45,25
União das freguesias de Zebreira e Segura	924	749	-18,94

QUADRO XI. NÚMERO DE CABEÇAS NORMAIS (OVINOS) POR UNIDADE TERRITORIAL NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NOS ANOS DE 2009 E 2019.

FONTE DE DADOS: INE (2009 E 2019).

Unidade territorial	Número de cabeças		
	2009	2019	Varição
Idanha-a-Nova	460	176	-61,74
Aldeia de Santa Margarida	8	4	-50,00
Ladoeiro	27	42	55,56
Medelim	4	0	-100
Oledo	10	1	-90
Penha Garcia	28	17	-39,29
Proença-a-Velha	12	1	-91,67
Rosmaninhal	59	14	-76,27
São Miguel de Acha	11	4	-63,64
Toulões	24	7	-70,83
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	174	28	-83,91
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	18	17	-5,56
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	47	23	-51,06
União das freguesias de Zebreira e Segura	37	19	-48,65

QUADRO XII. NÚMERO DE CABEÇAS NORMAIS (CAPRINOS) POR UNIDADE TERRITORIAL NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NOS ANOS DE 2009 E 2019.

FONTE DE DADOS: INE (2009 E 2019).

A região da Beira Baixa, na qual se inclui Idanha-a-Nova é famosa pelos seus queijos, nomeadamente queijo de Castelo Branco, queijo picante e queijo amarelo. Os queijos produzidos em Idanha-a-Nova podem ser certificados com a denominação de origem protegida (DOP), caso cumpram as condições legais.

Atualmente, no concelho produz-se queijo de cabra e ovelha, ou queijo de mistura, sendo a maior da produção de queijo de ovelha, como é possível observar aquando da análise do leite recolhido neste território (Quadro XIII). Em 2021, registou-se a recolha de 1050 toneladas de leite de ovelha e de apenas 22 toneladas de leite de cabra. Observa-se aqui também uma redução da produção tendo sido recolhidas em 2009,

um total de 2387 toneladas de leite ovelha e de 160 toneladas de leite de cabra.

Tipo	2009	2021	Varição
Total de leite	8974	7511	-16,30
Leite de vaca	6427	6439	0,19
Leite de ovelha	2387	1050	-56,01
Leite de cabra	160	22	-86,25

QUADRO XIII. LEITE RECOLHIDO POR LOCAL DE ORIGEM E TIPO DE LEITE NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA NOS ANOS DE 2009 E 2021.

FONTE DE DADOS: INE (2009 E 2021).

Os Moinhos e as Azenhas

O património molinológico concelhio inclui várias tipologias de moinhos acionados a água e alguns, embora, raros acionados pelo vento, localizados nas uniões de freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes e de Monsanto e Idanha-a-Velha. A

presença de um conjunto significativo de cursos de água, associados às características do relevo explica a construção de um conjunto significativo de moinhos e azenhas, utilizados para moagem dos cereais, fazendo o aproveitamento da energia hidráulica.

mais importante do concelho de Idanha-a-Nova, no século XX, uma vez que apresentava um maior número de moinhos, com mais de 20 moinhos de rodízio (**Figura 39**). Neste “complexo” eram moídos os cereais produzidos nas margens do rio Ponsul e assumiam uma elevada relevância na produção de farinha.

Esta farinha depois poderia ser transformada em pão no forno a lenha comunitário existente no centro da localidade. Atualmente encontram-se todos desativados, embora parte tenha sido objeto de obras recuperação para transmitir o ambiente de trabalho e habitacional de quando se encontravam em



FONTE: [HTTPS://NCULTURA.PT/PENHA-GARCIA](https://ncultura.pt/penha-garcia), CONSULTADO A 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

FIGURA 39. COMPLEXO MOAGEIRO DE PENHA GARCIA.

Havia dezenas deles no concelho, a maior parte dos quais (perto de 40 unidades) ao longo do rio Ponsul, desde Penha Garcia à Ponte da Moinheca, com núcleos muito significativos entre Monsanto e Idanha-a-Velha, e no lugar da Senhora da Graça, junto a Idanha-a-Nova, contra cerca de uma dezena de moinhos de rodete no vale do Erges, em Salvaterra e Segura, e apenas dois moinhos de vento conhecidos, em Idanha-a-Nova e Monsanto. Infelizmente a maioria não sobreviveu ao abandono quer da atividade agrícola, quer do próprio território (Jacinto, 2007).

O complexo moageiro de Penha Garcia foi o

atividade, mantendo-se assim a viva a história. Em Penha Garcia é, deste modo, possível observar à esquerda do açude do pego o moinho do “Ti Catafoio” e na margem direita do rio Ponsul os moinhos do “Ti Serrano”, que funcionou até aos anos 80, da “margem do Cagueta” e do “Ti Lourenço André”.

Na área protegida do Parque do Tejo Internacional, encontram, ainda, 2 unidades moageiras, estas já nas margens do rio Erges, a Azenha do Roque, que é um moinho de rodete, que corresponde à tipologia dos moinhos de submersão e o moinho das Freiras, localizado a jusante da Azenha do Roque, é também um moinho submersível.

E, ainda, possível observar um moinho de vento, datado de 1870, em Canada, na freguesia de Monsanto, localizado num ponto alto para beneficiar o mais possível dos ventos.

IDANHA-A-NOVA: ESPAÇO DE PATRIMÓNIO

E no passado, quem morou por cá? Vestígios do tempo da Egitânia

Em todo o concelho observam-se inúmeros vestígios da ocupação que remontam aos tempos pré-históricos. Por aqui passaram vários povos. Os romanos deixaram fortes marcas da sua presença. Após a queda do Império Romano, dominaram as terras egitanienses os suevos e os visigodos, sendo dessa época a criação da célebre diocese da Egitânia.

Toda este passado faz com Idanha-a-Velha seja uma das mais importantes estações arqueológicas de Portugal, pelo vasto conjunto de ruínas que conserva. A estação arqueológica que corresponde a estruturas arquitetónicas pertencentes à “villa” e respetivas termas (Conceição, 1993).

Sobreviveram, ainda, troços das calçadas romanas e a ponte romana, construída sobre o rio Ponsul.

É um autêntico museu a “céu aberto”.

Os vestígios encontrados remontam ao século I, altura em que os romanos aqui terão edificado uma cidade, parte do território da Civitas Igaeditanorum, sob o domínio do Imperador Augusto. Com as invasões germânicas a Egitânia e é integrado no reino dos Suevos. Em meados do século VI, o rei Teodomio elevou-a à categoria de cidade episcopal. Ainda no século VI passa a fazer parte do reino dos visigodos, que lhe mantém o episcopado. O nome Egitânia é-lhe outorgado pelos Visigodos (Baptista, 2008).

A povoação conheceu no período visigótico, sob o nome da Egitânia, momentos áureos de desenvolvimento, tendo sido sede de diocese desde 599 e centro de cunhagem de moeda em ouro. São testemunhos deste período, o Batistério e as ruínas anexas do “Palácio dos Bispos” e a designada “Sé Catedral”, esta com profundas alterações arquitetónicas posteriores. A Sé Catedral de Idanha-a-Velha (Igreja de Santa Maria) também é outro importante marco, que se pensa ter sido construído no século IV ou inícios de V, como um lugar de culto, presumivelmente durante o domínio suevo (**Figura 40**). Depois, durante



Fonte: <https://aldeiahistoricasdeportugal.com/local/igreja-de-santa-maria-se-catedral/> consultado a 12 de dezembro de 2022.

FIGURA 40. IGREJA DE SANTA MARIA.

a ocupação muçulmana, em finais do século IX, terá sido utilizada pelos moçárabes. Mais tarde, terá sido convertido ao culto islâmico. Após a reconquista ficou em ruínas, até meados do século XIII, época em que os Templários, a terão recuperado para fazer aqui a sua igreja, dedicada a Santa Maria.

O que faz destas aldeias históricas

Em 713 os Árabes invadem a península

ibérica e conquistam Egítânia. Ao certo não se sabe quando foi reconquista pelos cristãos. Fazia já parte do Condado Portucalense, quando Portugal se tornou país, e foi D. Afonso Henriques que a entregou à Ordem do Templo (Templários) para o seu repovoamento. Sabe-se que D. Sancho II atribuiu-lhe foral em 1229, numa tentativa de aí fixar a população, enquanto que D. Dinis mandou reformar as muralhas defensivas e em 1319, por força da extinção dos Templários, inclui-a na ordem de Cristo, com



FONTE: [HTTPS://ALDEIAHISTORICASDEPORTUGAL.COM/LOCAL/PELOURINHO-6](https://aldeiahistoricasdeportugal.com/local/peLOURINHO-6), CONSULTADO A 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

FIGURA 41. PELOURINHO IDANHA-A-VELHA.

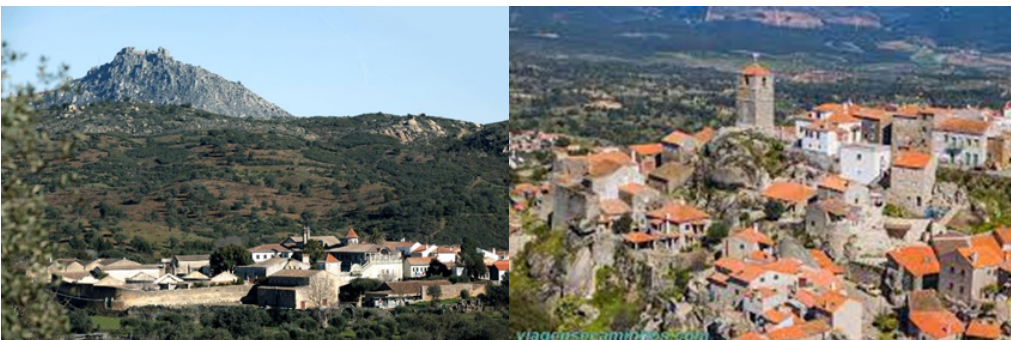
o intuito de aqui fixar a população. Mais tarde, e já perante uma inevitável desertificação, em 1510, D. Manuel voltou a instituir-lhe novo foral, reforçando o seu poder local enquanto sede de concelho, do qual é testemunho o pelourinho (Baptista, 2008). Deste foral é testemunho o pelourinho (Figura 41).

O que faz destas aldeias históricas? Monsanto e Idanha-a-Velha?

É o património resultante do seu passado e

da sua história que faz com que Monsanto e Idanha-a-Velha sejam consideradas aldeias históricas. As aldeias de Idanha-a-Velha e Monsanto fazem parte da rede de Aldeias Históricas de Portugal.

As aldeias históricas localizam-se ao longo da linha de fronteira entre o Douro e o Tejo e tem uma biografia comum. Foram todas, com a exceção de Piódão, vilas e sedes de concelho mas, sobretudo, núcleos fortificados de origem medieval cuja função militar se manteve



FONTE: [HTTPS://ALDEIAHISTORICASDEPORTUGAL.COM/](https://aldeiahistoricasdeportugal.com/), CONSULTADO A 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

FIGURA 42. ALDEIA DE IDANHA-A-VELHA (ESQ.). ALDEIA DE MONSANTO (DIR).

fundamental para a defesa do país desde os tempos da Reconquista até ao final das guerras de restauração e ainda desempenharam um papel militar importante durante a Guerra da Independência no início do século XIX. Algumas têm origem romana - o caso mais marcante é o de Idanha-a-Velha. Quase todas foram destruídas e reconstruídas várias vezes, alternaram períodos de abandono com épocas de relativa prosperidade (Lousada, 2008).

A povoação de Monsanto/aldeia velha de Monsanto foi classificada com um Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 2, de 26 fevereiro de 1982 e a povoação de Idanha-a-Velha/conjunto arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha foi classificada como monumento nacional através do Decreto nº 67, de 31 dezembro 1997.

Com vestígios da ocupação de vários povos, como anteriormente abordado, Idanha-a-Velha destaca-se pelo vasto património histórico-cultural. Do património que sobreviveu até aos nossos dias, merece destaque, no que respeita ao património militar a torre de Menagem ou dos Templários, a muralha e as suas respetivas portas; do património civil o pelourinho, a ponte Velha, o arquivo epigráfico, o museu Egitanense (repartido entre a Catedral e a Capela de S. Dâmaso) e o lagar de Varas, onde atualmente se encontra o posto de turismo e, por último, do diverso património religioso, a capela de S. Dâmaso e a Sé Catedral (Igreja de Santa Maria)

A aldeia de Monsanto possui uma identidade histórica, cultural e arquitetónica única, tendo sido considerada, em 1938, ou seja, em pleno Estado Novo, como a “Aldeia mais portuguesa de Portugal”, com a atribuição de um galo de prata. Ocupado desde a pré-história, foi um povoado romano fortificado no século II ac, sendo posteriormente ocupado pelos visigodos e mouros. O rei D. Afonso Henriques mandou repovoar Monsanto, que foi doada em 1174, data do seu primeiro foral, a D.

Gualpim Pais que erigiu um castelo sobre as fortificações existentes, hoje conhecido como castelo de Monsanto (**Figura 44**). Em 1165, D. Afonso Henriques doou uma área da Egitânia, aos templários. Na doação entregou a Gualdim Pais, Idanha-a-Nova e Monsanto, pertencentes à Egitânia. Mais tarde receberia novas cartas de foral por D. Sancho I, D. Afonso II e D. Manuel I, já em 1510. Na reforma administrativa de 1843 o concelho foi extinto. Com esta extinção passou a integrar o concelho de Idanha-a-Nova. Desde meados do século XX que se observa uma dinâmica de decréscimo populacional com o conseqüente agravamento do estado de conservação do seu edificado.

Para além do castelo de Monsanto, é, ainda, possível visitar os seguintes edifícios,



Fonte: <https://aldeiashistoricasdeportugal.com/local/castelo-4/>
CONSULTADO A 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

FIGURA 43. IGREJA DE SANTA MARIA.

exemplares da arquitetura religiosa nesta aldeia, a saber a Igreja Matriz, a Igreja da Misericórdia, a capela do Espírito Santo, a capela de Santa Maria, a capela de Santo António, as ruínas da capela de São Miguel, as sepulturas antropomórficas, a capela de São Pedro Vir à Corça, o pelourinho de Monsanto e a torre do Lucano. Já como principais elementos arquitetónicos civis destaca-se: o Solar do Marquês da Graciosa e dos Piores de Monsanto, do século XVI; o Palácio da Fonte do Mono e a

Sabias que...

Aldeias Históricas de Portugal é uma Associação de Desenvolvimento Turístico, de direito privado e sem fins lucrativos. Criada em 2007, tem como objetivo promover o desenvolvimento turístico da Rede Aldeias Históricas de Portugal, da qual fazem parte Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso. As 12 Aldeias Históricas de Portugal estão localizadas no interior Centro de Portugal, distribuídas por 10 municípios – Almeida, Arganil, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha-a-Nova, Meda, Sabugal e Trancoso.

casa de Fernando Namora e de Zeca Afonso.

Porque tem Idanha-a-Velha castelos e fortificações?

A existência de castelos e fortificações está em Portugal muito associada à defesa das populações, sendo exemplares marcantes da arquitetura militar, cumprindo, também, esta função em Idanha-a-Velha. Nesta localidade a existência de vestígios de castelos e fortificações facilmente se explica pelo seu passado como cidade e como Egitânea, pela sua posição de charneira, entre o mundo cristão e muçulmano, que lhe conferia uma importância estratégica que a via romana de Mérida a Braga reforçava, para além de proximidade deste território a Espanha. O território correspondente a Egitânea apresentou grande instabilidade militar, como vimos na breve resenha história de Idanha-a-Velha.

As muralhas que, ainda, hoje, envolvem quase por completo a aldeia, possuem cerca de 750m de extensão com alguns torreões semicirculares e quadrangulares, uns mais visíveis que outros. Restam duas portas de data incerta, pré-romanas (uma voltada a N e outra a S). A tradição situa ainda outra porta a Este/Nascente (Porta do Sol), para a qual não existe, contudo qualquer vestígio arqueológico ou referência documental (Noé, 2006).

As muralhas correspondem a uma cerca urbana romana, que deverá ter sido construída por volta do século IV, e foi reformada em diferentes períodos nomeadamente na Idade Média, após a sua doação à Ordem do Templo, que construiu, também, uma torre com barbacã envolvente, sendo daqui possível observar a fortificação de Monsanto. Implantada num vale e em local plano, ao contrário das fortificações da Beira, que se erguem em posição dominante e com excelentes condições de vigilância e defesa, a cerca urbana de Idanha-a-Velha data do Baixo-Império, constituindo a única sobrevivente dessa época na região, Tendo por base a sua função de defesa observam-se alguns ajustes/adaptações para conseguir cumprir esta função, como é exemplo a torre no ângulo noroeste da muralha, que aí descreve uma curva apertada, ao contrário do restante traçado, constituindo uma retificação defensiva deste ponto de

fraca visibilidade. Independentemente da planimetria, as torres surgem adossadas ou interligadas aos panos de muralha, por blocos que penetram na muralha, técnica que as tornava mais resistentes ao impacto de grandes projéteis e evitava a sua inutilização por desmoronamento dos blocos provocados por trabalhos de sapa do inimigo (Noé, 2016).

Observaram-se obras de reforço e de reparação da fortificação aquando das invasões barbas e durante a ocupação muçulmana. Em finais do século XII ou inícios XIII, os Templários, ao receberem a doação da Egitânia, reforçaram a muralha.

Mais clara é a datação da torre, construída no antigo fórum, sobre o podium de um templo romano, dedicado a Vénus, com planta retangular e acesso sobrelevado, por porta em arco de volta perfeita, contendo no tímpano inscrição de 1245, comemorando a sua integração na Ordem (Figura 44). Sensivelmente sobre o muro romano que circundava o templo, foi construída uma cerca retangular à volta da torre, que funcionava como barbacã³. É possível que, na Idade Média, o posicionamento da torre na malha urbana, conferisse à cerca urbana romana a função de barbacã extensa e se tivessem aberto outras portas nas muralhas (Noé, 2016). Os Templários reduziram o centro defensivo de Idanha a um pequeno castelo, sendo a Torre de Menagem o único vestígio visível do que dele resta. Nesta torre é possível ter uma visão geral de toda a aldeia. Com a definição da fronteira luso-castelhana, em 1297, no tratado de Alcanizes, e a ascensão de outras povoações nas imediações, Idanha-a-Velha perde importância

³EM ARQUITETURA MILITAR, É UM MURO ANTEPOSTO ÀS MURALHAS, DE MENOR ALTURA DO QUE ESTAS, COM A FUNÇÃO DE PROTEGER AS MURALHAS DOS IMPACTOS DA ARTILHARIA.



FONTE: [HTTPS://TURISMODOCENTRO.PT/POI/ALDEIA-DE-IDANHA-A-VELHA/](https://turismodocentro.pt/poi/aldeia-de-idanha-a-velha/), CONSULTADO A 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

FIGURA 44. TORRE DE MENAGEM OU TORRES DOS TEMPLÁRIOS.

estratégica, contribuindo para o seu declínio.

Uma casa de pedra? A arquitetura tradicional de Idanha-a-Nova

As rochas quartzíticas e graníticas em abundância na região foram utilizadas em todos os tipos de construção, tanto nas edificações mais nobres, como nos castelos e pelourinhos, como nas de defesas como são exemplo as muralhas, às edificações agrícolas, como os moinhos ou os muros limítrofes das hortas, como nas habitações familiares. As muralhas da antiga Egitânia serviram durante séculos como fonte de matéria-prima para construções nas localidades de Idanha-a-Velha e Alcafozes.

Atualmente, ainda, é possível observar um número significativo de casas de “família” de pedra, particularmente nas aldeias históricas de Idanha-a-Velha e Monsanto. Salienta-se, ainda, a existência no concelho várias habitações brasonadas.

O tipo arquitetónico dominante está relacionado com os elementos construtivos da casa em alvenaria de granito sem revestimento ou apenas com os vãos caiados, com cobertura em telha de canudo, apresentando do ponto de vista morfológico uma diversidade assinalável, talvez relacionada com a adaptação ao terreno, sendo emblemáticas as construções encravadas entre os rochedos. As casas apresentam geralmente planta retangular irregular, assinalando-se 3 variantes principais: casa de piso térreo e casa de 2 ou 3 pisos (Conceição, 1994).

A utilização do granito no casario confere a Monsanto uma grande uniformidade entre o natural e o edificado. Este equilíbrio é especialmente evidente quando vemos

grandes penedos graníticos a funcionarem como parede ou como cobertura das edificações.

Na “aldeia mais portuguesa de Portugal” o granito é omnipresente na sua forma talhada ou em bruto e serviu para quase tudo o que é passível de ser construído, desde as paredes das casas de habitação e das furdas e bebedouros do gado, aos panos das fortificações e das igrejas, capelas, para além das alminhas e sepulturas (Carvalho, 2004).

A arquitetura popular de Monsanto tem como um dos seus símbolos o aproveitamento das lapas que estão integradas na malha urbana da vila. Estas lapas, formadas por batólitos de granito, serviam de paredes ou de cobertura para edifícios de habitação ou de guarda de animais. A aldeia de Monsanto apresenta um núcleo habitacional extremamente bem preservado, com ruas de traçado medieval limitadas por casas tradicionais e bolas de granito que servem de suporte, parede ou de teto (Carvalho, 2004). Na aldeia existe casa “de uma só telha”, que resulta do aproveitamento de um bloco de granito com aproximadamente 2400 toneladas, como telhado e uma gruta, que resulta do espaço existente entre duas bolas de granito, que é há muito tempo lugar de devoção (Figura 45). Exemplos da arquitetura erudita onde o granito predomina, observa-se o pelourinho, a Igreja de Matriz, a Torre de Lucano e múltiplos chafarizes.

De onde vem tanta criatividade? Idanha-a-Nova cidade criativa da música

Desde 11 de dezembro de 2015, que Idanha-a-Nova é uma Cidade Criativa da Música, integrando a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, tendo sido o primeiro município de Portugal



FONTE: [HTTPS://ALDEIAHISTORICASDEPORTUGAL.COM/](https://aldeiahistoricasdeportugal.com/)

FIGURA 45. CASA DE “UMA SÓ TELHA” NA ALDEIA HISTÓRICA DE MONSANTO (ESQ.). GRUTA (DIR.)

a integrar o grupo de Cidades Criativas da Música. Esta atribuição resulta do reconhecimento de Idanha-a-Nova como um lugar com uma identidade intimamente associada à música, visível na aposta em infraestruturas, no estudo profundo das tradições, na existência de número significativo e variado de grupos tradicionais e na promoção de eventos ligados à música, de distintos espectros e que abrangem diferentes públicos. Fácil é explicar esta atribuição a um concelho que tem como principal símbolo, o adufe, instrumento de percussão, trazido para Portugal pelos árabes, e, apenas, tocado por mulheres.

Na difusão internacional deste instrumento são demais de referir o papel das adufeiras de Monsanto e do racho etnográfico da Idanha-a-Nova. Existem, ainda, neste concelho mais de 50 de tocadoras, com idades compreendidas entre os 8 e os 80 anos.

Mas não existe só música tradicional em Idanha-a-Nova, esta convive de forma harmoniosa com a música moderna, como é exemplo a realização do:

Boom Festival: festival internacional de música e cultura, realizado a cada dois anos. Na última edição contou com mais 430 horas de música, 142 horas de conferências e 165



FONTE: [HTTPS://WWW.IDANHA.PT/MEDIA/NOTICIAS/2019/DOCUMENT%C3%A1RIO-INTERNACIONAL-GRAVA-ADUFE-EM-MONSANTO/](https://www.idanha.pt/media/noticias/2019/document%C3%A1rio-internacional-grava-adufe-em-monsanto/), CONSULTADO EM 12 DE DEZEMBRO.

FIGURA 46. ADUFEIRAS DE MONSANTO.

workshops e 544 artistas de diferentes países. A sua importância na atividade turística da região é significativa, tendo em conta os cerca de 40 mil visitantes (85% estrangeiro). Caracteriza-se por ser um evento transgeracional ao ser frequentado por um público de diferentes faixas etárias e intercultural ao desenvolver atividades em diferentes formas de arte. Toda a sua atividade é marcada

por fortes preocupações ambientais e com a sustentabilidade, sendo o único festival em Portugal com prémios internacionais atribuídos nesta área. A sua importância é tal que é o único evento português a ser convidado pela ONU e de cultura independente, para fazer parte do projeto United Nations Environmental and Music Stakeholder Initiative.

Fora do Lugar - Festival Internacional de Músicas Antigas: desenvolvido pela Arte das Musas, associação com especial relevância na criatividade no concelho de Idanha-a-Nova, através da criação e desenvolvimento de projetos originais nas áreas da música. Este evento tem por objetivo promover o



FONTE: [HTTPS://BOOMFESTIVAL.ORG/](https://boomfestival.org/), CONSULTADO A 12 DE DEZEMBRO.

FIGURA 47. FESTIVAL BOOM.

mundo rural, a sua cultura e as suas tradições. É, também, um evento multidisciplinar, uma vez que, na edição de 2022, apresentou um número significativo de atividades, desde concertos, atividades educativas, oficinas, a atividades de natureza e a experiências gastronómicas. De referir que as atividades deste festival são desenvolvidas em diferentes pontos do território municipal e em locais pouco comuns, como igrejas, casas de família ou fábricas desativadas.

Para além destes eventos de grandes dimensões são, ainda, frequentes as residências artísticas no concelho de Idanha-a-Nova. Para exponenciar a riqueza cultural, as tradições a etnografia, bem como estimular e promover a criatividade, está a ser criada uma Incubadora de Indústrias Criativas, dinamizada pela Câmara Municipal, que se deverá assumir como polo de inovação nas áreas do marketing, design, comunicação, cultura, entre outras. Esta iniciativa, ainda numa fase inicial,

pretende diversificar e complementar o universo produtivo do concelho, criando valor às atividades já existentes.

A Companhia de Teatro Viv'Arte, o Boom Festival, a associação cultural Arte das Musas, a Academia Mundial de Cenografia, o grupo Concerto Ibérico Orquestra Barroca, e os projetos "Design for Desertification", Casa Sustentável - Modelo Idanha e outros na área da economia verde e bioconstrução integram já a Incubadora de Indústrias Criativas.

Idanha-a-Nova tem património mundial natural? A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo e o Geoparque do Tejo Internacional

Idanha-a-Nova tem 3 classificações da UNESCO: a de Cidade Criativa da Música, atribuída em 2015, a do Geopark Naturtejo, que foi o primeiro geopark português, em 2006 e a de Reserva da Biosfera do Tejo/Tajo Internacional, em 2016. Provando que não só tem património natural de relevância mundial, como também tem um património cultural de excelência.

Com uma área de 4616 km², o Geopark Naturtejo estende-se pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova, Nisa, Oleiros e Vila Velha de Ródão, nos nosso país. Este geopark tem como prioridades a geoconservação, a educação e o geoturismo, tendo sempre por base a promoção do património geológico que integra.

Na área do geopark o concelho de Idanha-a-Nova apresenta um conjunto significativo de:

- geomonumentos: parque icnológico de Penha Garcia, rota das minas de Segura, inselberge graníticos de Monsanto-Moreirinha-Alegrio, escarpa da falha do Ponsul e os canhões fluviais do Erges;
- castelos e fortificações: ruínas do castelo de Idanha-a-Nova, cerca muralhada de Idanha-a-Velha, castelo de Monsanto e castelo de Penha Garcia.
- igreja, capelas e lugares sagrados: capela românica de S. Pedro Vir-a-Corça, Sé catedral de Idanha-a-Velha, igreja matriz. locais de interesse arqueológico: arquivo epigráfico, escavações junto

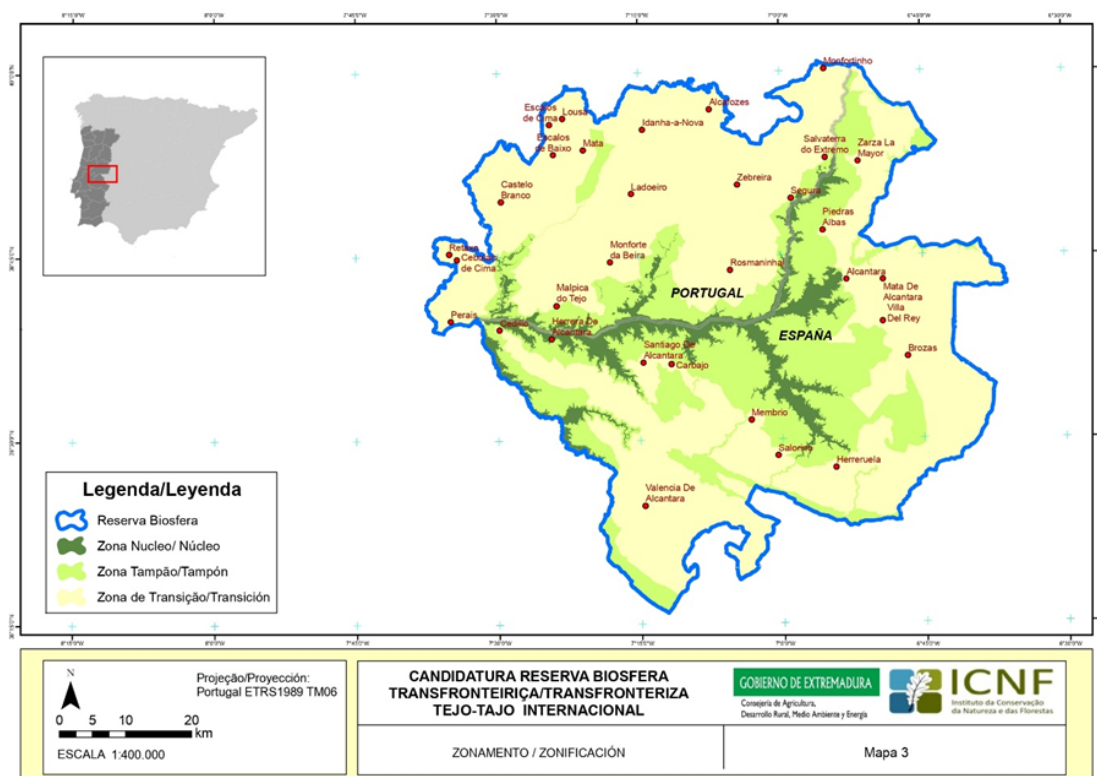
à Sé catedral, os batistérios suevo e visigótico e a ponte românica em Idanha-a-Velha; a estação arqueológica de São Lourenço e a anta arqueológica, monumentos megalíticos e a pequena povoação dos Alares na freguesia de Rosmaninhal

- aldeias históricas: Monsanto e Idanha-a-Velha.

Já a Reserva da Biosfera Tejo/Tajo Internacional estende-se pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão e por uma área de 26484ha (**Figura 48**). Esta área é muito semelhante à existente em território espanhol. De referir que em Idanha-a-Nova a Reserva da Biosfera do Tejo/Tajo Internacional abrange as seguintes freguesias: Ladoeiro, Rosmaninhal, UF Idanha-a-Nova e Alcafozes, UF Monfortinho e Salvaterra do Extremo e UF Zebreira e Segura. Esta reserva da biosfera corresponde ao Parque Natural do Tejo Internacional, que inclui o vale fronteiro do rio Tejo e dos seus principais afluentes (Ponsul, Aravil e Erges). Este parque é uma protegida, fazendo parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas, criada no ano 2000 pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto.

A criação deste parque nacional deveu-se à necessidade de promover a conservação de valores de importância biológica, particularmente para as espécies rupícolas, que nidificam neste território, e para algumas espécies estepárias, observadas nas áreas de planalto, assinalando-se a ocorrência de espécies como a Cegonha-preta (*Ciconia nigra*), a Águia-real (*Aquila chrysaetos*), a Águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*), a Águia-de-Bonelli (*Hieraetus fasciatus*), a Águia-calçada (*Hieraetus pennatus*), a Águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), a Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), o Abutre-negro (*Aegypius monachus*), o Abutre do Egipto (*Neophron percnopterus*), o Grifo (*Gyps fulvus*), o Bufo real (*Bubo bufo*), o Peneireiro-de-dorso-liso (*Falco naumanni*), a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o Abibe (*Vanellus vanellus*), o Corvo-marinho de faces brancas (*Phalacrocorax carbo*), o Chasco-preto (*Oenanthe leucura*), o Papafigos (*Oriolus oriolus*).

No que concerne aos mamíferos observam-se espécies como a Lontra (*Lutra lutra*), a



FONTE: ICNF.

FIGURA 48. MAPAS DA RESERVA DA BIOSFERA DO TEJO/TAJO INTERNACIONAL

Gineta (*Genetta genetta*), o Sacarabo (*Herpestes ichneumon*), o Texugo (*Meles meles*), o Veado (*Cervus elaphus*), e o Javali (*Sus scrofa*).



FONTE: [HTTP://WWW.TEJOINTERNACIONAL.PT/](http://www.tejointernacional.pt/), CONSULTADO A 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

FIGURA 49. GRIFO (*GYPUS FULVUS*),

Sabia que...

As Reservas da Biosfera, espalhadas hoje por mais de 120 países, têm a sua origem e sustentação no programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO, criado em 1971. Trata-se de uma rede mundial de territórios destinados a promover o desenvolvimento sustentável com base na atividade das comunidades locais e no conhecimento científico. Esta é a orientação da UNESCO para a criação e funcionamento de Reservas da Biosfera desde a sua Conferência Geral de 1995.

Já os Geoparques Mundiais da UNESCO estabelecem pontes entre a Geodiversidade e outras dimensões do território, como a Biodiversidade, a Histórica, a Cultura e o Património Imaterial, assentando no desenvolvimento sustentável ao nível da geodiversidade, do ambiente, do uso dos recursos naturais, do combate às alterações climáticas, da gestão dos riscos geológicos, do envolvimento das comunidades e da preservação dos patrimónios dos geoparques.

BIBLIOGRAFIA

- A Terceira Dimensão (2011-a). Penha Garcia e a sua barragem. disponível em: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Penha%20Garcia>, consulta a 5 de agosto de 2022.
- A Terceira Dimensão (2011-b). Barragem de Idanha. disponível em: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Barragem%20de%20Idanha>, consulta a 5 de agosto de 2022.
- A Terceira Dimensão (2016). Idanha-a-Velha. Disponível em: <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Idanha-a-Velha>, consulta a 5 de agosto de 2022.
- Ahmad, Y. (2006). The scope and definitions of heritage: from tangible to intangible. *International Journal of Heritage Studies*. 12:3. pp. 292-300.
- Almeida, C.; Santos, D.; Quinta-Nova, L.; Águas, P.; Monteiro, J. e Roque, N. (2012). Plano de Desenvolvimento Integrado – Município Idanha-a-Nova. Castelo Branco: IPCB / CERNAS.
- Alonso, G. e Medici, M. (coord.) (2014). UNESCO Culture for development indicators. Methodology manual. França: UNESCO.
- Alves, C. (2014). A baixa densidade rural num contexto geográfico de fluxos e permanências: atores locais, tempos e redes. O exemplo de Foios (Sabugal). Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, na área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Coimbra: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Antunes, R. (2013). Cruziana. Disponível em: <https://www.casadasciencias.org/imagem/6973>, consulta a 8 de agosto de 2022.
- Associação Food for Sustainability (s.d.). Sobre o F4S. disponível em: <https://pt.food4sustainability.org/aboutf4s>, consulta a 10 de agosto de 2022.
- Brum Ferreira, A. (2005). Parte I – Formas do Relevo e Dinâmica Geomorfológica. in C. A. Medeiros (dir.). *Geografia de Portugal – Ambiente Físico*, Volume I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Buzova, D.; Sanz-Blas, S. e Cervera-Taulet, A. (2021). "Sensing" the destination: Development of the destination sensescape index. in *Tourism Management*. 87. 104362. 9 pp.
- Câmara Técnica de Comunicação do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e Urca (2018). Formação geológica. Disponível em: <https://www.monapaodeacucar.com/formacao-geologica>, consulta a 9 de agosto de 2022.
- Cancela D' Abreu, A.; Correia, T. e Oliveira, R. (coord.) (2004). Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Coleção Estudos 10. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Cancer, L. (1999). *La degradación y la protección del paisaje*. Madrid: Cátedra.
- Carmo, F. (coord.) (2020). *Território Portugal. Onde o país encontra o futuro*. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – primeira revisão. Lisboa: Direção-Geral do Território.
- Carvalho, C. (2003). Serpenteando pelo património Paleontológico das Serras de Penha Garcia. Comunicações apresentadas ao Workshop "Fósseis de Penha Garcia - que classificação?". Idanha-a-Nova. 17 pp.
- Carvalho, C. (2004). Os Testemunhos que as Rochas nos Legaram: Geodiversidade e Potencialidades do Património do Canhão Fluvial de Penha Garcia. in *Geonovas*. nº 18. Lisboa: Associação Portuguesa de Geólogos. pp. 35-65.
- Carvalho, C. (2004). O "Parque Geomorfológico de Monsanto" através do seu percurso pedestre As Pedras para Além do Sagrado. in *Geonovas*. nº 18. Lisboa: Associação Portuguesa de Geólogos. pp. 67-75.
- Carvalho, C. (2020). Os Geomonumentos do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO. in *AÇAFA online* n.º13. pp. 7- 30. disponível em: https://www.altotejo.org/acafa/acafa_n13.html, consulta a 9 de agosto de 2022.
- Carvalho, C. e Rodrigues, J. (2020). Naturtejo UNESCO Global Geopark: the culture of landscape.

- in G. Vieira, J. L. Zêzere e C. Mora (eds.). *Landscapes and Landforms of Portugal*. Cham, Switzerland: Springer.
- Carvalho, C.; Catana, M. e Rodrigues, J. (2011). Parque Icnológico de Penha Garcia e a herança Alpina na Paisagem Raiana. in *GEOescolas: Novas práticas no Ensino das Geociências, Guia de Excursão A. Geopark Naturtejo - Idanha-a-Nova*, 5 e 6 de novembro de 2011, 9 p. disponível em: http://www.geonaturescola.com/ficheiros/3_2_1_Excurs%C3%A3o%20A%20%20Parque%20Icnol%C3%B3gico%20de%20Penha%20Garcia.pdf, consulta a 9 de agosto de 2022.
- Catana, M. (2008). Perguntas e respostas sobre a rota dos fósseis de Penha Garcia – geologia. Idanha-a-Nova: Parque Icnológico de Penha Garcia.
- Catana, M.; Rodrigues, J. e Carvalho, C. (2022). Paisagens Educativas do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO – Guia do Curso de Campo, 6 a 8 de maio de 2022. I CAP – Curso de Atualização de Professores em Geociências. Idanha-a-Nova: Geopark Naturtejo.
- Claval, P. (1999). O território na transição da Pós-modernidade. in *GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense*. Ano 1. nº 2. pp. 7-26.
- Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (1972). Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoParaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf>, consulta a 22 de julho de 2022.
- Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (2003). Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. disponível em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, consulta a 22 de julho de 2022.
- Conselho Europeu (2022). Chart of signatures and ratifications of Treaty 176. disponível em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list?module=signatures-by-treaty&treatynum=176>, consulta a 21 de julho de 2022.
- Conselho Europeu (2000). Explanatory Report to the European Landscape Convention. disponível em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list?module=treaty-detail&treatynum=176>, consulta a 21 de julho de 2022.
- Coutinho, A. (2009). Património (in)tocável. Reflexão crítica sobre os efeitos do turismo cultural nos centros históricos. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cunha, P., Martins, A., Gomes, A. e Bridgland, D. (2020). Landscapes and Lanforms of the Beira Baixa Region (Sarzedas-Monfortinho, Eastern Central Mainland Portugal). in G. Vieira, J. L. Zêzere e C. Mora (eds.). *Landscapes and Landforms of Portugal*. Cham, Switzerland: Springer.
- Dalaney, D. (2005). *Territory: a short introduction*. Oxford:Blackwell Publishing.
- Departamento das Ciências da Terra da Universidade do Minho (s.d.). Parque Nacional da Peneda-Gêres. Trilhos Pedestres. Marmitas de Gigante. Disponível em: <http://www.dct.uminho.pt/pnpg/trilhos/pitoes/paragem6/marmitas.html>, consulta a 11 de agosto de 2022.
- Dias, R. e Cabral, J. (1989). Neogene and Quaternary reactivation of the Ponsul river fault in Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 75. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal pp. 3-28.
- Direção-Geral do Património Cultural (s.d.-a). Atlas do património classificado e em vias de classificação. disponível em: <https://patrimonioidgpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>, consulta a 22 de julho de 2022.
- Direção-Geral do Património Cultural (s.d.-b). Património Mundial em Portugal. disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/>, consulta a 22 de julho de 2022.
- Direção-Geral do Território (s.d.). Rede Geodésica Nacional. disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/geodesia/redes-geodesicas/rede-geodesica-nacional>, consulta a 28 de julho de 2022.

- Fadigas, L. (2007). Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fernandes, J. e Alves, C. (2015). Entre a harmonia e o conflito territorial: a nova ruralidade portuguesa. in Boletim Goiano de Geografia. 35(1). pp. 1-20. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/35481>, consulta a 11 de agosto de 2022.
- Ferrão, J. (1999/2000). As geografias do país: do passado ao presente. in Anuário Janus Online. disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_3_3_4.html, consulta a 27 de julho de 2022.
- Ferrão, J. (2003). Dinâmicas territoriais e Trajetórias de Desenvolvimento: Portugal 1991-2001. in Revista de Estudos Demográficos. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. pp. 17 – 25.
- Figueiredo, E. (2003). Um rural para viver, outro para visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Geocaching (s.d.). Marmitas Gigante no Rio Caima na Mizarela [Arouca]. disponível em: https://www.geocaching.com/geocache/GC85A77_marmitas-gigante-no-rio-caima-na-mizarela-arouca, consulta a 11 de agosto de 2022.
- Geoparque Naturtejo (s.d.). Um mergulho em Penha Garcia. Disponível em: <https://naturtejo.com/ficheiros/conteudos/pdf/geoturismo/1.3.pdf>, consulta a 8 de agosto de 2022.
- Gregory, D.; Johnston, R.; Pratt, G.; Watts, M. e Whatmore, S. (eds.) (2009). The Dictionary of Human Geography. 5ª edição. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd.
- Haesbaert, R. (2004). O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2005). Da desterritorialização à multiterritorialidade. in Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo. pp. 6774-6792.
- Hua, S. (2010). World heritage classification and related issues – a case study of the “Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage”. in Procedia – Social and Behavioral Sciences. 2. pp. 6954-6961.
- Instituto de Lexicologia e Lexicografia (2001-a). Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Vol. II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Verbo.
- Instituto de Lexicologia e Lexicografia (2001-b). Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Vol. I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Verbo.
- Instituto Nacional de Estatística (2015). NUTS 2013: As novas Unidades Territoriais para fins estatísticos. Lisboa: INE.
- Jacinto, A. (dir.) (2007). Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova. nº10. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.
- Jacinto, A. (dir.) (2011). Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova. nº18. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.
- Jacinto, A. (dir.) (2013). Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova. nº21. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.
- Jacinto, A. (dir.) (2016). Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova. nº24. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.
- Jacinto, A. (dir.) (2017). Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova. nº25. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.
- Jacinto, A. (dir.) (2018). Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova. nº26. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.
- Jacinto, A. (dir.) (2019). Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova. nº27. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.
- Jacinto, R. (2001). Territórios, políticas e atores: a recomposição das suas geografias e das regiões

portuguesas. in *Cadernos de Geografia*. nº 20. Coimbra: IEG-FLUC. pp. 65-75.

Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (s.d.-a). Crista Quartzítica de Penha Garcia. Disponível em: <https://geoportal.lneg.pt/pt/bds/geossitios#!/77>, consulta a 8 de agosto de 2022.

Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (s.d.-b). O inselberg de Monsanto. Disponível em: <https://geoportal.lneg.pt/pt/bds/geossitios#!/81>, consulta a 8 de agosto de 2022.

Laranjo Medeiros (2016). Avaliação do impacto económico de eventos temáticos locais. Nazaré: Laranjo Medeiros.

Larson, P.; Meek, N.; Douglass, J.; Dorn, R. e Seong, Y. (2017). How Rivers Get Across Mountains: Transverse Drainages. in *Annals of the American Association of Geographers*. nº 107:2. pp. 274-283. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/24694452.2016.1203283?journalCode=raag21>, consulta a 11 de agosto de 2022.

Lema, P. e Rebelo, F. (1997). *Geografia de Portugal: meio físico e recursos naturais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Município de Idanha-a-Nova (s.d.-a). Recomeçar em Idanha: o conceito. Disponível em: http://www.recomecar.pt/indexfde6.html?page_id=2488, consulta a 10 de agosto de 2022.

Município de Idanha-a-Nova (s.d.-b). Galeria Fotográfica. Disponível em: <https://www.cm-idadhanova.pt/divulgacao/galeria-fotografica.aspx?page=1>, consulta a 5 de agosto de 2022.

National Geographic Portugal (2021). Rota dos Fósseis de Penha Garcia, a diversificação da vida num oceano passado. Disponível em: <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/2741-rota-dos-fosseis-de-penha-garcia-a-diversificacao-da-vida-num-oceano-passado>, consulta a 27 de julho de 2022.

Rebelo, F. (1992). O relevo de Portugal: uma introdução. in *Inforgeo*. nº 4. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos. pp. 17-35.

Ribeiro, O. (1949). *Le Portugal Central - livret-guide de l'excursion C. XVI Congrès International de Géographie*, Lisbonne: Union Géographique Internationale.

Ribeiro, O. (1943). Evolução da falha do Ponsul. In *Comunicações Geológicas*. Tomo XXIV. Lisboa: LNEG. p. 109-123.

Ribeiro, O. (1993). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Rocha, A. (dir.) (2009). *Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova*. nº15. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.

Rocha, A. (dir.) (2011). *Adufe – Revista cultural de Idanha-a-Nova*. nº19. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova.

Rodrigues, Joana; Carvalho, Carlos, Chambino, Eddy "Há Ouro na Foz!" e outras actividades de divulgação do património geomineiro do Geopark Naturtejo. Conference: VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu, Vila Velha de Ródão Volume: Actas

Rodrigues, J.; Carvalho, C. e Geraldês, J. (2008). Património Geológico de Salvaterra do Extremo. *Açafa On-line*. Nº 1. pp. 1-17. Disponível em: https://www.altotejo.org/acaafa/docs/Estudos_e_Trabalhos/Patrimonio_Geologico_Salvaterra_Extremo.pdf, consulta a 9 de agosto de 2022.

Rolo, J. e Cordovil, F. (2014). *Rural, agriculturas e políticas*. Lisboa: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.

Rovisco, E. (2011). Fronteira e turismo no "concelho mais português de Portugal". in *Geopolítica(s)*. vol II, nº 1. pp. 91-107.

Sequeira, A. e Proença, J. (2004). "O Património Geológico e Geomorfológico do concelho de Idanha-a-Nova: contributo para a sua classificação como Geoparque". *Revista Geonovas*, n.º 18, pp. 77-92, 2004, Associação Portuguesa de Geólogos.

Rovisco, E. (2015). Contrabando na raia da Idanha: entre as máscaras da ilegalidade e os discursos nacionalistas. in P. Godinho, I. Fonseca e J. Baía (orgs.). *Resistência e/y memória. Perspectivas Ibero-americanas*. Lisboa: IHC-FCSH/UNL. pp. 263-271.

Saquet, M. (2006). Proposições para estudos territoriais. in GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Ano VIII. nº 15. pp. 71-85.

Silva, C. (2006). Temas de Paleontologia – Icnofóssil. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~cmsilva/Paleotemas/Icnofossil/Icnofoss.htm>, consulta a 9 de agosto de 2022.

Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados (2017). O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: uma agenda para o futuro. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Tuan, Y. (1980). Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel.

Unidade de Missão para a Valorização do Interior (s.d.). Programa Nacional para a Coesão Territorial. disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx>, consulta a 27 de julho de 2022.

Vecco, M. (2010). A definition of cultural heritage: from the tangible to the intangible. in Journal of Cultural Heritage. 11. pp. 321-324.

Vitorino, N.; Feio, P. e Dimas, B. (coord.) (2004). Desenvolvimento e ruralidade em Portugal – uma análise empírica. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Zambrano, C. (2001). Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. in Boletim Goiano de Geografia. nº 21 (1). pp. 9-49.

BASES DE DADOS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Direção-Geral do Território (2009). Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental.

Direção-Geral do Território (2021-a). Carta Administrativa Oficial de Portugal 2021.

Direção-Geral do Território (2021-b). Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018.

Google Earth (2022). disponível em: <https://earth.google.com/web/>, consulta a 28 de julho de 2022.

Google Maps (2022). disponível em: <https://www.google.pt/maps/>, consulta a 1 de agosto de 2022.

Instituto Nacional de Estatística (1964). X recenseamento Geral da População – No Continente e Ilhas Adjacentes. Tomo I – Vol. 1.º. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1973). 11.º Recenseamento da População 1970 – Continente e Ilhas Adjacentes. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1983). Recenseamentos da População e da Habitação 1981 – Distrito de Castelo Branco. Lisboa. INE.

Instituto Nacional de Estatística (1993). Censos 91. Resultados Definitivos - Região do Centro. Lisboa. INE.

Instituto Nacional de Estatística (2002). Censos 2001. Resultados Definitivos - Centro. Lisboa. INE.

Instituto Nacional de Estatística (2012). Censos 2011. Resultados Definitivos - Região Centro. Lisboa. INE.

Instituto Nacional de Estatística (2022-a). Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, consulta a 29 de julho de 2022.

Instituto Nacional de Estatística (2022-b). Sistema de contas integradas das empresas.

Instituto Nacional de Estatística (2022-c). Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros.

Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (s.d.). Carta Geológica de Portugal 1/1000000.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
ENQUADRAMENTO	6
O que é o território? .	6
O que é a paisagem?	7
O que é o património?	10
O QUE DEFINE O TERRITÓRIO DE IDANHA-A-NOVA?	12
Localização e posição	12
População e envelhecimento	18
A reinvenção do campo	21
AS PAISAGENS DE IDANHA-A-NOVA	24
Traços gerais das paisagens de Idanha-a-Nova	24
O que se destaca da geomorfologia de Idanha-a-Nova?	28
Crista Quartzítica de Penha Garcia	30
O inselberg de Monsanto e de Moreirinha	34
A falha do Ponsul e as gargantas epigénicas	36
Os canhões fluviais do rio Erges	38
Que riqueza esconde o subsolo? Idanha-a-Nova, terra de minerais	39
As minas de Segura	41
As termas de Monfortinho	42
As albufeiras, canais e fontes de Idanha-a-Nova	44
A albufeira: um marco na paisagem	44
Rede de canais	46
As fontes	48
Idanha-a-Nova é um espaço de vocação agrícola?	49
As características dos solos	52
Produtos e Produtores	53
Olival e Azeite	54
Criação de gado ovino e caprino e produção de queijo	55
Os Moinhos e as Azenhas	56
IDANHA-A-NOVA: ESPAÇO DE PATRIMÓNIO	58
E no passado, quem morou por cá? Vestígios do tempo da Egitânia	58
O que faz destas aldeias históricas	59
O que faz destas aldeias históricas? Monsanto e Idanha-a-Velha?	59
Porque tem Idanha-a-Velha castelos e fortificações?	61
Uma casa de pedra? A arquitetura tradicional de Idanha-a-Nova	62
De onde vem tanta criatividade? Idanha-a-Nova cidade criativa da música	63
Idanha-a-Nova tem património mundial natural?	
A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo e o Geoparque do Tejo Internacional	64
BIBLIOGRAFIA	66
BASES DE DADOS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	71



À DESCOBERTA
de IDANHA-A-NOVA
Oficina de exploração do território

Promotores:



Parceiro:



Investidor Social:



Cofinanciado por:

